

Celso Carvalho Jr.

**A criação da Petrobras nas páginas dos jornais
*O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias***

Celso Carvalho Jr.

**A criação da Petrobras nas páginas dos jornais
*O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Assis, para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e sociedade; Linha de Pesquisa: Identidades culturais, etnicidades, migrações.

Orientadora: **Dr^a Tania Regina de Luca**

Assis – 2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C331c	Carvalho Junior, Celso A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias / Celso Carvalho Junior. Assis, 2005 180 f. : il. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. 1. Brasil – História . 2. Jornalismo. 3. Petróleo – Brasil. 4. Nacionalismo. 5. Liberalismo. I. Título. CDD 070 338.2 981
-------	--

*Aos meus pais, Celso e Vanda,
e meu irmão, Neto.*

Agradecimentos

A realização desse trabalho só foi possível graças à ajuda de diversas pessoas e instituições, as quais deixo registrados meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente, à professora Tania Regina de Luca, pela dedicação na orientação dessa pesquisa e estímulo ao trabalho acadêmico;

À UNESP, pela sólida formação que me proporcionou na graduação e pós-graduação;

À CAPES, por ter possibilitado a minha dedicação integral a pesquisa;

Aos membros da banca examinadora de mestrado, Dr. Frederico Alexandre M. Hecker (UNESP/ASSIS) e Dr. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (CPDOC/FGV), pelas sugestões e críticas que enriquecerão este trabalho;

Aos professores da UNESP/ASSIS, especialmente, Milton Carlos Costa, Flávia Arlanch Martins de Oliveira, Antonio Celso Ferreira, Claudinei Magno Magre Mendes e Juvenal Zanchetta, que muito contribuíram para a realização desse estudo;

À Maria Augusta Tibiriçá Miranda, por ter permitido o acesso aos documentos do CEDPEN que estão sob sua guarda e autorizar a utilização de algumas imagens da Campanha do Petróleo;

À Suilei e Eduardo Giavara, pela revisão da dissertação;

Aos funcionários do Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa da UNESP/ASSIS e Biblioteca Nacional, onde realizei uma parte da pesquisa;

Ao Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro/RJ), Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por terem disponibilizado seus arquivos e bibliotecas. E ao setor de Vídeo e Informação da Petrobras;

Aos amigos Álvaro Xavier Duque Filho, Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus, Camila Matheus, Franciele Aline Parrilla, Luciano Alonso, Luciomar Marcasso, Patrícia Marcondes, Raquel Discini, Rodolfo Jacob Hessel, Rodrigo Modesto, Sheila do Nascimento Garcia, Arlete e Raphael Sebrían, pelo apoio e contribuições;

Finalmente, aos meus pais, Celso e Vanda, e meu irmão, Neto, por sempre apoiarem e incentivarem meu trabalho.

RESUMO

CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de Notícias***. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005, 180 f. : il.

Na segunda metade dos anos de 1940, medidas que permitiriam a participação da iniciativa privada no setor petrolífero brasileiro desencadearam acalorados debates que marcaram a época. Em discussão estavam propostas que aumentassem a produção nacional de petróleo, indispensável para o desenvolvimento industrial. Porém, o ponto mais polêmico dizia respeito ao grau de participação que o Estado e investidores particulares, nacionais e estrangeiros, deveriam ter nesta atividade econômica. Diversos grupos sociais envolveram-se na questão, que ganhou repercussão seja na Assembléia Nacional Constituinte (1946), com o anteprojeto do Estatuto do Petróleo (1948), a campanha “O Petróleo é Nosso” e o projeto de criação da Petrobras (1951). Com a redemocratização no pós-1945, coube aos parlamentares definir a política para o petróleo e, entre 1946 e 1953, os envolvidos no assunto tentavam conquistar o apoio da opinião pública para respaldar suas propostas. Um dos meios para tanto foi divulgá-las pela imprensa. Esta pesquisa objetiva dar conta da participação dos jornais *O Estado de S. Paulo*, órgão liberal e defensor da abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro, e *Diário de Notícias*, de tendência nacionalista e favorável ao monopólio estatal, nos intensos debates então travados, a fim de analisar, por meio de artigos e editoriais, as posições assumidas por esses matutinos em momentos importantes da polêmica. Trata-se de averiguar, portanto, os argumentos e estratégias mobilizados para conquistar o apoio dos leitores e identificar os grupos sociais representados pelos respectivos periódicos. A imprensa foi entendida como agente histórico que intervém nos acontecimentos, forma opiniões, conquista adeptos para suas causas e difunde projetos políticos e visões de mundo compartilhadas por setores sociais.

Palavras-Chave: História – Brasil, Jornalismo, Petróleo – Brasil, Nacionalismo, Liberalismo

ABSTRACT

CARVALHO JR, Celso. **The creation of Petrobras in the newspaper' pages of O Estado de São Paulo and The Diário de Notícias**. Dessertation (Mastering in History) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005, 180 f. : il.

In the second half of the forties, some measures which would permit the participation of the private initiative in the brazilian petrol sector triggered off some heated debates which marked the epoch. The discussions were around proposals that could increase the national petrol production, indispensable for the industrial development, and the most controversial point was about the degree of participation which the State and some (national and foreigner) particular investors should have on that economic activity. Several social groups were engaged in that point, which came by backwash with the *Assembléia Nacional Constituinte* (National Constituent Assembly) of 1946, the previous project of the *Estatuto do Petróleo* (Petrol's Statute), the campaign "*O Petróleo é Nosso*" (Petroleum is Ours) and the Petrobras' project of creation. With the redemocratization, the politics for the petroleum should be defined by the parliament people, and so, between 1946 and 1953, engaged people in the subject were trying to conquer the public opinion's favour in order to support their proposals. One of the ways they used was publicising their ideas in newspapers. Therefore, we studied the participation of *O Estado de São Paulo*, liberal organ that defended the petrol sector's opening to the foreign capital, and *Diário de Notícias*, which tended to nationalism and favored the State Monopoly. Our goal was analyze, through articles and editorials, the positions assumed by those newspapers during some important moments of that controversial fact. Besides, the arguments and strategies mobilized in order to conquer the readers' favour were analyzed and the social groups represented by the respective newspapers were identified. In this study, the press was considered as a historical agent that tries to step in the facts, intends to conquest following people for a cause and represents politic projects and world visions of society's sectors.

Key-words: History – Brazil, Journalism, Petroleum – Brazil, Nationalism, Liberalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
I. O ESTADO DE S. PAULO E DIÁRIO DE NOTÍCIAS NA QUESTÃO DO PETRÓLEO	25
<i>O início do debate público</i>	27
<i>O CNP e sua política de intervenção estatal</i>	34
<i>A Constituição de 1946</i>	39
<i>O Estatuto do Petróleo e a campanha “O Petróleo é Nosso”</i>	49
<i>A questão das refinarias</i>	64
<i>A Standard Oil na questão do petróleo</i>	68
<i>A criação da Petrobras</i>	77
II. GRUPOS SOCIAIS, ARTICULISTAS E AS ESTRATÉGIAS PARA CONQUISTAR O LEITOR	
<i>O Estado de S. Paulo e a burguesia paulista</i>	96
<i>As reportagens em defesa da iniciativa privada</i>	100
<i>Diário de Notícias e os nacionalistas</i>	109
<i>“O Petróleo é Nosso” virou notícia</i>	113
<i>Os articulistas do Estadão</i>	119
<i>Os colaboradores do Diário de Notícias</i>	122
<i>As divergências no CEDPEN</i>	128
<i>Carlos Lacerda X Lobo Carneiro</i>	136
III. OS ARGUMENTOS MOBILIZADOS PELOS JORNAIS	
<i>O Nacionalismo</i>	139
<i>A intervenção estatal</i>	144
<i>Companhias estrangeiras de petróleo</i>	147
<i>O setor petrolífero na América Latina</i>	152
<i>Guerra Fria</i>	158
<i>Anticomunismo</i>	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
FONTES E BIBLIOGRAFIA	173

INTRODUÇÃO

A Petrobras completa hoje 50 anos no ápice de seu vigor financeiro e envolta no mesmo debate entre “liberais” e “nacionalistas” que marcou sua criação, em 1953, por Getúlio Vargas, sob o lema “O Petróleo é Nosso”. Desde 1995, quando o monopólio da empresa foi quebrado, seu poderio não foi sequer arranhado pela concorrência. ... Na prática, a companhia trocou o monopólio legal pelo monopólio de fato.

...

À solidez dos números se contrapõem críticas recentes e contradições estruturais. A empresa equilibra-se com dificuldade entre a busca do lucro e sua função social. O governo detém 55,7% do capital votante da companhia, controla sua gestão e nomeia diretores. Por outro lado, há mais de 450 mil investidores privados que exigem um comando unicamente empresarial, que vise ao lucro.

Na campanha eleitoral, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva propôs reforçar o papel da empresa como agente do desenvolvimento. Já presidente, impôs conteúdo nacional mínimo às encomendas da estatal, para gerar empregos no país. Acionistas criticaram a medida, responsabilizando-a pelo encarecimento das licitações.¹

A atual importância econômica da Petrobras² para o país pode ser medida pelos seus números. Organizada sob a forma de sociedade anônima de capital misto, controlada pelo Estado, que possui 55,7 % de suas ações ordinárias e 32,2 % do capital social, a empresa atua de forma integrada em vários segmentos como, pesquisa, exploração, refino, transporte, comercialização, petroquímica, distribuição de derivados, gás liquefeito de petróleo, gás natural e energia. Em 2003, obteve uma receita de R\$ 95,8 bilhões e lucro líquido recorde de R\$ 17,8 bilhões. Produz mais de dois milhões de barris de petróleo por dia, emprega mais de 49 mil funcionários e atende mais de 90% da demanda nacional de produtos de petróleo. Além disso, tem atuação internacional, desenvolve pesquisas de ponta no CENPES (Centro de Pesquisas da Petrobras) e é uma importante patrocinadora de projetos nas áreas ambiental,

¹ PETROBRAS TENTA SE EQUILIBRAR ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 out. 2003. Petrobras: 1953-2003, Caderno especial sobre os 50 anos da Petrobras, p. 1.

² Em 1953, a sigla da estatal era grafada da seguinte forma Petrobrás, com o acento no “a”, em 1994, uma mudança na logomarca da companhia excluiu o acento e desde então seu nome passou a ser escrito desse modo, Petrobras. Neste trabalho e nos textos de época aqui citados utilizaremos a grafia atualizada do nome da empresa.

esportiva, social e cultural do Brasil. Portanto, é a maior empresa brasileira e a 12º maior companhia de petróleo do mundo, segundo a *Petroleum Intelligence Weekl.*

Entretanto, para falar de uma empresa como a Petrobras, não é possível levar em consideração apenas os dados econômicos, mas, como mostra a epígrafe, também os fatores políticos marcaram os rumos da companhia e revelam um dilema que acompanha as estatais criadas para impulsionar a industrialização e o crescimento econômico. O debate que marcou a criação da Petrobras há cinquenta anos continua presente: como conciliar interesses privados, em especial a obtenção do lucro e a gestão da empresa, com os objetivos de uma instituição pública, sujeita às pressões políticas e interesses mais amplos? Qual deve ser o papel da iniciativa privada em setores estratégicos da economia? O Estado deve adotar uma política econômica neoliberal, privilegiando a abertura e estimulando a entrada de capitais estrangeiros ou deve intervir na economia, regulamentando mercados e investindo em setores considerados importantes?

Bem antes de a Petrobras ser criada, esses debates apaixonavam um grande número de pessoas das mais variadas classes sociais e tendências políticas, interessadas nos rumos da política do setor petrolífero brasileiro. Por isso, além das candentes questões econômicas que vêm sendo debatidas desde a década de 1950, é necessário considerar o caráter simbólico que envolve o assunto, basta lembrar que boa parte da população brasileira considera a Petrobras um símbolo da soberania política do país, pois marca presença num setor crucial da economia. A tentativa frustrada, em dezembro de 2000, de mudar o nome da empresa para PetroBrax é um exemplo da importância desse caráter simbólico. O então presidente da empresa argumentou que a troca melhoraria a aceitação da companhia no exterior. Porém, grupos nacionalistas reagiram rapidamente e conseguiram impedir a concretização da medida, sob a alegação de que a mudança era parte de uma estratégia de privatização.

A identificação entre a Petrobras e a soberania e identidade nacional ocorreu em outros momentos da história. Aliás, sua criação e a instituição do monopólio estatal do petróleo contou com expressiva participação popular, consubstanciada na campanha “O Petróleo é Nosso”.

O tema desse trabalho é a participação dos jornais nos debates sobre a política a ser adotada no setor petrolífero e sobre a criação da Petrobras nos anos de 1940 e 1950. A pesquisa pautou-se nos jornais de fevereiro de 1946, momento em que começou o trabalho da Assembléia Constituinte, até outubro de 1953, ano da sanção da Lei Nº 2004, que estabeleceu uma nova política para o setor, criando a Petrobras e o monopólio estatal do petróleo no Brasil. Durante esse período, diversos grupos participaram intensamente dos debates que pretendiam definir uma política para o petróleo. De um lado, havia os que defendiam a participação da iniciativa privada nacional e estrangeira no setor; do outro um grupo que propunha o monopólio estatal em todos os segmentos da indústria petrolífera.

A oferta de combustíveis era essencial para garantir a continuidade do processo de industrialização, o que conferia urgência ao tema. Com a queda do Estado Novo e a volta do regime democrático, a manifestação pública de idéias por diferentes indivíduos e grupos pôde ser verificada e, com a redemocratização, as grandes questões nacionais voltaram a ser debatidas na Câmara e no Senado e a população pôde acompanhar ativamente as discussões sobre o petróleo. Na nova conjuntura, qualquer solução para o problema da produção de combustíveis teria que ter o apoio popular o que levou os interessados a produzir e divulgar argumentos para defender seus pontos de vista.

No pós-guerra, o Brasil conheceu intensas transformações econômicas e sociais, com o início efetivo da construção de uma economia moderna e incorporação de padrões de produção e consumo próximos aos dos países desenvolvidos. O processo de industrialização entrou numa fase decisiva com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que

exigiam grandes investimentos das empresas estatais e das multinacionais. Dessa forma, produtos que eram importados passaram a ser produzidos no Brasil e importantes atividades econômicas desenvolveram-se, como a indústria química, farmacêutica, alimentícia, automobilística, naval, de máquinas e equipamentos mais sofisticados, de eletrodomésticos e indústrias estratégicas como a do aço, petróleo e energia elétrica. Foram construídas rodovias e usinas hidrelétricas para proporcionar a infra-estrutura necessária ao crescimento industrial. Em poucos anos, produtos, até então não disponíveis no mercado, chegaram ao alcance do consumidor e provocaram importantes transformações nos hábitos, costumes e valores da sociedade, cujo palco principal foram as grandes cidades, onde houve um rápido processo de urbanização, devido ao contingente significativo de pessoas que abandonaram o campo, fato atestado pela chegada de trinta e nove milhões de brasileiros nos centros urbanos, entre 1950 e 1980. Estes eram homens e mulheres do interior, fugitivos da miséria, dos baixos salários, da fome, da falta de assistência médica, do analfabetismo e do trabalho pesado, baseado em técnicas rudimentares de produção agropecuária. Além desses problemas, o êxodo rural foi acentuado, a partir de 1960, devido à utilização de técnicas mais modernas, como máquinas e implementos, adubos e inseticidas. A cidade, para esses migrantes, representava melhores oportunidades de progresso individual, devido à abertura de novos postos de trabalho no setor público e privado.³

Apesar de todas essas mudanças, a desigualdade social permaneceu enorme no início da década de 1950 e a concentração de renda acentuou-se nas seguintes. O caso de muitos migrantes rurais e de cidadãos pobres é exemplar, pois, para esses grupos, o acesso ao mercado de trabalho estava restrito aos níveis “inferiores”, cujos salários eram baixos e as

³ MELO, João Manuel C. de. ; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. IN: NOVAIS, Fernando (coordenador Geral da coleção); SCHWARCZ, Lília M. (organizadora do volume). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, V. 4, pp. 561-618.

oportunidades de ascensão social limitadas – como, por exemplo, a construção civil e os serviços domésticos, que não demandavam especialização.

Contudo, a redemocratização abriu espaço para o debate público sobre a construção da nação e diversos grupos passaram a lutar por um país mais justo, igualitário e soberano. A pauta de reivindicações trabalhistas, socialistas, comunistas, nacionalistas e tantas outras englobava a reforma agrária, o acesso à escola pública, o aumento do poder aquisitivo do trabalhador, a ampliação dos direitos sociais e o controle do poder econômico, principalmente do capital multinacional. O embate não dizia respeito somente à defesa da economia agroexportadora ou da necessidade ou não da industrialização, questões já superadas no momento; a preocupação era definir estratégias e paradigmas para o desenvolvimento econômico. Com isso, a discussão em torno do lugar reservado ao capital estrangeiro e ao grau de intervenção do Estado na economia tornou-se urgente.⁴

O debate em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento envolveu todas as correntes do pensamento econômico brasileiro da época: liberais, desenvolvimentistas e marxistas. Também esteve longe de se circunscrever às fronteiras locais, pois vários economistas latino-americanos formularam teses sobre a necessidade de industrializar os países “menos desenvolvidos” e teorias a respeito dos fatores que impulsionariam a expansão industrial. As discussões a respeito dos problemas econômicos do continente foram tão intensas que levaram à criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), um órgão das Nações Unidas, destinado a elaborar políticas de desenvolvimento econômico. Data dessa época a criação de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja finalidade era colaborar com o desenvolvimento dos países membros da ONU, favorecendo a infra-estrutura, o comércio internacional e os

⁴ SINGER, Paul. Interpretações do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1984, Tomo III, V. 4; pp. 238-239.

investimentos privados no estrangeiro e investindo na produção e no crescimento a longo prazo desses países.

Nesse contexto, setores responsáveis pela produção de energia, como o petrolífero e o elétrico, ganharam destaque devido à importância da industrialização. Assim, restava saber qual seria o papel do capital estrangeiro e do Estado no aumento da produção, visando suprir a crescente demanda. Na produção de energia elétrica, por exemplo, houve dúvidas a respeito da eficiência da iniciativa privada, que então dominava o setor. Surgiram propostas que atribuíam ao Estado o papel de agente, cabendo-lhe realizar os investimentos indispensáveis para a infra-estrutura do sistema. Tais discussões envolveram diferentes grupos sociais, com interesses conflitantes e acabaram resultando no crescimento da ação do poder público nesta área.⁵

Com respeito ao petróleo, os debates já eram intensos antes mesmo da abertura do primeiro poço, como atestam as manifestações divergentes de políticos, militares, intelectuais, empresários e outros grupos que se posicionaram em conferências, livros, artigos de jornais e revistas. Na década de 1930, o escritor Monteiro Lobato fundou companhias para pesquisar e explorar petróleo e liderou um movimento que teve por objetivo mostrar à opinião pública e ao governo que existia petróleo no território nacional e que era preciso explorá-lo para desenvolver o Brasil. A partir da segunda metade da década de 1940, a campanha “O Petróleo é Nosso” empolgou grande parte da população brasileira pela defesa do monopólio estatal. Com isso, essa mobilização conseguiu impedir a aprovação do Estatuto do Petróleo, que permitia a participação do capital estrangeiro no setor, e também foi fundamental para a promulgação, em 1953, da Lei Nº 2004, que instituiu o monopólio e criou a Petrobras.

Entre 1946 e 1953, a imprensa teve um papel importante nas discussões, com a participação de jornais e revistas das mais variadas tendências e estilos buscando influir nos

⁵ ELETROPAULO/ DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *HISTÓRIA & ENERGIA: Estabilização x Privatização*. São Paulo: 1997, V. 7, pp. 8-18.

rumos da política do petróleo por meio da publicação de editoriais, artigos, reportagens, notícias e entrevistas, com o propósito de convencer o leitor a apoiar a causa que defendiam - alguns eram contra e outros a favor do monopólio estatal.

No pós-guerra frutificou uma pequena, porém atuante, imprensa nacionalista, unida em torno da luta pela consolidação da democracia e pela crítica à influência de capitais estrangeiros nos setores básicos da economia brasileira. Jornais como *O Jornal de Debates*, *A Revista do Clube Militar*, *O Popular e Emancipação*, tiveram importante participação nas discussões acerca do petróleo. Aliás, a campanha motivou o surgimento de um conjunto de jornais e revistas para divulgar os ideais do movimento, que contavam com um espaço pequeno na chamada grande imprensa.⁶

Na grande imprensa, os únicos jornais que defenderam o monopólio estatal do petróleo foram o *Diário de Notícias*, a *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora*. O primeiro sempre defendeu a intervenção do Estado em setores estratégicos da economia, posição assumida por seus proprietários que eram ligados ao Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional e à ala nacionalista das Forças Armadas. Assim, eram constantes as colaborações pró-monopólio de Rafael Corrêa de Oliveira, Osório Borba, Hermes Lima, general Raimundo Sampaio, Raul Pilla e outros.

Já a *Tribuna da Imprensa*, criada por Carlos Lacerda em dezembro de 1949, se tornou importante porta-voz do antigetulismo e dos ideais da UDN. A íntima relação entre o jornal e o partido pode ser atestada pela maneira como foi obtido o capital para a constituição da empresa, que se deu através da venda de ações a partidários e simpatizantes do udenismo. Além disso, o redator-chefe era o jornalista e deputado udenista, Aluizio Alves. Na edição de 7 de dezembro de 1951, a *Tribuna da Imprensa* criticou o projeto da Petrobras por permitir que o capital estrangeiro se associasse a nova companhia, por não estabelecer o monopólio

⁶ RAMOS, Plínio de Abreu. A imprensa nacionalista. IN: ABREU, Alzira Alves de; et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, pp. 61-63.

estatal do petróleo e por aumentar a carga tributária. Com isso, o periódico abandonou a tradicional defesa da participação do capital estrangeiro na economia e suas críticas a intervenção estatal para fazer forte oposição a Vargas, acusado de “entreguista”; o que era a mesma estratégia adotada pela UDN no congresso.⁷ Há evidências de que, com essa tática, o jornal tentou captar para o seu grupo o comando da companhia, pois, enquanto as manchetes criticavam duramente o presidente, a bancada da UDN negociava com o governo a aprovação do monopólio estatal.⁸

A *Última Hora*, fundado em 12 de junho de 1951, por Samuel Wainer, destacou-se como importante órgão nacionalista e getulista, cujo objetivo era defender os interesses do recém presidente Getúlio Vargas junto à opinião pública. Wainer conseguiu o dinheiro para montar o jornal com a ajuda de Vargas, que precisava de um órgão de propaganda, pois a maioria da grande imprensa fazia oposição ao seu governo. O periódico publicava a coluna chamada *Barômetro Econômico*, na qual eram abordados temas desenvolvimentistas, tais como, a defesa da intervenção do Estado na economia, o capital estrangeiro, o salário mínimo, as remessas de lucros ao exterior por multinacionais, a taxa de câmbio e as iniciativas governamentais consubstanciadas na Petrobras, Eletrobrás e BNDE.⁹

Os demais órgãos da grande imprensa defenderam a abertura do setor petrolífero à iniciativa privada, nacional e estrangeira, uma vez que estavam comprometidos com a defesa do liberalismo econômico ou com grupos financeiros internos e/ou externos, interessados no assunto. Procuravam combater a intervenção do Estado na economia e os movimentos nacionalistas, caso dos jornais *O Globo*, *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e dos

⁷ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac – São Paulo, 1998, pp. 103-106.

⁸ Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza, Getúlio Vargas nomeou um deputado udenista para assumir a presidência da Petrobras, o coronel Juracy Magalhães, para inaugurar a empresa durante seu mandato e reduzir a pressão da oposição. Idem. pp. 119-156.

⁹ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Op. Cit.*, pp. 70-102.

periódicos do grupo *Folha*¹⁰ e *Diários Associados*¹¹. A relação de Assis Chateaubriand com corporações nacionais e estrangeiras é exemplar, uma vez que demonstra como o proprietário de um dos mais importantes grupos jornalísticos do país não hesitou em apoiar determinadas posições em troca de benefícios econômicos e políticos. O grau de compromisso desses diários com as causas que defendiam pode ser avaliado pelo fato do *Correio da Manhã* haver publicado uma entrevista com Mr. Anderson, presidente da Standard Oil of Brazil, no exato momento em que o projeto da Petrobras era discutido no Congresso¹². Por outro lado, os editoriais das *Folhas* combatiam a campanha do petróleo sob o argumento de que a ausência de capitais justificava a atuação de empresas internacionais no setor petrolífero.¹³

A grande imprensa, entendida aqui como aquela que apresentava uma estrutura empresarial, com gráficas modernas e atualizadas, sistema de distribuição própria e significativa divisão interna do trabalho – repórteres, fotógrafos, redatores, gráficos e articulistas – constitui-se a principal fonte dessa pesquisa. Foram jornais com possibilidades de tornarem-se mais lucrativos e consolidados do ponto de vista empresarial e de terem maior influência política com a ampliação do público leitor e do número de anunciantes. Além disso, possuíam uma função informativa, considerada importante pelos seus proprietários, os quais reservavam um espaço significativo para o noticiário local, nacional e internacional. Mesmo com esse caráter empresarial e informativo, os jornais de grande circulação tiveram intensa atividade política que marcou a História Contemporânea do Brasil. Em torno de suas

¹⁰ O primeiro jornal do grupo foi a *Folha da Noite*, criado em 1921. Em seguida, em 1925, foi lançada a *Folha da Manhã*. No ano de 1949, surgiu a *Folha da Tarde*; em 1960, os três jornais foram fundidos em um só, a *Folha de S. Paulo*.

¹¹ Nos anos de 1950, os *Diários Associados* eram a maior cadeia de comunicação da América Latina. Em 1952, compreendiam vinte e oito jornais, uma agência de notícias, três revistas, dezenove emissoras de rádio e duas estações de televisão. O matutino, *O Jornal*, e o vespertino, *Diário da Noite*, ambos do Rio de Janeiro, foram os órgãos líderes do grupo, que também possuía a revista de maior tiragem do país, *O Cruzeiro*.

¹² ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro: pós-1930*. 2ª Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, V. 1, p. 1629.

¹³ MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Imprensa, 1981, pp. 173-177.

redações, formaram-se grupos políticos poderosos que diariamente publicavam textos em defesa de seus interesses, procurando, com isso, convencer o grande número de leitores a apoiar suas causas. Dessa forma, tornou-se um relevante *locus* de produção de idéias e eficiente meio de propaganda ideológica.

Embora seja consideravelmente importante a atuação dos pequenos jornais na questão, como a imprensa nacionalista, periódicos do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁴ e revistas de organizações da sociedade civil, este trabalho focou apenas a grande imprensa, pois esses dois tipos de publicação tinham metas, estilos, leitores, estruturas organizacionais e métodos de financiamento diferenciados. A grande imprensa, formada por periódicos tradicionais, em sua maioria conservadores e comprometidos com a classe dominante, equilibrava-se entre seus compromissos, a necessidade de obter lucro e seus projetos políticos, além disso, tinham como principal fonte de renda a propaganda veiculada em suas páginas.

Por outro lado, a pequena imprensa, cuja função primordial era política – defender uma causa, divulgar ideais e promover debates – vinculava-se diretamente a grupos políticos, partidos, lideranças, movimentos sociais, sindicatos etc; ou a entidades, associações, centros de pesquisa, grupos de intelectuais e artistas, entre outros. Estes jornais possuíam uma estrutura econômica e administrativa bastante deficitária, que se caracterizava por um reduzido número de funcionários e constante dificuldade financeira. Por conta disso e de sua principal fonte de receita advir da venda de exemplares, muitos periódicos duraram pouco tempo ou não passaram dos primeiros números.

Conforme foi evidenciado, os jornais de grande circulação dependiam economicamente dos anunciantes, portanto estavam sujeitos a eventuais pressões por parte dos financiadores. Na época, os que mais gastavam com publicidade eram as empresas,

¹⁴ Os principais jornais da imprensa comunista eram: *Tribuna Popular*, *Classe Operária*, *Imprensa Popular*, *Novos Rumos*, *Voz Operária* (Rio de Janeiro); *Hoje e Notícias de Hoje* (São Paulo); *O Momento* (Salvador-Bahia).

nacionais e estrangeiras, e o governo. Assim, sabe-se, por exemplo, que, em diversos momentos da história brasileira, a verba destinada pelo Estado à propaganda oficial foi utilizada para influenciar o conteúdo das matérias publicadas. Durante a campanha do petróleo a Standard Oil investiu pesado em propaganda para defender seus interesses. Outras multinacionais e empresários brasileiros, importantes anunciantes, se interessaram pela polêmica, por isso, é relevante verificar até que ponto o poder econômico determinou a linha editorial dos jornais estudados.

Para a realização desse trabalho, foram selecionados dois jornais de grande circulação, escolhidos de acordo com alguns critérios: em primeiro lugar, o periódico deveria ter atuado de forma significativa no debate, com a produção de textos, argumentos, propostas e abertura de suas páginas para grupos e indivíduos envolvidos na polêmica; além disso, optou-se por escolher jornais que tivessem adotado posições contrastantes na campanha, a fim de estabelecer uma análise comparativa das estratégias e dos argumentos utilizados para convencer os leitores. Em segundo lugar, eles deveriam representar os interesses de grupos sociais que tiveram uma participação decisiva na questão. Desse modo, pudemos refletir sobre os limites da independência, a imparcialidade e a objetividade dos órgãos de grande circulação. Também foi abordada a relação entre esses grupos e a imprensa, para descobrir até que ponto a linha editorial foi influenciada. Por último, os jornais escolhidos deveriam ter um projeto político/econômico para o Brasil, o que tornaria possível identificar como as discussões em torno do desenvolvimento econômico provocaram mudanças nesses projetos e que ambigüidades continham.

A partir dessas problemáticas, chegou-se aos jornais *O Estado de S. Paulo (OESP)*, órgão de tendência liberal, favorável à participação do capital estrangeiro e da iniciativa privada nacional no setor petrolífero, e *Diário de Notícias (DN)*, defensor do monopólio estatal. Esses periódicos atuaram nos momentos decisivos da polêmica, pois produziram e

difundiram argumentos para abonar seus pontos de vista, bem como os de grupos políticos e sociais, além disso, construíram estratégias para conquistar o apoio do leitor para as causas que professavam.

Nas décadas de 1940 e 1950, *OESP* era um dos mais importantes jornais do país, do ponto de vista econômico era uma empresa consolidada devido ao grande número de anunciantes e à elevada tiragem de exemplares. O *Estadão* também possuía credibilidade junto aos leitores e suas publicações alcançavam repercussão nacional. Além disso, atuou de forma intensa no cenário político brasileiro, sempre orientado por um conjunto de princípios como o liberalismo, anticomunismo e o antigetulismo. Sua influência era tal que acabou se constituindo em uma facção política de prestígio, com um projeto de nação inspirado no pensamento liberal, fato que o diferenciou de outros jornais defensores da participação da iniciativa privada no setor petrolífero. Um outro dado que o transformou em objeto de estudo privilegiado foi sua estreita ligação com a burguesia paulista; na época, o principal grupo econômico do país. Esse segmento tinha um interesse especial no assunto, já que a ampliação do seu poder político e econômico dependia do desenvolvimento industrial do Brasil.

O *DN*, líder de vendagem no Rio de Janeiro entre os matutinos e também um dos principais jornais do Brasil, desenvolvia intensa atividade política, orientada por uma filosofia jornalística que apregoava a necessidade do jornal intervir na realidade para transformá-la; assim, o profissional da imprensa deveria ser um ator político que analisasse os problemas da sociedade e propusesse soluções para superá-los. Nessa perspectiva, o jornalista não deveria ser um mero transmissor de informações, antes teria que atuar na vanguarda dos acontecimentos. Por conta desse princípio, o periódico carioca elaborou um claro projeto de desenvolvimento para o país, divulgado por meio de manifestos publicados em suas páginas. Além disso, o *DN*, o único jornal de grande circulação a defender o monopólio estatal entre 1946 e 1953, mantinha estreita vinculação com os grupos que coordenaram a Campanha do

Petróleo, como o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional (CEDPEN) e os militares nacionalistas.

Os jornais *Última Hora*, representante dos interesses getulistas, e *Tribuna da Imprensa*, porta-voz da UDN e da oposição a Vargas, não foram selecionados devido ao fato de terem sido fundados, respectivamente, em 1949 e 1951, e, portanto não participaram dos debates desde o início. Já os comunistas, embora tenham se destacado pela participação nos embates do momento, não editavam nenhum jornal de grande circulação e amargavam a ilegalidade desde 1947.

Com respeito à seleção das fontes, cabe ainda esclarecer que foi estudado um jornal paulista e outro carioca, uma vez que os debates sobre o petróleo eram de âmbito nacional. Acrescente-se, ainda, que as cidades escolhidas eram o eixo de concentração do poder político e econômico e onde se localizavam os principais jornais do país, cuja repercussão era alta. Na época, o Rio de Janeiro era a capital da República e o centro das decisões políticas, já São Paulo era a cidade mais industrializada do país. Portanto, são espaços privilegiados para um estudo sobre a participação da imprensa nos debates que culminaram na criação da Petrobras.

Convém destacar que uma das principais fontes da pesquisa são os editoriais, que permitiram compreender o posicionamento dos periódicos e analisar os argumentos utilizados para defender seus pontos de vista. Também foram utilizadas notícias, artigos assinados, reportagens e anúncios para identificar a estratégia adotada no convencimento aos leitores e mostrar como os vários tipos de textos jornalísticos e seções foram mobilizados na defesa da causa que professavam. Além disso, esse material ajuda a compreender a relação entre empresas de comunicação e os grupos envolvidos na discussão. Desse modo, é possível fazer uma reflexão acerca de questões como: por que determinados assuntos e acontecimentos foram notícia e outros não? Os articulistas que escreviam nesses jornais estavam ligados a quais grupos e que posições defendiam? Qual foi o espaço que os jornais destinavam aos

grupos e entidades sociais que representavam? A farta publicidade que as companhias internacionais de petróleo destinaram aos periódicos influenciou a linha editorial?

OESP, fundado em 4 de janeiro de 1875, por um grupo de fazendeiros liderados por Américo Brasiliense e Campos Sales, inicialmente com o nome de *Província de São Paulo*, pretendia divulgar os ideais abolicionistas e defender os interesses da elite agrária. Assim, combateu a centralização política e administrativa imposta pelo Imperador, reivindicou eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias e defendeu a separação entre a Igreja e o Estado. O jornal preferiu adotar uma linha política independente, por essa razão não se transformou em órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP).¹⁵

No início da República, Júlio de Mesquita assumiu o controle do matutino e, baseando-se nos ideais liberais, manteve a feição independente da publicação. Dessa forma, nunca admitiu transformar *OESP* em porta voz oficial de partidos ou defensor incontestado de governos, sob a alegação de que essa condição era essencial para a imprensa cumprir seu papel de crítico da situação vigente, tarefa julgada fundamental para o bom funcionamento do regime democrático. Contudo, a trajetória do jornal tem evidenciado os limites e as ambigüidades do seu liberalismo mutante de acordo com as circunstâncias.¹⁶

Ao longo da Velha República, o não alinhamento conferiu à plêiade de políticos e intelectuais aglutinados em torno do jornal, características próprias que transformavam o chamado “grupo do jornal *OESP*” em uma facção política independente, unida pela fidelidade a um conjunto de princípios liberais.¹⁷

OESP apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Nesse momento, o jornal defendeu os interesses dos cafeicultores e realizou forte oposição a Washington Luís. No entanto, a crise econômica e a situação social do país não foram utilizadas para justificar a

¹⁵ ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Op. Cit.*, V.2, pp. 2027-2032.

¹⁶ Sobre o liberalismo do jornal Ver: CAPELA, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-omega, 1980.

¹⁷ MICELI, Sergio. *Intelectuais a brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 89-90.

Revolução, mas sim, a desmoralização dos costumes públicos e a deturpação pela oligarquia dos princípios democráticos¹⁸.

Embora tenha apoiado a Revolução, o jornal não participou diretamente porque os dirigentes do movimento boicotaram a participação de São Paulo. No entanto, seu apoio durou pouco, pois a nomeação de interventores que não eram paulistas para o governo estadual e outras medidas, que visavam reduzir a autonomia e hegemonia de São Paulo, fizeram com que o matutino se decepcionasse com o movimento revolucionário, pois este representava a negação de seu projeto político e, ao invés de maior autonomia estadual, a Revolução trouxera o fortalecimento do poder central. Esses motivos e o receio de mudanças na estrutura social do país fizeram os liberais do *OESP* atuarem como um dos principais articuladores do movimento de 1932, cuja principal reivindicação era uma nova constituição e maior autonomia para São Paulo.

Assim, ao longo dos anos de 1930, o periódico representou a oposição a Getúlio Vargas, mas o Golpe de 1937 impediu a livre manifestação dos órgãos de imprensa. Em março de 1940, a redação do jornal foi ocupada pela polícia sob a alegação de que ali havia armas escondidas. O jornal foi expropriado, para logo depois reaparecer subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Somente em dezembro de 1944, o matutino foi restituído a Júlio de Mesquita Filho. Nas eleições de 1945 e 1950, *OESP* e a maioria da grande imprensa apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes a presidência da República, pela UDN. Os opositores de Vargas, reunidos nesse partido, entendiam que esse era o candidato ideal, pois tinha um alto posto militar, uma tradição de lutas democráticas e um “nome limpo”, em todos os sentidos.¹⁹

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena ; PRADO, Maria Lígia. *Op. Cit.*, pp. 30 – 36.

¹⁹ Sobre a atuação da imprensa paulista durante o Estado Novo Ver: CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Sobre a participação do jornal O Estado de S. Paulo nas eleições de 1945 e 1950 Ver: BENEVIDES, Maria V. Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Além da política, a economia também sempre teve destaque nas páginas do *Estadão*. Na década de 1920, o jornal apresentou-se como defensor dos produtores de café, chamados de “Classe dos Lavradores”, e a principal preocupação foi buscar soluções para o problema da superprodução que se agravou com a crise de 1929. Quase que diariamente, os editoriais tratavam de assuntos como balanço mensal das exportações por Santos, cotações no mercado externo, problemas das pragas, debates sobre os órgãos diretores do café e política cafeeira do governo, sempre propondo ao Estado medidas de médio e longo prazo que garantissem a estabilidade do café no mercado internacional.²⁰

Nos anos 1930, os representantes do jornal conferiram grande importância ao setor industrial, apresentado como uma alternativa à crise do café e um impulsionador do progresso econômico, portanto digno de receber apoio do governo. Essa postura não representou uma ruptura com os interesses agrários, pois o que *OESP* propunha era a harmonia entre os setores primários e secundários da economia para superar a crise e promover o desenvolvimento. Nessa perspectiva, o jornal discorreu sobre as vantagens da diversificação agrícola, sob o argumento de que a Depressão de 1929 não teria atingido proporções tão graves se o Brasil não dependesse da exportação de um único produto. Assim, apoiou a expansão das plantações de algodão, cereais, cana-de-açúcar, frutas etc.²¹

O jornal sempre defendeu a entrada de capitais estrangeiros no Brasil, postura justificada pelo discurso de que o país não possuía recursos suficientes para financiar o processo de desenvolvimento econômico. Por isso, os investimentos externos foram considerados indispensáveis para garantir o progresso nacional.²²

²⁰ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *Op. Cit.*, pp. 67-71.

²¹ *Idem.* pp. 79-87.

²² *Idem.*, pp. 88-89.

O matutino carioca, *Diário de Notícias*, fundado em junho de 1930,²³ surgiu num contexto de intensa agitação política. Sob a orientação de Orlando Dantas, Nóbrega da Cunha e Figueiredo Pimentel – jornalistas recém saídos de *O Jornal* – engajou-se em intensa campanha de ataques às estruturas políticas da República Oligárquica e de denúncias contra as fraudes que permitiram a vitória do candidato situacionista Júlio Prestes à presidência. O periódico ficou conhecido como *O jornal da revolução*, por manter uma coluna diária chamada de *O movimento revolucionário*, que acompanhou os acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930. Essa postura combativa pode ser explicada pela atitude de seus diretores, cujo propósito era que o jornal fosse mais do que um órgão informativo, mas principalmente, formador da opinião pública e atuante na vanguarda dos acontecimentos de uma maneira influente e transformadora.²⁴

Por apoiar os ideais da Aliança Liberal, o matutino comemorou a vitória da Revolução e, em 24 de outubro, atingiu a marca de 168 mil exemplares vendidos num único dia. A manchete que despertou tamanho interesse dos leitores foi “*As forças de terra e mar, que vinham apoiando o Sr. Washington Luís, retiraram esse apoio, constituíram-se em Legião Pacificadora do Brasil e destituíram o governo*”. Em editorial do dia seguinte, o *DN* destacou a importância dos tenentes no movimento armado e sublinhou o papel ocupado por Juarez Távora, a quem deveria ser entregue o comando do governo provisório. Com a indicação de Getúlio Vargas para a presidência o periódico optou por manter uma postura de independência e vigilância.

Assim criticou-o por não ter conferido logo de início a Paraíba (Estado de João Pessoa e que muito animou a revolução) um lugar no ministério revolucionário. Chamou-lhe atenção para não esquecer a plataforma política da Aliança Liberal, que deveria ser cumprida pelo governo. Combateu as nomeações motivadas por apadrinhamento político. E finalmente, no último dia de 1930, explicitou toda sua desilusão com os rumos da Revolução, considerando necessário a realização de um inquérito sobre a situação

²³ O *Diário de notícias* encerrou suas atividades em 1974, devido a dificuldades financeiras.

²⁴ ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Op. Cit.*, V. 2, pp. 1849-1851.

nacional, capaz de revelar ao país um balanço do Brasil após a revolução, evidenciando as boas e más iniciativas realizadas pelos interventores estaduais.²⁵

No entanto, o jornal só rompeu com o Governo Provisório no momento em que decidiu apoiar os revolucionários de 1932, por acreditar que não seria convocada uma Assembléia Constituinte eleita pelo povo. Com a promulgação da nova Constituição, em 1934, o *DN* empenhou-se em combater a candidatura de Vargas à presidência e apoiou Borges de Medeiros, com o objetivo de impedir o continuísmo. Nas eleições previstas para 1938, o matutino voltou a apoiar um candidato oposicionista, o ex-governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira.

Com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, a oposição ao presidente Getúlio Vargas intensificou-se e o jornal tornou-se alvo constante de severa censura, repressão policial e pressões econômicas. Em 12 de novembro, Orlando Dantas foi preso e advertido das consequências de uma linha editorial contrária a ditadura. O *DN* tentou buscar alternativas para burlar a censura, como centrar sua atuação no noticiário internacional, mas sua recusa em publicar artigos sobre as realizações do governo provocou novamente o DIP que reduziu a verba de publicidade destinada ao periódico pelas instituições públicas e ameaçou substituir os diretores do jornal²⁶.

Em 1939, o *DN* se tornou o matutino mais vendido do Rio de Janeiro, consolidando-se como empresa, apesar de todas as adversidades políticas. Nesse momento, a maioria de seus leitores era formada por segmentos da classe média, principalmente militares e funcionários públicos. Com a redemocratização, o periódico apoiou a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da república, nas eleições de 1945 e 1950, e fez campanha para que a população não votasse nos candidatos que apoiaram a ditadura estadonovista. Nos dois

²⁵ PEREIRA JUNIOR, Dimas Sales. *Diário de Notícias na crise de 1955: Disputas políticas e práticas jornalísticas*. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 64.

²⁶ Idem. pp. 65-67.

pleitos, o principal alvo das críticas foi o getulismo, considerado inimigo das liberdades políticas, autoritário e corrupto.²⁷

A filosofia jornalística do *DN* era baseada na idéia de analisar a “realidade brasileira” para indicar soluções para os problemas nacionais. Desse modo, apresentava-se como órgão independente e posicionava-se de maneira clara e objetiva sobre as grandes questões de interesse público. As suas diretrizes foram elaboradas pelo grupo do jornal e divulgadas no *Programa Nacional*, denominação dada aos manifestos publicados pelos redatores nas páginas do matutino, com o objetivo de orientar a linha editorial. Esses documentos apresentavam princípios políticos e soluções para os problemas do país.²⁸

O *Programa Nacional* da primeira edição do jornal, cujo tema principal eram a moralização da política, a defesa da modernização e o desenvolvimento industrial, declarou que as soluções apresentadas baseavam-se no liberalismo, sugeriu a instituição do voto secreto e obrigatório e defendeu a melhoria do sistema educacional, a liberdade de opinião e imprensa, entre outras medidas. Em 1953, o *DN* comemorou vinte e três anos e, devido ao falecimento do seu proprietário e fundador, Orlando Dantas, os objetivos de 1930 foram reafirmados, em novo manifesto, junto com um balanço da trajetória do jornal. Esse texto foi publicado em junho e assinado pelo herdeiro do periódico, João Portela Ribeiro Dantas.²⁹

Em junho de 1958, um novo manifesto, com o título *Um Estudo sobre a Revolução Brasileira*, sistematizou o pensamento do *DN* e proclamou a necessidade de um movimento revolucionário que realizasse profundas reformas políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, como solução ao problema da miséria no campo, propôs a reforma agrária e, para fortalecer a defesa dos interesses nacionais, sugeriu a adoção do monopólio estatal nos setores estratégicos da economia, principalmente energia elétrica e petróleo, e o aperfeiçoamento

²⁷ PEREIRA JUNIOR, Dimas Sales. *Op. Cit.*, pp. 68-74.

²⁸ Idem. pp. 82-88.

²⁹ Idem. pp. 88-89.

tecnológico das Forças Armadas. Além disso, defendeu o reatamento das relações comerciais do Brasil com os países do bloco socialista, argumentando que essa medida favoreceria a expansão e a diversificação de nossas exportações. Na educação, mostrou-se favorável à implantação de um programa de erradicação do analfabetismo.³⁰

A imprensa surge tardiamente no Brasil, em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa. O papel dessas primeiras publicações foi essencialmente político, pois seus proprietários preocupavam-se, acima de tudo, com a propaganda de idéias colocando em segundo plano o lucro e o caráter informativo do jornal. Essa situação começou a mudar a partir da segunda metade do século XIX e se consolidaria no início do século XX, momento em que os jornais começaram a se organizar como empresas comerciais. Os *jornais empresas* ou *grande imprensa* são aqueles, cujo objetivo é o lucro e, para isso, lançam mão de uma série de estratégias, visando à ampliação do público leitor e, conseqüentemente, do número de anunciantes. No entanto, ao constituírem-se em empresas, revelaram-se um negócio sólido e lucrativo, mas nem por isso abandonaram a luta política ou deixaram de expressar interesses de grupos específicos. Outra característica é que a necessidade de financiamento, o vínculo com os anunciantes e a dependência dos leitores passam a interferir nas posições assumidas pelos periódicos, que se tornaram passíveis de manipulação³¹.

Na década de 1950, a imprensa buscava sua autonomia em relação ao campo político, o que provocou uma série de transformações como, por exemplo, a concentração de capital em grandes empresas de comunicações que tentavam se adequar às regras da indústria cultural. Isso provocou um acirramento na concorrência e levou ao rápido desaparecimento de boa parte dos jornais diários até então existentes. Houve a tentativa de assimilar o modelo da imprensa norte-americana por meio de inovações técnicas, gráficas e editoriais, cuja pretensão

³⁰ PEREIRA JUNIOR, Dimas Sales. *Op. Cit.*, pp. 90-93.

³¹ CAPELATO, Maria Helena. *Os Interpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista 1920 – 1945*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, pp. 06-15.

era atingir a “*objetividade e imparcialidade*”. Esse fenômeno modificou substancialmente a forma de fazer jornalismo no Brasil.³²

A escolha do jornalismo norte-americano como modelo para a modernização da imprensa brasileira acarretou algumas transformações observadas no noticiário através da adoção de um conjunto de restrições com respeito tanto à linguagem quanto à estrutura do texto, a fim de eliminar o tom emotivo e participativo do mesmo. Assim, para garantir a impessoalidade, foi imposto um estilo direto, sem o uso de metáforas. A comunicação deveria ser, antes de tudo, referencial, por isso o uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório e o modo verbal passou a ser o indicativo. Os adjetivos e as aferições subjetivas teriam que desaparecer, assim como os pontos de exclamação e as reticências. As palavras com funções meramente enfáticas ou eufemísticas também deveriam ser evitadas. Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de idéias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele precisava ser o “*espelho da realidade*”.

A estrutura da notícia seguiu a técnica do *lead*, em que o primeiro parágrafo resume o fato principal, respondendo a cinco perguntas básicas: quem?, o quê?, quando?, onde?, por quê?; e da *pirâmide invertida*, que pressupõe a estruturação do texto de tal forma que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento logo nos parágrafos iniciais. Isso tinha uma dupla função, pois atendia à lógica da leitura rápida e facilitava a edição, permitindo que, na hora da montagem da página, se “cortasse” o texto pelo final (ponta da pirâmide), sem lhe causar danos de sentido. O novo modelo também introduziu no Brasil os *Manuais de Redação* e o *copy-desk*, um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se

³² ABREU, Alzira Alves; et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 10.

necessário, reescrever as matérias com uma unidade de estilo. Ou seja, tinha um papel fiscalizador dentro do jornal.³³

O final dos anos 1940 e a década de 1950 marcaram também a profissionalização do jornalista e dos jornais. Foi nesse período que surgiram os primeiros cursos superiores de jornalismo e que as empresas jornalísticas implementaram reformas administrativas com o intuito de gerenciar melhor o seu patrimônio econômico. No Rio de Janeiro, os primeiros órgãos da imprensa que aplicaram o modelo norte-americano e aderiram as reformas foram o *Diário Carioca*, a *Tribuna da Imprensa*, a *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*. O pioneirismo desses jornais marcou profundamente a imprensa brasileira que ao longo do tempo foi assimilando tais mudanças.³⁴

Essas transformações apontaram para a incorporação pela imprensa dos valores da indústria cultural.³⁵ No entanto, diversos autores indicam os limites e contradições desse processo. Goldenstein, afirma que é possível um jornal introduzir procedimentos da indústria cultural sem adotar integralmente sua lógica.³⁶ Ao estudar a *Última Hora*, constatou que este utilizou técnicas dessa indústria para conseguir adeptos a uma causa política, no caso, o

³³ RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e História nos anos 50*. Tese (doutorado em comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, pp. 31-34.

³⁴ Idem, pp. 35 – 36.

³⁵ Entendemos que o termo indústria cultural pode ser utilizado para sublinhar o fato de que, a partir de um certo momento, a produção de determinados bens culturais passa a se subordinar à lógica do mercado. A racionalidade da empresa (a busca do lucro, a tentativa de obtenção do maior público possível) se impõe à produção da cultura, subordinando a mensagem a seus parâmetros. Segundo Ortiz, os anos 1940 e 1950 se caracterizaram pela emergência da indústria cultural no Brasil, ainda precária devido às limitações do capitalismo. Que impediu o acesso de boa parte da população a um mercado de bens culturais. Essa situação só iria mudar nas décadas de 1960 e 1970, momento em que esse mercado se consolidaria. Cabe ressaltar, que a expansão da indústria cultural esta associada ao desenvolvimento do capitalismo que apesar do dinamismo do pós-guerra ficou limitado a determinados setores, não se estendendo para a totalidade da sociedade. Isso explica o caráter limitado e precário dessa indústria nos anos 1940 e 1950. Ver. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

³⁶ GOLDENSTEIN, Gisela Taschener. *Do jornalismo político a indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

populismo varguista. Outros pioneiros, como *Diário Carioca*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil*, em graus variados, adotaram as novas técnicas como arma de luta política.³⁷

Apesar de terem se afirmado imperativo de gestão administrativa e de novas técnicas de modernização das empresas jornalísticas, estes itens ainda não foram suficientes para garantir a autonomia da imprensa em relação ao campo político, por isso os jornais jamais deixaram de cumprir uma função nitidamente política. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo através da publicidade.

Uma maneira bastante comum dos grupos políticos financiarem a modernização da imprensa foi conceder crédito com facilidade de pagamento, através dos bancos estatais. Embora tenha sido desse modo que Samuel Wainer fundou a *Última Hora*, essa não foi a empresa que mais recebeu favores do governo, prática comum na época. As mais beneficiadas foram os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, e o grupo de Roberto Marinho. Só o jornal *O Globo*, entre outubro de 1950 e dezembro de 1952, levantou em sucessivos empréstimos no Banco do Brasil mais de 1 milhão de dólares em condições de pagamento extremamente vantajosas.³⁸

Os jornais constituem-se em importante documento para o estudo da História brasileira. Antes considerados fonte suspeita e de pouca importância, já são reconhecidos como material de pesquisa valioso. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos, interesses e cotidiano. Nos vários tipos de periódicos encontramos projetos políticos e visões de mundo representativas dos diversos setores da sociedade. Por isso,

³⁷ RIBEIRO, Ana Paula G. *Op. Cit.*, pp. 39-40.

³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 460-462.

entende-se que a imprensa comenta e participa da História e que, através dela, se trava uma constante batalha pela “*conquista dos corações e mentes*”. Para conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. Assim, compete ao historiador reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem diversos personagens.

Por tudo isso, não é possível concordar com as idéias de *objetividade e imparcialidade*, provenientes do jornalismo norte-americano. Afinal, a própria escolha das reportagens ou das fotografias que serão publicadas expressa a leitura que o jornal fez do fato que noticiou. Por não ser uma mera mediadora dos acontecimentos, embora se pretenda imparcial e objetiva, a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Também se acredita não ser possível classificar os jornais com base na distinção entre o jornalismo de opinião e o jornalismo informativo, sendo o último mais empresarial e imparcial do que o primeiro.

Cabe ressaltar, que o período estudado é extremamente rico, pois apesar das grandes transformações que ocorreram na imprensa, ela não deixou de expressar suas opiniões e de se envolver no jogo político. Isso nos obriga a não perder de vista a participação desses órgãos nos debates em torno dos projetos para o Brasil que se delineavam. Dessa forma, procurou-se estudar a imprensa como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam em suas páginas.

I. O ESTADO DE S. PAULO E DIÁRIO DE NOTÍCIAS NA QUESTÃO DO PETRÓLEO

Neste capítulo, será abordada, além da origem do debate público em torno da política mais adequada para o setor petrolífero, a atuação de alguns grupos sociais na questão e também será feita uma análise da participação dos jornais, *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *Diário de Notícias* (DN), nas discussões que ocorreram entre 1946 e 1953.

Demorou muito tempo para o petróleo se tornar um tema prioritário e de interesse nacional. Somente a partir da década de 1930, momento de grandes transformações no país, e depois de intensos debates, que resultaram na adoção do monopólio estatal e na criação da Petrobras, o assunto ganhou fôlego. Para se ter uma idéia, durante o Império nenhuma sondagem ou exploração foi realizada e as pesquisas geológicas priorizavam outros produtos minerais como carvão, xisto e demais rochas pirobetuminosas e também não existia uma legislação específica para a mineração, o que definia seus aspectos fundamentais era a Constituição de 1824 e a Lei de Terras de 1850.

No período republicano, com relação à atividade mineradora, a Constituição de 1891 estabeleceu que a propriedade do solo incluía a do subsolo e determinou que as concessões para a exploração mineral fossem atribuídas pelos Estados e não mais pela União. Dessa forma, transferiu-se para o proprietário de terras um imenso patrimônio e para os governos estaduais a responsabilidade de conduzir a política de estímulo à mineração. Isso prejudicou a atividade porque os proprietários viam com desconfiança o trabalho dos mineradores e, com amparo legal, passaram a negar o acesso às jazidas. Além disso, as pesquisas geológicas,

responsabilidade dos Estados no período em questão, não tiveram como prioridade a descoberta de petróleo. Nota-se, ainda, que a política de concessões foi marcada por escândalos e denúncias de favorecimento.

As poucas tentativas da iniciativa privada nacional de explorar petróleo não obtiveram êxito, devido aos elevados custos de exploração e ao desconhecimento geológico do território brasileiro. Por outro lado, as companhias estrangeiras não estavam interessadas em investir no país durante as duas primeiras décadas do século XX, pois havia uma superprodução de combustíveis no mercado internacional.

Com a Primeira Guerra Mundial, o Governo Federal passou a se preocupar com a exploração de petróleo, pois o conflito evidenciou a dependência do Brasil do mercado externo para o fornecimento de combustíveis e mostrou a importância do petróleo para a segurança nacional e para o crescimento das indústrias. Assim, em 1919, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) iniciou as primeiras perfurações em busca de petróleo e, até 1930, abriu 51 poços; entretanto, nada foi encontrado devido às condições adversas: controle burocrático, equipamento inadequado, pequeno número de perfurações e verba insuficiente. Essas pesquisas, contudo, formaram um conjunto significativo de informações sobre a geologia do país e proporcionaram as condições para o aperfeiçoamento de uma equipe de geólogos brasileiros.

Apenas na segunda metade da década de 1920, foram apresentados no Congresso Nacional os primeiros projetos de legislação específica para o setor petrolífero, cujo trâmite foi interrompido pela Revolução de 1930. Somente nos anos 1930 se formaram as condições necessárias para um amplo debate nacional em torno do tema. Nessa época, governo, burguesia nacional e companhias estrangeiras se interessaram efetivamente pelo desenvolvimento da indústria dos combustíveis e, conseqüentemente, o ritmo das pesquisas

aumentou, houve o empenho do Estado para regulamentar essa atividade e foram abertos os primeiros poços de petróleo com viabilidade comercial.

O início do debate público

Com a crise de 1929, houve um colapso do mercado internacional de café, acompanhado pela queda dos preços dos demais produtos de exportação, da desvalorização cambial e da interrupção dos investimentos britânicos e norte-americanos no Brasil. A crise mundial atingiu em cheio a balança de pagamentos, pois, mesmo com as tentativas do governo de regular o mercado de café, o produto não conseguiu reconquistar os níveis de preços internacionais anteriores a 1929. Outro problema foi que o índice de exportações permaneceu baixo durante toda a década de 1930. Sem os lucros do café, tornava-se difícil pagar a dívida externa e o custo da importação de produtos vitais – combustíveis, trigo, matérias-primas industriais, trilhos e equipamentos.

Com a Revolução de 1930, que levou ao poder Getúlio Vargas, procurou-se resolver a crise econômica com medidas que pretendiam, além de estabilizar os preços do café no mercado externo, estimular o aumento das exportações e reduzir as despesas para equilibrar o orçamento. Objetivava-se a obtenção de crédito e a recuperação da capacidade de efetuar pagamentos. O então ministro da fazenda, Oswaldo Aranha, teve relativo sucesso em sua política de equilíbrio fiscal. Além disso, a garantia de preços pelo governo e a diversificação das exportações conseguiram impedir a queda dos preços do café e estimular as exportações de cacau e algodão.

Mesmo com a diminuição dos problemas internos em 1933, as perspectivas de recuperação financeira a longo prazo não eram boas, uma vez que a crise persistia no âmbito internacional. As nações européias tentavam estabilizar suas economias mediante a adoção de

políticas de auto-suficiência. Assim, priorizavam a importação de produtos agrícolas de suas colônias, o que aumentava a concorrência com os nossos produtos, principalmente café, cacau e algodão.

A crise nos mercados tradicionais para os produtos brasileiros contrastava com o aumento, embora modesto, da produção industrial. Esse crescimento foi estimulado por condições favoráveis, como câmbio em declínio e redução da capacidade de importar. Um exemplo desse fenômeno foi a pequena indústria nacional de ferro e aço que, com garantia de preços e outros tipos de proteção governamental, conseguiu se estabilizar em 1933 e, até o final da década, aumentou de forma significativa a produção de ferro gusa e lingotes de aço. Mas tal indústria ainda não estava preparada para oferecer produtos pesados, como trilhos e chapas de aço, necessários para as estradas de ferro, estaleiros e indústria de construção. Nesse contexto de crise econômica mundial e de crescimento da produção industrial, surgiu a necessidade de construir no país uma indústria de base capaz de suprir a demanda interna. A idéia de que a industrialização deveria ser estimulada como uma alternativa ao modelo econômico agroexportador consolidou-se a partir da década de 1930 e iria se tornar hegemônica na de 1950. Com isso, a implantação de uma indústria petrolífera nacional tornou-se importante, apesar do consumo ainda ser reduzido e o primeiro poço só ter sido descoberto em 1939, na Bahia.

O Estado Maior do Exército acreditava que o Brasil deveria contar pelo menos com uma indústria de refinação, por motivos de ordem militar, econômica e estratégica. Com base nessas considerações, ligadas à defesa nacional, desejavam impedir que companhias estrangeiras participassem de qualquer fase da indústria, com exceção da distribuição, já

controlada por elas. Assim, os debates do pós-guerra em torno da política do petróleo tiveram origem na década de 1930¹.

No campo político, entre outras rupturas, a Revolução de 1930 tentou restringir o poder das oligarquias regionais por meio de um impulso centralizador que marcou toda a atividade política e administrativa do período. A centralização obviamente fez crescer a atuação do Governo Federal no setor petrolífero, que atingiu o auge com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Assim, os assuntos referentes à mineração e à exploração de jazidas de petróleo tornaram-se responsabilidade da União e não mais dos Estados e, conseqüentemente, as discussões sobre a política do petróleo assumiram dimensão nacional.

As empresas privadas nacionais também se interessaram pela exploração e as companhias internacionais tentavam influir nos rumos da política do setor. A disputa de interesses entre esses três elementos definiu as bases do debate que, anos mais tarde, resultou na criação da Petrobras. Nos anos de 1930, questões relativas ao grau de intervenção do Estado na indústria do petróleo e ao papel da iniciativa privada nacional e estrangeira já eram candentes, havendo os que defendiam posturas nacionalistas e pregavam a defesa dos nossos recursos naturais contra os interesses estrangeiros. Porém, o que marcou as discussões na época foi a polêmica em torno da existência ou não de petróleo no território brasileiro.

As mudanças que ocorreram na política do petróleo, na década em questão, foram bastante significativas: a primeira delas, tomada pelo governo provisório, decretou o fim de qualquer atividade dos governos estaduais no setor de mineração e cancelou todas as concessões até em tão autorizadas. Assim, coube à União o direito de autorizar a pesquisa e a lavra das jazidas minerais, sendo o Ministério da Agricultura o responsável por assuntos

¹ As considerações sobre a conjuntura econômica da década de 1930 e suas relações com o comércio exterior, indústria siderúrgica e petrolífera basearam-se na seguinte obra: WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Trad. Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973.

relacionados à mineração. Na época, o Ministro da Agricultura, Juarez Távora, empreendeu uma reestruturação no órgão a fim de torná-lo mais eficiente. Um dos resultados foi a extinção do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) e a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), medida que pretendia desburocratizar o SGMB e fortalecer a atuação dos técnicos no ministério. Prova disso, foi a contratação de importantes geólogos como Domingos Fleury da Rocha, Glycon de Paiva, Irnack Carvalho do Amaral e dois estrangeiros, Mark Malamphy e Victor Oppenheim.

Outra medida importante foi à promulgação do Código de Minas, em 1934, extremamente restritivo e nacionalista, pois distinguia a propriedade do solo e do subsolo. Com isso, as riquezas minerais contidas em determinada porção de terra não eram mais propriedade do seu dono. A nova lei considerava as riquezas do subsolo patrimônio da União, que poderia explorá-las diretamente ou emitir concessões para a pesquisa, lavra e exploração. De acordo com os legisladores, a medida defendia os recursos naturais de interesses locais, representados pelas oligarquias regionais e estrangeiros, capitaneados por grandes companhias internacionais e a tônica estava na defesa dos interesses nacionais contra os localistas e estrangeiros e não na discussão sobre propriedade privada.²

Apesar das mudanças, os avanços na pesquisa governamental foram diminutos devido à falta de recurso orçamentário e de pessoal treinado. No entanto, na tentativa de encontrar petróleo no Brasil, empresas privadas nacionais, evidenciando suas divergências com o Ministério da Agricultura, provocaram um intenso debate público, no qual as questões mais polêmicas giraram em torno do papel do Estado no setor e na dúvida sobre a existência de petróleo em nosso território. Cabe ressaltar que tal dúvida existia devido à falta de informações mais sistemáticas sobre o subsolo brasileiro.

² COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968, pp. 13-18.

A campanha que colocou a geologia do petróleo nas manchetes dos jornais originou-se da tentativa privada de explorá-lo nos Estados de Alagoas e Bahia. No final de 1932, um jovem engenheiro, chamado Manuel Inácio Bastos, com base em antigos relatórios de pesquisa, perfurou um poço de pouca profundidade na região de Lobato, periferia de Salvador, e constatou uma infiltração de óleo no local. Comunicou a descoberta ao Ministério da Agricultura, mas os técnicos do governo se recusaram a acreditar na possibilidade de existir petróleo na região. Quando percebeu que o governo não lhe daria apoio, Bastos recorreu a Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias da Bahia, e novamente pediram auxílio ao Governo Federal. Os técnicos negaram mais uma vez o pedido de ajuda, com a alegação de que a geologia do local era imprópria à ocorrência de petróleo. Por isso, Oscar Cordeiro iniciou uma campanha na imprensa reiterando suas afirmações acerca da existência de petróleo em Lobato e criticando os técnicos do Ministério.

Em 1931, o engenheiro Edson de Carvalho iniciou trabalho de perfuração em Riacho Doce, Alagoas, e, no ano seguinte, anunciou à imprensa a descoberta de imensas reservas, associando-se ao escritor Monteiro Lobato para fundar a Companhia Petróleo Nacional. O capital da empresa foi formado por ações vendidas ao público e, para entrar em operação, tomaram emprestado uma sonda do SGMB, cedida ao governo do Estado de Alagoas. As pesquisas preliminares foram feitas por F. B. Romero, um mexicano que possuía um misterioso aparelho que localizava petróleo sem fazer sondagem. Segundo esse aparelho, a região possuía grandes lençóis petrolíferos. Em janeiro de 1933, a companhia contratou o geólogo estrangeiro Victor Oppenheim que, depois de alguns meses de trabalho, concluiu o oposto. Oppenheim deixou a companhia e foi trabalhar no Ministério da Agricultura e Monteiro Lobato e Edson de Carvalho produziram um relatório de pesquisa extremamente otimista, tomando como referência as análises de F. B. Romero, e o enviaram ao presidente

Getúlio Vargas, pedindo auxílio para seu trabalho. Paralelamente, colocaram as ações da companhia à venda para o público.³

Euzébio de Oliveira, diretor do SGMB, manifestou à imprensa dúvidas quanto à existência de petróleo na região, pondo em xeque a eficiência do aparelho de Romero e a integridade dos diretores da Companhia Petróleo Nacional. Essas declarações tiveram efeito devastador sobre a companhia, que não conseguiu vender as ações. Edson de Carvalho continuou o trabalho em Alagoas, com equipamentos emprestados e recursos financeiros próprios; Monteiro Lobato iniciou uma campanha na imprensa para provar que existia petróleo no Brasil e denunciar suposta sabotagem feita pelo Ministério da Agricultura e companhias internacionais contra as companhias privadas nacionais.

Na época, Monteiro Lobato, já um importante intelectual, autor de livros como *Urupês* e o maior escritor da nossa literatura infantil, acreditava que, por meio da industrialização, o Brasil iria se desenvolver economicamente, garantindo, assim, uma melhor condição de vida à população. No início dos anos de 1930, tentou implantar um novo processo siderúrgico para beneficiar o ferro, mas não deu certo. Então, passou a se dedicar apenas ao problema do petróleo, fundando companhias nacionais e promovendo uma campanha que visava provar a existência de petróleo no Brasil e conseguir sócios para os seus empreendimentos. A estratégia de Lobato era a publicação de artigos na imprensa e a realização de conferências, sempre com o argumento que se existia petróleo nos países vizinhos, teria que existir também no Brasil. Em junho de 1935, foi lançado, pela Companhia Editora Nacional, o livro de Essad Bey, *A luta pelo petróleo*, com prefácio de Monteiro Lobato, denunciando a ineficiência do governo e sua conivência com os trustes internacionais, ou seja, *não tirar petróleo e não deixar que ninguém tire*.

³ SMITH, Peter Searborn. *Política e Petróleo no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Artenova/ Ed. da Unb, 1978, pp. 39-42.



Livros que Monteiro Lobato utilizou para divulgar suas idéias sobre o petróleo, com *O Poço do Visconde*, lançado em outubro de 1937, sua campanha atingiu até o público infantil.

Em agosto de 1936, Lobato lançou *O Escândalo do Petróleo*, cujas duas primeiras edições foram esgotas no primeiro mês, e, até o final do ano, mais de vinte mil exemplares haviam sido vendidos. O autor denunciava supostas manobras do DNPM, cujo diretor era Fleury da Rocha, para boicotar a exploração de petróleo em Alagoas e defender os interesses da Standard Oil no Brasil. Além disso, ele pediu apoio aos militares para resolver o problema, com o argumento de que o assunto dizia respeito à defesa nacional. A resposta às críticas de Lobato foi dada pelo Ministro da Agricultura, Odilon Braga, no documento *As bases para o inquérito sobre o petróleo*.⁴

Ainda no ano de 1936, outro livro importante, *Contribuições para a geologia do petróleo no Recôncavo*, foi publicado por Glycon de Paiva, Irnack Carvalho do Amaral e Silvio Fróes Abreu, geólogos do DNPM, como resultado da campanha de Oscar Cordeiro para provar a existência de petróleo na Bahia. Oscar Cordeiro conseguiu convencê-los de que era grande a possibilidade de existir petróleo na região e, apesar das declarações do Ministro da

⁴ AZEVEDO, Carmen Lucia et. al. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Ed. Senac-São Paulo, 1997, pp. 269- 291.

Agricultura em contrário, os geólogos, financiados pelo banqueiro carioca Guilherme Guinle, fizeram um levantamento, em 1936, e concluíram que havia infiltração de óleo no poço cavado por Manoel Ignácio Bastos e que a sondagem ali encontraria petróleo em quantidade comercial. Os resultados foram publicados em livro e contribuíram para reacender as discussões. Em 1938, o Governo Federal enviou uma equipe de prospecção até o local e um poço foi aberto ao lado da cisterna de Bastos e, em janeiro de 1939, a perfuração deu resultado, com o petróleo jorrando do poço.⁵

No que respeita a Monteiro Lobato, ele fundou nova empresa, a Companhia Petróleos do Brasil, a fim de realizar sondagens em Araquá, município de São Pedro (SP). Enquanto realizava subscrição pública das ações, o DNPM declarou que naquela região também não havia petróleo. Os resultados de Edson de Carvalho e Monteiro Lobato não foram considerados satisfatórios e as pesquisas que empreenderam não propiciaram a descoberta de petróleo em quantidade comercial. As campanhas de Lobato, juntamente com as atividades das demais empresas privadas de petróleo, foram interrompidas em 1937, com o golpe que implantou o Estado Novo e com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1938.

O CNP e sua política de intervenção estatal

O processo de industrialização aumentou o consumo de combustíveis enquanto a possibilidade de uma guerra mundial ameaçava o abastecimento interno. Com o golpe do Estado Novo, os militares impuseram uma política mais nacionalista para o petróleo, pois tal situação colocava em evidência a total dependência do país em relação às companhias estrangeiras, o que estimulou o chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, a propor, em fevereiro de 1938, a nacionalização da indústria do petróleo ou o seu monopólio

⁵ SMITH, Peter Searborn. *Op. Cit.*, p. 46-52.

pelo Estado, em nome da salvaguarda da soberania nacional. A proposta serviu de base ao Decreto-Lei número 395, de 29 de abril de 1938, que declarou de utilidade pública o abastecimento de petróleo e seus derivados, atribuindo à União exclusiva competência para regular a produção, importação, refino, transporte e distribuição dos produtos. Esse mesmo decreto estabeleceu que empresas de refino só poderiam ser constituídas por acionistas brasileiros e criou o CNP. Em maio de 1941, um novo decreto estabeleceu que todas as jazidas de petróleo encontradas em território nacional seriam propriedade do Estado.

O CNP foi o órgão responsável por autorizar e controlar a pesquisa, exploração, importação, transporte e distribuição de petróleo e seus derivados; e cabia ao Conselho autorizar a instalação e fiscalizar o funcionamento de qualquer refinaria. Além de atuar como entidade reguladora do setor, o CNP, cuja importância era evidente, pois comandava a política do petróleo⁶, desenvolvia atividades de pesquisa, lavra de jazidas e transporte de combustíveis.

Seu primeiro presidente foi o general Júlio Caetano Horta Barbosa, que manteve uma orientação nacionalista até o final de sua gestão e pretendia estabelecer o monopólio estatal em todas as fases do setor petrolífero, mas, na época, não havia condições para tanto. Assim, suas metas foram mais modestas e a instalação de uma refinaria estatal tornou-se prioridade. Segundo o general, as vantagens dessa iniciativa eram muitas, entre elas, a possibilidade de financiar a pesquisa e a exploração com o lucro proveniente da refinação. Outro ponto positivo seria a economia de divisas destinadas à importação de combustíveis, uma vez que a aquisição de petróleo bruto para refiná-lo no Brasil custaria menos do que a compra de seus derivados no mercado internacional. Além disso, o Estado teria um maior controle sobre o preço dos combustíveis no mercado interno. No entanto, a proposta não se viabilizou devido a

⁶ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, pp. 177-178.

um conjunto de adversidades, como: dificuldades para a importação de equipamentos por causa da guerra, falta de verba e pressão dos trustes internacionais.

Entre as realizações de Horta Barbosa, pode-se destacar a criação de um imposto único, que recaiu sobre a comercialização dos combustíveis e teve por finalidade financiar as atividades de pesquisa e exploração empreendidas pelo Governo Federal. No início, o CNP concentrou seus esforços no mapeamento geológico do Recôncavo Baiano, devido à descoberta de petróleo em Lobato. Aliás, o Conselho interrompeu os trabalhos nessa área por constatar que a quantidade de óleo ali existente não justificava a exploração comercial. Apesar da frustração, as ações no Recôncavo logo deram frutos e, em maio de 1942, foi descoberto, em Candeias, o primeiro campo comercial de petróleo do Brasil. Outra medida importante tomada pelo CNP foi a recusa de três propostas de instalação de refinarias feitas pela Standard Oil. Com isso se pretendia impedir que empresas estrangeiras controlassem o setor petrolífero nacional.

A Segunda Guerra Mundial obrigou o CNP a reduzir o ritmo de suas atividades, pois as dificuldades para a importação de equipamentos e contratação de pessoal e a falta de verba e material foram apenas alguns obstáculos enfrentados pelo órgão. O conflito também provocou a queda na produção de petróleo dos países exportadores e a oferta do produto no mercado internacional diminuiu muito. No Brasil, houve crise no fornecimento de combustíveis, o que obrigou o governo a impor, a partir de maio de 1942, o racionamento para evitar o colapso nos transportes marítimos, ferroviários e rodoviários. Além disso, como alternativa à gasolina, foi utilizado o gasogênio, aparelho que possuía a forma de tubos e era adaptado atrás dos veículos ou por cima da capota. Produzia gás combustível através da queima de lenha ou carvão. O engenho foi alvo de duras críticas, inclusive por membros do governo, seja por questões estéticas ou pela perda de eficiência do motor. Alegava-se, ainda, que não fazia sentido destruir as reservas florestais e prejudicar o fornecimento de carvão para

casas e indústrias para manter o luxo dos ricos. Os problemas na área de transporte atingiram todo o setor de abastecimento, prejudicado também pela escassez de gêneros alimentícios e produtos industriais, o que elevava os preços.⁷

Horta Barbosa deixou a presidência do CNP em julho de 1943, devido à oposição que passou a enfrentar dentro do governo Vargas. Com a aliança entre Brasil e Estados Unidos, tornou-se difícil manter uma posição assumidamente nacionalista, já que o Estado norte-americano apoiava abertamente as iniciativas das companhias internacionais, que pressionavam o governo brasileiro para abrir o setor petrolífero. Seu substituto, o coronel João Carlos Barreto, assumiu a presidência em setembro e imprimiu orientação consoante com a tese da colaboração hemisférica, o que implicava em alterar a legislação nacionalista e estatizante anterior. Em maio de 1945, o órgão recomendou ao presidente Vargas a revisão da legislação do petróleo, no intuito de atrair capitais estrangeiros para as atividades de pesquisa, lavra, refino e distribuição do produto. Em outubro, decidiu-se permitir que empresas privadas nacionais instalassem refinarias no país.

A redefinição dos rumos do CNP foi apoiada publicamente pelos empresários nacionais, especialmente os industriais, em 1943, na realização do 1º Congresso Brasileiro de Economia e, em maio de 1945, na 1ª Conferência Nacional das Classes Produtoras do Brasil. Nesses encontros, os setores da indústria e do comércio afirmavam que o país não possuía os recursos financeiros e técnicos para desenvolver a indústria do petróleo, por isso o auxílio do capital estrangeiro era fundamental.⁸

Entre 1930 e 1945, a burguesia industrial teve um papel importante no esquema de alianças para a consolidação e o amadurecimento do novo regime, que resultaria em uma nova

⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 2000, pp. 67-83.

⁸ As considerações sobre a criação do CNP e suas realizações nos primeiros anos basearam-se em MOURA, Mariluce; et. al. *Petrobras 50 anos: uma construção da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003, pp. 83-90.

ordem econômica e social, e sua participação foi significativa no processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização e conscientização do esgotamento do modelo agroexportador. Havia interesses comuns entre as preocupações do empresariado industrial e as formulações do pensamento autoritário. Assim, durante o Estado Novo, os líderes do setor puderam manifestar suas posições nos conselhos econômicos e técnicos do aparelho burocrático – Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e Comissão de Planejamento Econômico – e nas associações classistas – Confederação Nacional da Indústria e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Nesses órgãos e instituições foram discutidas duas questões centrais para a definição de uma política industrialista: a intervenção estatal e a participação do capital estrangeiro na economia.

Os líderes industriais defendiam a idéia de que o desenvolvimento do setor produtivo era prioritário para o crescimento econômico e tinham consciência de que o empresariado local não possuía os recursos necessários para financiar o processo de industrialização, por isso solicitavam a ajuda do Estado e a participação de investidores externos. No entanto, a intervenção do Estado na economia, embora reconhecida como necessária, deveria acontecer dentro de limites bem definidos, nos quais o governo teria apenas funções de regulamentação e coordenação para estimular e amparar a iniciativa privada; desse modo, a atuação como produtor direto seria legítima apenas nos setores de infra-estrutura e indústria de base, quando o capital privado não tivesse condições ou interesse em desenvolvê-los. Já o investimento estrangeiro foi considerado imprescindível para o desenvolvimento da indústria, assim em congressos e conferências da categoria, aprovaram-se recomendações ao Governo Federal para que adotasse uma política de atração dos investimentos externos. Para os industriais do

país, o capital estrangeiro deveria agir como fator favorável à superação do atraso econômico.⁹

A Constituição de 1946

A partir de 1945, com o início da redemocratização e a conseqüente deposição de Vargas, as discussões sobre o desenvolvimento econômico tornaram-se mais amplas e foram influenciadas pelo final da Segunda Guerra Mundial, que possibilitou a normalização do comércio internacional e a retomada do fluxo de investimentos. Nesse novo panorama, questões importantes voltaram a ocupar a agenda nacional, como qual deveria ser o papel da iniciativa privada, nacional e estrangeira, e do Estado dentro das transformações estruturais a serem introduzidas no sistema produtivo brasileiro ou quais seriam os mecanismos e instrumentos de ação governamental capazes de acelerar o crescimento econômico. Tais questões foram respondidas de modo diverso pelos diferentes grupos que compunham as correntes do pensamento econômico brasileiro.

Ricardo Bielschowsky identificou cinco correntes do pensamento econômico entre as décadas de 1930 e 1960: o neoliberalismo, desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista”, desenvolvimentismo do setor público “nacionalista”, desenvolvimentismo do setor privado e socialismo. Cada uma delas será tratada para entender a relação entre o debate sobre o desenvolvimento nacional e a questão do petróleo.

O pensamento neoliberal, um dos mais importantes, teve uma ativa participação no debate econômico nacional, desde o século XIX. A crise de 1929 e as transformações que ocorreram na década de 1930 solaparam a base real de sua sustentação, uma vez que surgiram

⁹ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, pp. 87-201.

diferentes concepções do desenvolvimento brasileiro. Em reação, a ideologia liberal teve de passar por transformações. O neoliberalismo é resultado desse processo, pois seus adeptos preocupavam-se em defender o sistema de mercado por considerá-lo fórmula básica de eficiência econômica. O prefixo “neo” tem um significado muito preciso: representa o fato de que os liberais passavam a admitir, na nova realidade pós-30, a necessidade de alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado. Posição essa análoga ao Keynesianismo.¹⁰

Nos setores de infra-estrutura, esses economistas defendiam a atuação do capital estrangeiro ao invés da atuação do Estado, aliás, propunham uma redução constante da intervenção estatal. Os principais representantes dessa corrente foram Eugênio Gudín, Daniel de Carvalho, Octávio Gouveia de Bulhões, Denio Nogueira e Alexandre Kafka. Um dos núcleos significativos de atuação foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pouco depois de sua criação, em 1944, Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões formaram uma sólida divisão de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Além dessa instituição, os neoliberais tinham presença marcante no Conselho Nacional de Economia (CNE), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e Federação do Comércio de São Paulo (FCSP).¹¹

Já o pensamento desenvolvimentista defendia um projeto de industrialização integral, considerado capaz de superar o atraso e a pobreza brasileira. Tal projeto pode ser dividido em três correntes: desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo do setor público “não nacionalista” e desenvolvimentismo do setor público “nacionalista”. O que as unia era a idéia de formar um capitalismo industrial moderno e a perspectiva de que, para

¹⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 37.

¹¹ Idem. pp. 37-40.

isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção estatal. No entanto, existiam importantes diferenças, uma vez que esses economistas tinham preocupações e interesses relacionados às suas carreiras profissionais. Os que atuavam no setor privado privilegiavam a defesa dos interesses empresariais, enquanto os que trabalhavam no setor público não o faziam por assumir outros compromissos. Além disso, no setor público existiam duas posições que se diferenciavam pelo grau de intervenção estatal. Os economistas denominados “não nacionalistas” preconizavam soluções privadas de capital estrangeiro, para investimentos na indústria e na infra-estrutura e admitiam a intervenção estatal apenas em último caso; e os “nacionalistas”, ao contrário, advogavam a estatização dos setores de mineração, transporte, energia, serviços públicos de modo geral e alguns segmentos da indústria de base.

O desenvolvimentismo do setor privado advogava um projeto de industrialização planejado, que englobava a defesa dos interesses do capital privado nacional. Esses economistas partiam da idéia de que o setor industrial teria um papel central no desenvolvimento econômico do país. Tal corrente reunia-se no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e na Confederação Nacional da Indústria (CNI). Seus principais líderes, Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Jorge Street e Morvan Figueiredo, haviam tido importante participação nas agências e conselhos criados pelo Estado Novo incumbidas de definir políticas públicas em áreas como comércio exterior, energia, transporte, indústria siderúrgica e outros. Foram economistas representativos desse pensamento Almeida Magalhães, Ernesto Street, Knaalk de Souza e Roberto Pinto de Souza.

Os desenvolvimentistas do setor privado opunham-se às medidas que afetassem a lucratividade das empresas nacionais. Por isso, lutavam pela preservação de mercados, faziam oposição à elevação dos salários, eram contrários ao aumento de impostos e favoráveis a

redução da carga tributária, pois se queixavam dos encargos trabalhistas, defendiam a ampliação do crédito e combatiam sua retração. Eram favoráveis aos investimentos estrangeiros, desde que houvesse um controle por parte do Estado. Além disso, reivindicavam o direito de serem consultados sobre todos os projetos de intervenção estatal, argumentando que só assim poderiam avaliar os interesses e possibilidades de participação nos empreendimentos da iniciativa privada brasileira. Por outro lado, o controle do capital estrangeiro justificava-se como forma de defender o capital nacional da concorrência “desigual” das empresas internacionais.¹²

Os economistas ligados ao desenvolvimentismo “não nacionalista” do setor público julgavam que o capital estrangeiro poderia contribuir para o processo de industrialização do país, mas representavam uma minoria dentro do aparelho de Estado. O desenvolvimentismo foi uma ideologia com fortes tons nacionalistas e a maioria dos seus adeptos desconfiava das possibilidades de se obter um concurso positivo do capital internacional. Os mais radicais viam-no como um bloco monolítico de interesses imperialistas, antagônicos ao projeto desenvolvimentista. Já entre os moderados predominava a concepção de que, ao menos nos setores fundamentais para a indústria (energia, transporte, mineração etc), o Estado deveria garantir o controle decisório, deslocando o capital estrangeiro ou impedindo sua entrada.¹³

Os principais economistas dessa corrente foram: Horácio Lafer, Valentim Bouças, Ary Torres, Glycon de Paiva, Lucas Lopes e, posteriormente, Roberto Campos. O grupo não era visceralmente contrário aos investimentos estatais, mas argumentava que o Estado não deveria ocupar o espaço no qual a iniciativa privada poderia atuar com maior eficiência. Como os conflitos concretos davam-se no nível de inversões em grandes projetos de infraestrutura e mineração, para os quais o capital privado nacional não tinha recursos suficientes, a posição dos desenvolvimentistas “não nacionalistas” correspondia à opção pelo capital

¹² BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Op. Cit.*, pp. 79-89.

¹³ *Idem.* p. 103.

estrangeiro. O que diferenciava esse grupo dos neoliberais era a defesa de um projeto de industrialização baseado no planejamento econômico.¹⁴

O desenvolvimentismo “nacionalista” do setor público defendia a constituição de um capitalismo industrial moderno, como alternativa ao subdesenvolvimento, o que seria possível por meio de uma ampliação da intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integradas num sistema de planejamento abrangente que incluísse investimentos estatais em setores básicos.

Na década de 1930, a centralização de poder gerou um conjunto de agências planejadoras, como o Departamento Administrativo do Serviço Público, Conselho Federal do Comércio Exterior, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia e outros. Essas instituições, voltadas para a solução de problemas nacionais, eram constituídas por equipes de técnicos, civis e militares, preocupados com o problema do desenvolvimento industrial. Os pioneiros do desenvolvimentismo “nacionalista” – Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes e Aldo Franco – tiveram um importante papel nesses órgãos.¹⁵

Esse grupo entendia que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro, portanto o Estado deveria exercer o comando e o controle, já que esses intelectuais consideravam que o empresariado nacional não tinha condições de investir nessa área. No entanto, nos demais setores industriais, o capital estrangeiro era bem vindo, como foi o caso da indústria automobilística.

O desenvolvimentismo nacionalista sobreviveu ao liberalismo do governo Dutra e voltou a ser destaque nos anos de 1950, principalmente no governo de Getúlio Vargas, com a criação da Assessoria Econômica da Presidência da República; e no de Juscelino Kubitschek, com a criação da SUDENE e do BNDE. O principal economista dessa corrente foi Celso

¹⁴ BIELSCHOWSKI, Ricardo. *Op. Cit.*, pp. 103-105.

¹⁵ *Idem*, p. 127.

Furtado, fundador, junto com Barbosa de Oliveira, do Clube dos Economistas, um importante núcleo do pensamento desenvolvimentista nacionalista. Há que se considerar ainda, a importância de um outro órgão de divulgação e produção dessas idéias, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que depois se transformou no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Para combater e interpretar o processo inflacionário, os nacionalistas desenvolvimentistas valiam-se da Teoria Estruturalista desenvolvida pela CEPAL. Esses economistas manifestaram preocupação com o desemprego, a pobreza, o atraso cultural da população, o arcaísmo das instituições vigentes, com a reforma agrária e com as desigualdades regionais.¹⁶

Se o pensamento desenvolvimentista pretendia construir uma estrutura capitalista semelhante à dos países desenvolvidos, a corrente de pensamento socialista era tributária de uma reflexão econômica que partisse da perspectiva da revolução brasileira ou da transição para o socialismo. Formada por intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha como um dos principais representantes Caio Prado Junior. A matriz teórica era o materialismo histórico, tendo como um dos principais debates a etapa histórica pela qual o país passava. Assim, discutiam-se as possibilidades de transição do modo de produção capitalista para o socialista, como e qual deveria ser o melhor momento para realizar essa transição e qual deveria ser o posicionamento do partido na conjuntura política e econômica do período, tendo em vista a formulação de um projeto revolucionário.

Em meio a esse debate alguns pontos estavam bem definidos, como:

- a) A luta pela reforma agrária, para superar o que chamavam de relações feudais no campo. Na prática propunham o confisco, sem indenização, dos latifúndios e sua entrega aos camponeses sem terras.

¹⁶ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Op. Cit.*, pp. 127-32.

- b) A luta contra o imperialismo, especialmente o norte-americano, para superar o que chamavam de relações neocoloniais que subjugavam a nação brasileira. Assim, propunham a nacionalização das minas, das quedas d'água, dos serviços públicos, dos bancos e empresas, nacionais ou estrangeiras, de caráter monopolista. Controle estatal do comércio externo e dos lucros dos grandes capitais.
- c) Luta pela imediata melhoria das condições de vida dos trabalhadores, por meio de propostas como o aumento dos salários, aposentadorias e pensões a um nível que permitisse cobrir o custo de vida; ajuda aos desempregados; democratização da legislação social e trabalhista e etc.¹⁷

O debate sobre a questão energética inseriu-se como um tema fundamental nos embates pela definição do modelo de desenvolvimento econômico. A polêmica em torno do petróleo esteve presente na Assembléia Nacional Constituinte, iniciada em fevereiro de 1946. A nova Constituição possibilitou maior margem de ação aos defensores do capital privado, que tiveram a oportunidade de adequar a legislação do petróleo aos seus interesses. Na discussão a respeito da exploração dos recursos minerais ficou estabelecido, à semelhança do que já ocorrera em 1934, que as minas e demais riquezas do subsolo constituíam-se propriedade distinta do solo e que a exploração ou o aproveitamento de tais recursos dependeria de autorização ou concessão federal. Entretanto, o ponto que causou maior polêmica foi o que concedia a brasileiros e/ou sociedades organizadas no país a possibilidade de explorar os recursos do subsolo. Ao estabelecer tal preceito, a Constituição dava liberdade de ação não apenas para as empresas nacionais, mas também a grupos estrangeiros.¹⁸

No editorial do dia 5 de julho, *OESP* afirmava que um dos principais problemas do país era a falta de capitais, o que impedia o desenvolvimento econômico e a melhoria da

¹⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Op. Cit.*, pp. 181-192.

¹⁸ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp. 79-81.

qualidade de vida da população. Segundo o jornal, o Brasil teria fama de restringir os investimentos estrangeiros e isso afugentaria a aplicação de capitais no país, prova de que o “jacobinismo econômico” apenas prejudicara a nação nos últimos anos. O texto elogiava a atitude das Confederações da Indústria e do Comércio, que sugerira tratamento constitucional idêntico para capitais estrangeiros e nacionais investidos no país.

Assim, um passo dado pelas Confederações da Indústria e do Comércio merece elogios. Trata-se da sugestão de uma emenda à Constituição, estudada e proposta pelo Conselho Nacional de Economia. Refere-se ela ao artigo 164 da futura Constituição que, segundo o parecer do Conselho Nacional de Economia, deveria incluir a seguinte declaração: o capital estrangeiro investido ou para investimento no país gozará, com as restrições constantes dessa Constituição, de tratamento igual ao concedido ao nacional.¹⁹

Com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, os grupos antivargas estavam tentando rejeitar a intervenção estatal, identificada com a ditadura anterior e com os regimes totalitários da Europa.²⁰ Além disso, a lembrança do racionamento de combustível durante a guerra estava bem viva. O grupo do jornal *OESP* era adepto do liberalismo e do antigetulismo, portanto convém destacar que os dois diretores, Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto, participaram da fundação da UDN, principal partido de oposição a Getúlio Vargas. Daí ser coerente a defesa de medidas constitucionais que estimulassem o afluxo de capitais externos e a crítica à intervenção do Estado na economia. Quanto ao racionamento de combustíveis, alguns editoriais acusavam o governo ditatorial de incompetência para lidar com a crise, responsabilizando-o pelos graves danos.²¹

Já o *DN*, ao tratar das discussões que envolveram o capital estrangeiro e intervenção estatal na Assembléia Constituinte, comentou a votação na Comissão Constitucional do capítulo referente à Ordem Econômica e Social, informando que o texto baseava-se na

¹⁹ OESP. 05/07/1946, p. 03.

²⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* Trad. Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969, pp.64-67.

²¹ OESP. 20/08/1948, p. 08; 21/08/1948, p. 05; 22/08/1948, p. 04.

Constituição de 1934 e, segundo o jornal, as modificações feitas pela Comissão esclareceram e melhor disciplinaram o assunto. Destacou que o capítulo manteve o direito da União de monopolizar determinada indústria ou atividade mediante lei especial e dentro dos limites constitucionais. Informou também que o Estado poderia regular a produção, o consumo e o comércio de determinado produto para defender o interesse público. Considerou que as mudanças no artigo referente aos trustes e cartéis pretendiam impedir que o poder econômico prejudicasse a concorrência e o consumidor.²²

A nova Constituição foi promulgada em setembro, nesse momento, o jornal manifestou apoio às determinações que diziam respeito aos técnicos e capitais estrangeiros. Afirmou que a lei máxima do país adotou um caminho liberal ao permitir que fossem autorizadas concessões de exploração de minas, jazidas e quedas d'água a empresas organizadas no país. Isso contrariou a Constituição de 1937, que permitia somente aos brasileiros natos tornarem-se acionistas de companhias daqueles setores. Dessa forma, para o *DN*, estava assegurada a possibilidade do capital estrangeiro colaborar e participar do desenvolvimento econômico do Brasil. Quanto aos técnicos, ficou definido que poderiam atuar no território nacional, desde que seus diplomas fossem revalidados por instituições de ensino daqui. O matutino aprovou a medida por considerar indispensável a presença de profissionais de outras nações no processo de melhoria no nível cultural e técnico dos trabalhadores brasileiros.²³

No caso específico do petróleo, *OESP* manifestou, no dia 3 de abril,²⁴ a importância da produção de petróleo, ferro e carvão para o desenvolvimento industrial e a emancipação econômica do país e enfatizou o privilégio de possuímos grandes reservas de ferro e petróleo. No entanto, argumentava que o Estado não teria capital suficiente para a empreitada e

²² DN. 14/08/1946, p. 4.

²³ DN. 17/09/1946, p. 04.

²⁴ OESP. 03/04/1946, p. 03.

propunha a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro. Em outro editorial,²⁵ voltou a tratar da necessidade de resolver o problema da obtenção de ferro e petróleo.

Quanto à exploração na Bahia, o jornal fez um balanço das atividades e concluiu pela necessidade de capitais estrangeiros para a exploração de tais campos, sob o argumento de que os trabalhos ali realizados eram bastante dispendiosos. Sugeriu que empresas anglo-saxônicas realizassem o trabalho de pesquisa e prospecção, por serem consideradas eficientes, e também informou que o presidente do CNP era favorável à alteração da legislação, a fim de permitir a abertura do setor ao capital estrangeiro.²⁶

Para *OESP*, investidores internacionais estavam interessados em aplicar recursos no Brasil, no entanto necessitavam de garantia e segurança para os seus empreendimentos, as quais poderiam ser oferecidas se o Estado formulasse um programa econômico que estimulasse novos investimentos e definisse as regras para atuação de multinacionais no Brasil.²⁷

Desde o início, o *DN* também se posicionou nos debates sobre o petróleo. Em relação à descoberta de petróleo na Bahia, afirmou que não havia mais dúvida sobre a existência desse importante recurso energético no território nacional, elogiou o trabalho de pesquisa do CNP, ao ressaltar que a verba empregada na descoberta do petróleo baiano não foi vultosa, mas proporcionou excelentes resultados e se constituiu num primeiro passo para a nossa libertação econômica:

A verdade é que nos encontramos agora em face de uma grata realidade: a existência de camadas petrolíferas em condições de exploração industrial. Na Bahia, além de petróleo, há o gás natural, cuja aplicação numa fábrica de tecidos, que está sendo montada na Ilha de Itaparica, fronteira a cidade de Salvador, representa um primeiro passo promissor no caminho da nossa libertação econômica pelo uso dos nossos próprios combustíveis.²⁸

²⁵ *OESP*. 05/11/1946, p. 03.

²⁶ *OESP*. 15/10/1946, p. 03.

²⁷ *OESP*. 30/10/1946, p. 03; 01/03/1947, p. 03; 17/06/1947, p. 03; 18/06/1947, p. 03.

²⁸ *DN*. 27/11/1946, p. 04.

Em outro editorial, referiu-se à exploração, chamando a atenção do poder público para a necessidade de concentrar esforços e inteligência na elaboração de um plano a fim de tornar o petróleo uma riqueza para a nação. Considerou que talvez existissem interesses contrários, mas julgava que a formação de uma indústria petrolífera nacional apresentava-se como um desafio à capacidade do Brasil de vencer obstáculos e interesses contrários.²⁹

O Estatuto do Petróleo e a campanha “O Petróleo é Nosso”

A Constituição determinava que a regulamentação da lei do petróleo deveria ser feita por meio de lei ordinária, por isso, no início de 1947, o governo Dutra nomeou uma comissão encarregada de revê-la. Composta por elementos favoráveis à participação de capitais privados no setor, tais como, o geólogo Glaycon de Paiva e o ex-Ministro da Agricultura Odilon Braga, tal comissão causou certa expectativa pelas mudanças propostas. No dia 8 de maio, *OESP* criticou esta comissão por não divulgar o andamento de seus trabalhos e tampouco informar quais seriam as alterações na legislação do petróleo.³⁰

Sobre o mesmo assunto, o *DN* mostrou-se ambíguo, pois defendeu, em editorial do dia 15 de maio de 1947, a criação de uma legislação que garantisse a participação do capital estrangeiro no setor petrolífero. A nova lei deveria permitir essa colaboração e garantir a defesa da segurança e dos interesses nacionais e ao Estado caberia regulamentar e fiscalizar o setor. A posição foi justificada com o argumento de que o Brasil precisaria de capitais, técnicos e equipamentos estrangeiros para desenvolver esse tipo de indústria. O jornal também chamou a atenção para as poucas informações sobre os trabalhos da comissão.³¹ Já o editorial do dia 14 de outubro declarou que seria melhor produzir a legislação do petróleo antes que os trustes detivessem concessões de exploração, pois com isso se tornaria muito

²⁹ DN. 14/12/1946, p. 04.

³⁰ OESP. 08/05/1947, p. 03.

³¹ DN. 17/05/1947, p. 04.

mais difícil disciplinar um assunto, cujos interesses eram tão conflitantes. O matutino também criticou a demora na elaboração do Estatuto, porque considerava importante iniciar rapidamente os debates no Congresso Nacional.³² Em outro editorial, apoiou as leis iranianas que impediam estrangeiros de explorar petróleo no país e declarou que elas poderiam inspirar os legisladores do Brasil.³³

Ainda em 1947, a diretoria do Clube Militar, formada por nacionalistas e antiimperialistas, promoveu reuniões para discutir o problema do petróleo e das riquezas naturais. Após a Segunda Guerra, as Forças Armadas dividiram-se entre nacionalistas e propugnadores de uma política de aliança com os Estados Unidos, baseada na necessidade da defesa do hemisfério. Essa divisão foi expressa nas conferências proferidas pelos generais Juarez Távora e Horta Barbosa, que defenderam respectivamente a participação do capital estrangeiro e o monopólio do Estado na exploração do petróleo.

Tais conferências foram importantes por confirmarem o papel fundamental que os militares assumiram na questão e evidenciaram também as transformações ocorridas nas relações de poder. Durante o Estado Novo, este grupo esteve diretamente vinculado aos órgãos deliberativos do Executivo, por meio dos Estados Maiores e do Conselho de Segurança Nacional. Com o restabelecimento da democracia, tornou-se fundamental conquistar o apoio da opinião pública para legitimar, junto às instâncias decisórias, os interesses que defendiam. As discussões no Clube Militar reacenderam o debate acerca da política do petróleo, que ganharam grande repercussão na imprensa e inspiraram outras instituições a patrocinarem iniciativas semelhantes, caso do Clube Naval e Instituto de Engenharia de São Paulo.³⁴

³² DN. 14/10/1947, p 04.

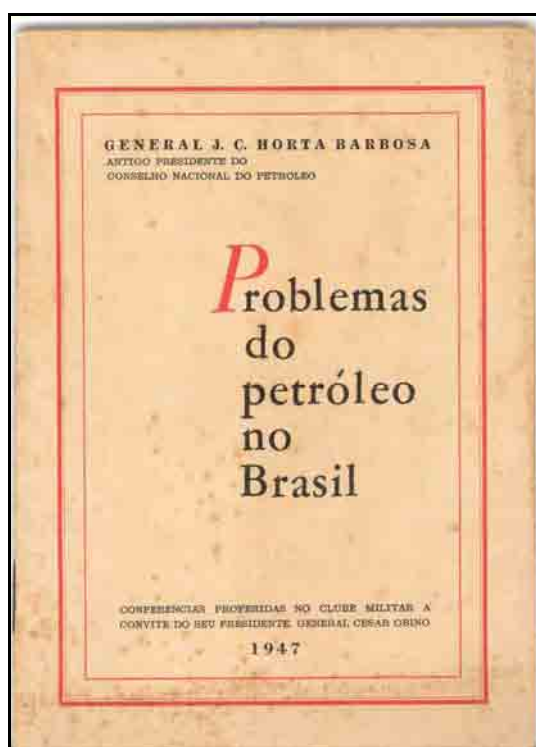
³³ DN. 29/10/1947, p 04.

³⁴ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A Questão do petróleo no Brasil: uma História da Petrobras*. Rio de Janeiro: Petrobras, 1993, pp. 91-95.

Para Juarez Távora, o Brasil possuía grandes reservas de petróleo, no entanto não dispunha de capitais e técnicos para explorá-las, portanto deveria permitir a participação de investimentos externos. Em suas conferências, ressaltou a importância dessa riqueza para a economia e para a segurança nacional, o que justificava a criação de mecanismos que impedissem a formação de monopólios privados por parte das multinacionais, as quais deveriam se contentar em ser simples auxiliares, ainda que consideradas indispensáveis. Para o general, a defesa do continente implicaria em auxílio dos Estados Unidos no desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro, já que o bloco capitalista contaria com mais reservas de combustíveis em caso de guerra. Sua proposta também incluía um conjunto de garantias e vantagens a serem concedidas ao capital estrangeiro e exigências a serem

estabelecidas para o fortalecimento da economia e ressalva dos interesses nacionais.³⁵

Horta Barbosa entendia que o setor petrolífero era autofinanciável, ou seja, a alta lucratividade dessa atividade cobriria, em pouco tempo, as despesas com sua instalação, o que justificava o monopólio estatal. Assim, declarava que o Estado possuía recursos para implantar a indústria do petróleo e ressaltava que, mesmo se não tivesse condições para tanto, poderia contrair empréstimo externo, que seria coberto com o lucro da refinação.



Panfleto contendo as conferências do general Horta Barbosa, durante a questão do petróleo suas idéias e as de Juarez Távora, expressas no Clube Militar, foram amplamente divulgadas em jornais, revistas, livros e panfletos.

(Fonte: Acervo Maria Augusta Tibiriçá Miranda)

³⁵ TÁVORA, Juarez. *O Petróleo do Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editora S.A., 1947, pp. 31-46.

Julgava ser função do Estado planejar o aproveitamento dos recursos hídricos e energéticos como forma de viabilizar o desenvolvimento econômico e social. O general também considerava a União um excelente administrador de empresas petrolíferas e, para sustentar esta afirmação, citava os resultados obtidos pelas estatais do petróleo no México, Argentina e Uruguai.³⁶

A respeito dessas questões, OESP posicionou-se claramente a favor da solução proposta de Juarez Távora e criticou o ponto de vista do general Horta Barbosa, cujos articulistas afirmavam que o Brasil não possuía capital suficiente, técnicos especializados e os equipamentos necessários para explorar o petróleo e que, portanto, o auxílio do capital estrangeiro seria fundamental. Consideravam os trustes internacionais monopolistas uma ameaça à soberania do país, mas acreditavam que esse perigo seria evitado com uma legislação que garantisse ao governo o comando do setor petrolífero. A crítica à posição nacionalista centrava-se na idéia de ineficiência empresarial do Estado.

Não é outro, aliás, o ponto de vista dos homens de bom senso que examinam a questão com serenidade e conhecimento de causa. Em conferências que tiveram o condão de despertar vivo interesse público o sr. General Juarez Távora aqui e no Rio de Janeiro acentuou a necessidade, em que está o Brasil, de apressar o início da exploração do petróleo nacional, e o interesse que para nós representam as atuais possibilidades de obtermos, para isso, apoio financeiro de capitalistas norte americanos ou outros.

Há infelizmente quem pense em soluções absolutamente desaconselhadas pelos mais salutareos princípios econômicos. Entre estes está o Sr. General Horta Barbosa, como o terão visto nossos leitores pela primeira conferência que sobre o assunto pronunciou na capital federal, e da qual já publicamos uma parte. Deixou-se a, exa, dominar por considerações do mais extremado nacionalismo, propondo a oficialização da produção de petróleo no Brasil.³⁷

Alguns dias depois, o periódico voltava a referir-se às maneiras de obter capitais estrangeiros, indispensáveis para a exploração do petróleo, sugerindo que o capital nacional se associasse ao estrangeiro sob a forma de companhias mistas, formadas por capitais

³⁶ O problema do petróleo no Brasil – conferências pronunciadas pelo general Julio Caetano Horta Barbosa no Clube Militar. IN: MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Petróleo é Nosso: a luta contra o “entreguismo”, pelo monopólio estatal*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983, pp. 489-534.

³⁷ OESP. 12/08/1947, p. 03.

estrangeiros e nacionais ou pelo Estado e capitais nacionais, sendo que o primeiro recorreria a empréstimos no exterior para suprir a falta de recursos. Para *OESP* a questão seria encontrar maneiras de atrair os investimentos externos, sem ameaçar os interesses econômicos e políticos do Brasil.³⁸

O *DN* considerou que as conferências dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa demonstravam que existia um grande interesse pela questão do petróleo. Esses debates também serviram para o jornal posicionar-se de forma clara, pois foi nesse momento que se definiu pela ampla defesa da intervenção do Estado no setor petrolífero, via monopólio. Assim, os trustes foram considerados uma ameaça aos interesses nacionais e o periódico passou a defender as idéias do general Horta Barbosa. O apoio ao militar nacionalista foi anunciado no dia 1º de agosto de 1947, em editorial que resumiu o pensamento de Horta Barbosa, que respondeu uma das principais dúvidas dos editorialistas: como o Brasil iria conseguir capitais, técnicos e equipamentos para desenvolver a indústria do petróleo? Segundo o general, o Estado teria condições de instalar a indústria petrolífera, já que seria possível contratar técnicos e adquirir equipamentos no mercado internacional. O setor de refinação deveria ser o primeiro a entrar em funcionamento, porque, com sua alta lucratividade, o Estado obteria recursos para financiar a pesquisa e a exploração. Dessa forma, o monopólio estatal seria instituído e o Brasil não teria sua soberania ameaçada pelos trustes. Esses argumentos convenceram o jornal a adotar a tese monopolista. Na conclusão do editorial, afirmou-se que a conferência de Horta Barbosa retrocedia em relação à tendência internacionalista que se esboçava.³⁹

O *DN* sugeriu ao governo brasileiro que tentasse, por meio de acordos, conseguir do governo dos Estados Unidos, o auxílio técnico e financeiro, excluindo o capital privado, para o desenvolvimento da indústria do petróleo. A defesa do continente foi evocada, mais uma

³⁸ *OESP*. 16/08/1947, p. 03; 17/08/1947, p. 03.

³⁹ *DN*. 01/08/1947, p. 04.

vez, como justificativa para tal ajuda. Além disso, as idéias do general Juarez Távora foram criticadas.⁴⁰

A iniciativa governamental de formar uma comissão para rever a legislação do petróleo e as conferências no Clube Militar deram origem ao movimento conhecido como a campanha “O Petróleo é Nosso,” cujo objetivo era defender o monopólio estatal do petróleo. Em 1947, a campanha deu os primeiros passos e consolidou-se em abril do ano seguinte, com a fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP),⁴¹ que, composto por estudantes, jornalistas, professores e técnicos, se propunha a aglutinar os defensores do monopólio estatal e objetivava a conquista do apoio da população para a causa que defendiam. Sua estratégia consistia na realização de conferências, comícios, manifestações e publicações de artigos em jornais e revistas. Também editavam panfletos, livros, periódicos e estimulavam a criação de Centros de Defesa do Petróleo em Estados e municípios. No Congresso, realizaram um *lobby* pela aprovação do monopólio em todas as fases do setor petrolífero.⁴²

Ao tratar pela primeira vez a campanha, *OESP* afirmou que abordaria o tema devido à dimensão atingida pelo movimento, mas considerava-o prejudicial ao desenvolvimento do país, por haver sido idealizado pelos comunistas, cuja pretensão era dificultar o estabelecimento de acordos comerciais entre o Brasil e os países e empresas do bloco capitalista. O periódico alegou que “O Petróleo é Nosso” não tinha razão de ser, uma vez que, nem o governo, nem os brasileiros queriam entregar essa riqueza aos norte-americanos. Para o

⁴⁰ DN. 10/08/1947, p. 04; 16/08/1947, p. 04.

⁴¹ Em agosto de 1949, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo alterou seu nome para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional, com isso a entidade pretendia ampliar as lutas nacionalistas para além do problema petrolífero.

⁴² DIAS, José L. de Mattos. *Op. Cit.*, 73-79.

matutino, os militantes da campanha, ou seja, os “comunistas,” ajudariam mais se sugerissem maneiras de atrair o capital estrangeiro sem colocar em risco a soberania nacional.⁴³

O *DN* teve posição bastante diferente do *Estadão*, pois saudou o debate e o interesse popular no aproveitamento de um recurso natural essencial ao progresso do país, ainda não efetivamente explorado pelo governo, e lembrou que, na década de 1930, já haviam sido travadas discussões apaixonadas sobre a existência do petróleo no Brasil. O jornal apoiou o movimento ao declarar que a política nacional do petróleo precisava da participação popular, *com ele foi possível encontrar petróleo, mas sem ele seria impossível industrializá-lo*.⁴⁴

As posições assumidas pelo *DN*, até 1947, merecem uma reflexão mais apurada, pois, para o jornal, a melhor forma de superar o subdesenvolvimento do Brasil era torná-lo um país industrializado, não sendo possível prescindir do capital estrangeiro. O *DN* defendeu o alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, visto que a “grande nação do norte” era um modelo a ser seguido e um importante aliado na luta contra o comunismo.

Assim, ao diagnosticar que o Brasil não possuía técnicos e capitais próprios para fomentar o processo de industrialização, defendeu os investimentos estrangeiros na economia brasileira, preferencialmente os norte-americanos. Entretanto, o *DN* manteve, até 1947, uma postura ambígua em relação à aplicação de capitais externos nos setores estratégicos da economia, o que supõe dúvidas de seus redatores quanto à questão.

Num primeiro momento, o jornal defendia a participação do capital estrangeiro em setores importantes para a industrialização, como o de mineração, sob a alegação de que o Brasil não possuía capitais e técnicos para explorar os recursos naturais. O financiamento externo poderia ser conseguido via cooperação dos Estados Unidos, nação amiga, que, ao ajudar no desenvolvimento do país, estaria fortalecendo o continente na luta contra o

⁴³ OESP. 19/08/1947, p. 03; 30/08/1947, p. 03.

⁴⁴ DN. 05/06/1947, p. 04.

comunismo. O jornal também destacou que isso poderia ser feito sem colocar em risco a soberania nacional e que o crescimento econômico melhoraria o padrão de vida da população brasileira.⁴⁵ No entanto, a linha editorial deixava algumas dúvidas com relação à ajuda dos Estados Unidos ao Brasil, pois não deixava claro se ela viria por meio de estímulos aos investimentos privados norte-americanos no país ou pela viabilização de empréstimos do governo de Washinton para o brasileiro. Entretanto, essas questões foram respondidas em outros editoriais.

Ainda em 1947, o *DN* defendeu uma legislação que impedisse as grandes multinacionais de monopolizarem o mercado brasileiro, argumentando que esta lei permitiria o afluxo de capitais necessários para o desenvolvimento, sem colocar em risco a soberania e independência do país.⁴⁶ No entanto, ao tratar da visita do presidente Truman ao Brasil,⁴⁷ defendeu o auxílio do governo dos Estados Unidos ao brasileiro por meio de empréstimos, destinados à exploração dos recursos minerais, mas criticou Truman pelo apoio a aplicação de capitais privados norte-americanos no desenvolvimento da América Latina. Para o jornal, os Estados Unidos deveriam elaborar um plano de ajuda para o continente nos mesmos moldes do Plano Marshall, destinado à reconstrução da Europa. Além disso, considerou que os trustes poderiam agir de acordo com interesses próprios e, dessa forma, prejudicarem a economia nacional.⁴⁸

A participação do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial e o alinhamento do país ao bloco capitalista provavelmente motivaram os editorialistas a reivindicarem o auxílio do governo norte-americano ao governo Dutra, com o intuito de viabilizar o processo de industrialização. Por outro lado, ao constatar que o governo dos

⁴⁵ DN. 26/04/1947, p. 04; 27/04/1947, p. 04; 20/07/1947, p. 04.

⁴⁶ DN. 16/05/1947, p. 04; 03/08/1947, p. 04.

⁴⁷ DN. 05/09/1947, p. 04.

⁴⁸ DN. 24/08/1947, p. 04; 19/12/1947, p. 04.

Estados Unidos não auxiliaria o Brasil, por considerar prejudicial à atuação das companhias internacionais no setor petrolífero e por entender que os empresários nacionais não tinham condições de instalar a indústria do petróleo, elegeu a tese do general Horta Barbosa como a melhor solução para o problema, razão pela qual, na maior parte do período, foi defendido o monopólio estatal e combatida a participação da iniciativa privada.

O governo Dutra também tinha esperanças de conseguir assistência financeira norte-americana para os projetos de desenvolvimento, o que se tornou evidente com as intensas solicitações de crédito. Mas a posição dos Estados Unidos sobre a industrialização nacional mudou e a expectativa de auxílio se transformou em frustração. Durante o pós-guerra, a política externa da Casa Branca priorizou a Europa e considerou que as necessidades de capital da América Latina deveriam ser supridas por fontes privadas de financiamento. Dessa forma, o desenvolvimento do Brasil dependeria da habilidade de criar clima favorável ao ingresso de capitais privados. Sugestão explicitada no Relatório da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos,⁴⁹ mais conhecida como Missão Abbink, que foi constituída em 1948 e pretendia formular um programa de desenvolvimento para o Brasil. Em um de seus tópicos, o documento apontava as medidas que deveriam ser adotadas para viabilizar a atração de capitais privados internacionais.⁵⁰

Em fevereiro de 1948, o presidente Dutra enviou ao Congresso o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, acompanhado de uma mensagem na qual sugeria que se realizasse um grande debate em torno da polêmica matéria. O objetivo do anteprojeto era lançar as bases

⁴⁹ O DN criticou o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos por estimular o investimento privado norte-americano no processo de industrialização do nosso país. Para o jornal a melhor maneira de apoiar a superação do subdesenvolvimento seria através da concessão de empréstimos do governo de Washington para o governo brasileiro. (DN. 15/08/1948, p. 04).

⁵⁰ VIANNA, Sérgio Besserman. *A política econômica no Segundo Governo Vargas: 1951-1953*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987, pp. 25-26.

para a admissão do capital privado, nacional e estrangeiro, adequando a legislação sobre os recursos naturais aos dispositivos da Constituição de 1946.⁵¹

OESP defendeu o anteprojeto e também procurou responder às críticas que os comunistas fizeram ao mesmo, argumentando que, embora a nova lei permitisse a estrangeiros a associação a empresas nacionais, a maioria das ações e o controle administrativo ficariam a cargo de brasileiros. Além disso, o governo se reservaria o direito de resgatar as concessões sempre que houvesse interesse público ou necessidade de segurança nacional.⁵²

Nesse contexto, o jornal voltou a defender a idéia de que investidores norte-americanos estariam interessados em aplicar capitais, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Para isso, fez referência a artigos publicados em periódicos dos Estados Unidos especializados em economia, como *Journal of Commerce* e o *Wall Street Journal*. Dessa forma, tentou sustentar a idéia de que a América Latina seria um excelente lugar para o capital estrangeiro investir, no entanto o único problema estava na legislação nacionalista, que impedia um afluxo maior de capital para o continente. E afirmou que o governo brasileiro estava empenhado em romper com o passado de hostilidade aos capitais norte-americanos.⁵³

Ao tratar do anteprojeto do Estatuto do Petróleo, o DN considerou que pouca coisa mudara na economia e no setor depois da descoberta dos campos baianos, uma vez que o Brasil continuava importando o combustível que consumia. Por outro lado, reconheceu que os investimentos estatais na pesquisa e exploração foram bem aplicados, mas ressaltou que seria necessário mais capital para atingir a auto-suficiência. Ao informar o leitor de que o

⁵¹ SMITH, Peter Seaborn. *Op. Cit.*, pp.67-68.

⁵² OESP. 13/03/1948, p. 03.

⁵³ OESP. 09/04/1948, p. 07; 10/04/1948, p. 05.

anteprojeto já estava pronto e que em breve seria encaminhado ao Congresso, declarou que os debates promovidos pela Campanha do Petróleo ajudariam os parlamentares a decidir.⁵⁴

A posição do jornal sobre esse assunto foi orientada pela análise do deputado Hermes Lima (PSB-DF) sobre o Estatuto do Petróleo na Câmara. Na sua avaliação, o documento concedia compensações e estímulos às companhias estrangeiras para desenvolverem a nossa indústria petrolífera. O jornal entendia que os métodos empregados para atrair o investidor estrangeiro eram prejudiciais aos interesses nacionais e manifestou-se contrário à aprovação do Estatuto. O anteprojeto não considerava o petróleo uma fonte de energia estratégica, pois permitia a livre exportação do produto, desde que fossem atendidas as necessidades do abastecimento interno, o que impediria a formação de reservas destinadas ao abastecimento nacional em tempos de crise. Além disso, a medida provocaria a rápida exaustão dos poços brasileiros, o que, em médio prazo, tornaria o país novamente dependente do mercado internacional. Por ser uma fonte não renovável, argumentava que sua utilização deveria ser racional e moderada. O país deveria extrair apenas o que consumisse e limitar as exportações para garantir a formação de reservas estratégicas, a exemplo do que faziam os Estados Unidos, que exploravam e importavam o petróleo do Oriente Médio e Venezuela e mantinham em seu território reservas intactas.⁵⁵

Com esses argumentos, o *DN* voltou à carga contra a aprovação do Estatuto do Petróleo e afirmou que se esboçava uma tendência na Câmara dos Deputados de conferir ao Estado o monopólio do setor de refinação. O jornal aprovou essa perspectiva com o argumento de que a experiência internacional condenava o regime de concessões às companhias estrangeiras e propôs a busca de soluções alternativas, tais como a utilização de recursos do Plano SALTE para financiar a organização de uma indústria estatal de petróleo. O movimento “O Petróleo é Nosso” foi elogiado e considerado um sinal de vitalidade da opinião

⁵⁴ DN. 15/01/1948, p. 04.

⁵⁵ DN. 21/03/1948, p. 04; 25/03/1948, p. 04.

pública e do interesse popular pela questão.⁵⁶ A citação exemplifica os argumentos utilizados pelo jornal:

Em matéria de petróleo se diz que é pobre quem o possui, e rico quem o explora. Realmente, se lançarmos os olhos pelo cenário do mundo, verificaremos que aquele enunciado corresponde a aspectos muito importantes da realidade. Os países do Oriente Médio, os países da América que têm suas jazidas sob o regime das concessões, todos possuem imensos depósitos de petróleo e contudo continuam pobres e atrasados, sem que essa riqueza concorra para o progresso nacional.

A experiência depõe contrariamente à exploração do petróleo sob o regime das concessões. Onde tal regime existe, na conformidade dos planos e desejos dos trustes, o petróleo é uma riqueza para beneficiar os que a exploram, sem, entretanto, beneficiar aqueles que o possuem.

Seria insensato repetir, entre nós, uma solução que, por toda a parte deu os mesmos resultados. Procurar solução diferente, garantidora dos interesses nacionais, eis o nosso dever. Que o Estado pode enfrentar, se for necessário, as despesas dessa solução deixou bem claro o governo ao atribuir, no Plano Salte, a elevada soma de 2 bilhões e 500 milhões para serem dispendidas em quatro anos na organização de uma indústria nacional do petróleo.⁵⁷

Já OESP considerava que os envolvidos na questão eram passionais, o que prejudicaria a definição de uma boa solução para o problema. A acirrada discussão no Congresso e na imprensa era um índice da importância do assunto e, para o jornal, havia duas correntes de opiniões: *os que combatem intransigentemente o concurso de capitais estrangeiros e os favoráveis á colaboração do capital estrangeiro*. Após traçar um perfil das mesmas, afirmava que, independente da solução adotada, o Estado deveria ter um papel preponderante, como mostra o seguinte trecho:

Entretanto, num ponto, embora as aparências autorizem a opinião contrária, essas correntes se fundem. Esse ponto é a imperiosa necessidade de se poupar ao Brasil o sofrimento que padeceram outros países da América por haverem entregado as suas riquezas minerais á exploração de capitais estrangeiros sem as necessárias cautelas para defesa dos interesses nacionais. Mas os que defendem as duas opiniões, que se contrapõem, querem, absolutamente, que se estabeleça no Brasil qualquer monopólio em benefício de companhias estrangeiras. O Estado é quem deve ser detentor supremo do monopólio, se o monopólio tiver de ser estabelecido. Se prevalecer a opinião dos que se batem pelo regime das concessões a companhias mistas, ainda assim o papel que o Estado irá desempenhar, na exploração das jazidas e nas demais operações industriais e comerciais que se seguirem, será preponderante. Em suas mãos, praticamente, permanecerão a direção e a

⁵⁶ DN. 08/04/1948, p. 04; 13/04/1948, p. 04; 08/07/1948, p. 04.

⁵⁷ DN 08/07/1948, p. 04.

fiscalização de tudo quanto interessar aquela exploração. Em hipótese alguma ele se despojará dos seus direitos em benefício de particulares, sejam estrangeiros, sejam nacionais.⁵⁸

Durante todo o período de tramitação do referido anteprojeto, *OESP* defendeu irrestritamente sua aprovação, por se tratar de uma lei que permitiria a participação do capital estrangeiro e garantiria o controle e fiscalização do Estado sobre o setor. Dessa forma, eram atendidas as principais reivindicações do jornal:

- a) participação da iniciativa privada internacional para suprir a falta de capitais, técnicos e equipamentos, necessários para desenvolver a indústria do petróleo;
- b) condições legais para que o capital nacional pudesse se associar ao capital estrangeiro para formar companhias mistas controladas por brasileiros dispostos a atuar no setor;
- c) Criação de uma legislação que defendesse a soberania e os interesses nacionais, garantindo ao Estado o controle e a fiscalização do setor petrolífero, que possibilitaria o impedimento de abusos de companhias estrangeiras.

O que o jornal postulava era uma solução que conciliasse os interesses nacionais – produção de petróleo em quantidade suficiente para suprir a demanda – com os interesses estrangeiros, especialmente os norte-americanos – cooperação com o desenvolvimento industrial dos países latino-americanos para que eles pudessem colaborar em um eventual esforço de guerra contra a URSS. *OESP* discordava da abertura completa do setor, porque temia que companhias estrangeiras estabelecessem um monopólio privado no país; também não era favorável a uma política do petróleo que se baseasse na livre iniciativa – entendida como total liberdade para empresas nacionais e estrangeiras atuarem e na concorrência entre as mesmas para tornar o país auto-suficiente na produção de combustíveis em curto espaço de tempo, nem à atuação direta do governo, principalmente sob a forma do monopólio estatal.

⁵⁸ *OESP*. 14/04/1948, p. 03.

Como se pode constatar, o jornal estava comprometido com a solução proposta por Juarez Távora, a mesma adotada pelos relatores do anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Portanto, *OESP* não pretendia defender os interesses das companhias internacionais, em especial da Standard Oil, o que mostra que nem todos os jornais de grande circulação estavam comprometidos com essas companhias.

Na madrugada de 24 de setembro, após uma conferência, um grupo de simpatizantes do movimento em defesa do monopólio estatal saiu da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e se dirigiu em passeata até a praça Floriano Peixoto (Cinelândia) para depositar flores no monumento erguido em sua homenagem e declarar apoio a tese monopolista. A manifestação foi duramente reprimida e o fato alcançou grande repercussão na imprensa. *OESP* criticou a polícia por agir de forma violenta, pois se tratava de reunião pacífica e ordeira, que terminaria brevemente. Argumentou que a presença de comunistas no ato não justificava a ação policial, já que qualquer corrente política tinha o direito de expressar suas opiniões sobre qualquer assunto. Ressaltou que não fazia propaganda comunista, mas defendia os preceitos constitucionais e cobrava do presidente da República a punição dos policiais envolvidos na operação, pois acreditava que crimes cometidos pela polícia contra os direitos do cidadão resultavam da impunidade.⁵⁹

O *DN* também repudiou a repressão policial e procurou responder às declarações da polícia que imputavam aos comunistas papel importante no movimento, ressaltando que os membros do PCB representavam um grupo pequeno e inexpressivo na mobilização pelo monopólio estatal e que no episódio da praça Floriano Peixoto havia deputados democratas, generais do exército e senhoras da sociedade, o que não justificava a violência policial.⁶⁰

OESP voltou a manifestar seu apoio à proposta de Juarez Távora no momento em que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados concluiu o parecer sobre

⁵⁹ *OESP*. 26/09/1948, p. 03; 28/09/1948, p. 03.

⁶⁰ *DN*. 26/09/1948, p. 04; 28/09/1948, p. 04; 01/10/1948, p. 04.

o anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Segundo o editorial, o parecer considerou propriedade da União, como bens inalienáveis e imprescritíveis, as jazidas de petróleo, demais hidrocarbonetos e gases raros. Por isso os editorialistas consideravam que ninguém pretendia entregar o petróleo aos estrangeiros, daí a crítica à campanha nacionalista. Segundo o parecer, também o principal debate dizia respeito à regulamentação das atividades no setor, sobre a qual existiam duas opiniões: os que defendiam o monopólio do Estado e os que eram favoráveis à autorização de concessões a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil, desde que essas concessões fossem por tempo limitado. O jornal afirmava que o parecer da comissão chegou às mesmas conclusões que o general Juarez Távora, o que indicava uma solução de “bom senso” e de “espírito realista” para o problema. O texto elogiou a figura do general e resumiu seu pensamento sobre o problema do petróleo.⁶¹

Ao longo do ano de 1948, o *DN* cobrou dos parlamentares a solução de problemas considerados importantíssimos para o progresso do país: a questão do petróleo e a reforma agrária.⁶² Além de pressionar deputados e senadores para discutirem esses assuntos em regime de urgência, o jornal criticou o governo Dutra, afirmando que a política do Governo Federal em relação ao petróleo não possuía uma orientação definida e apresentava-se hesitante e perplexa. Prova disso, foram as iniciativas do presidente Dutra que, primeiro elaborou o Estatuto do Petróleo autorizando concessões às companhias estrangeiras; em seguida; autorizou o Plano SALTE, no qual se propôs a fundar uma indústria estatal do petróleo; ao mesmo tempo, confirmou concessões a empresas particulares para construírem refinarias no Rio de Janeiro e em São Paulo, mesmo sabendo que havia suspeita de caducidade das mesmas e, finalmente, pediu ao Congresso dinheiro para comprar uma refinaria com capacidade de

⁶¹ OESP.15/10/1948, p. 03.

⁶² DN. 18/03/1948, p. 04; 13/07/1948, p. 04; 22/09/1948, p. 04.

produção de 45.000 bpd.⁶³ Para o jornal, a falta de planejamento e a insegurança faziam com que as ações estatais não produzissem qualquer resultado efetivo.⁶⁴

Com o contínuo crescimento da campanha, a sustentação do anteprojeto no Congresso foi abalada e seus defensores já previam a rejeição. O presidente Dutra resolveu abandoná-lo e, em caráter extraordinário, tentou ampliar as atribuições do CNP, por meio das iniciativas do plano SALTE,⁶⁵ facilmente aprovado no Congresso, porque, de imediato, conquistou a simpatia de políticos nacionalistas e deputados influentes. Com respeito ao petróleo, as principais medidas que o plano propôs foram a aquisição e montagem de refinarias pelo Estado, a compra de navios petroleiros e a intensificação da pesquisa e exploração.⁶⁶

A Questão das Refinarias

Ao comentar o projeto do Governo Federal de construir refinarias no país, percebe-se que os interesses regionais também influenciaram o posicionamento do jornal *OESP*, pois, no editorial intitulado *O problema das refinarias de petróleo*,⁶⁷ foi sugerida a instalação de duas delas - uma em São Paulo, com capacidade de refino de 30.000 bpd, e outra no Rio de Janeiro, com capacidade de 15.000 bpd. O periódico justificava sua proposta com a alegação de que São Paulo era um dos maiores consumidores de combustíveis e a produção em outro Estado poderia encarecer o preço do produto, devido ao transporte. Em outro editorial, o

⁶³ bpd: Barris de Petróleo por Dia.

⁶⁴ DN. 02/12/1948, p. 04.

⁶⁵ O plano SALTE foi enviado ao congresso em maio de 1948 e tinha como objetivo coordenar as despesas públicas para ampliar os investimentos nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia.

⁶⁶ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp .125-126

⁶⁷ OESP. 25/08/1949, p. 05.

matutino considerou sábia a decisão do Governo Federal de construir uma refinaria perto de Santos - a futura Refinaria de Cubatão.⁶⁸

O *DN* tratou de forma mais detalhada a questão, informando a capacidade (45.000 bpd) e que a localização não estava definida, pois o governo oscilava entre Belém do Pará e Santos. O jornal considerava que a mesma deveria ser instalada no eixo Rio - São Paulo, preferencialmente no Vale do Paraíba, ou seja, na principal região consumidora e com melhor sistema de transportes. Caso fosse construída em Belém do Pará, na eventualidade de uma guerra, correria o risco de ficar isolada do resto do país, já que a única via de transporte era a marítima. Além disso, o preço aumentaria na região sudeste devido ao custo dos transportes.⁶⁹

O assunto rendeu considerável polêmica, pois nem no Governo Federal havia consenso. Para se ter uma idéia, o CNP decidiu que o melhor local para montar a refinaria seria o Distrito Federal. O *DN* apoiou essa decisão por entender que foram atendidas necessidades de ordem econômica, técnica e militar. Por outro lado, as cidades que também pleiteavam a instalação contestaram esta deliberação, foi o caso de São Paulo, Belém e Angra dos Reis. Apesar da decisão do CNP, o Conselho de Defesa Nacional manifestou preferência pela construção da refinaria próxima ao porto de Santos, o que foi homologado pelo Presidente da República e a questão foi encerrada.⁷⁰ O jornal defendia a solução proposta pelo CNP, no entanto não se opôs a decisão de Dutra pelo fato dela continuar no eixo Rio - São Paulo. Além disso, desejou que o futuro mostrasse o acerto da medida e que o Estado continuasse com a atenção voltada para a solução do problema do petróleo.⁷¹

Outra questão polêmica foi o pedido de auxílio dos grupos Drault Ernany e Soares Sampaio ao Governo Federal para a construção de duas refinarias. Em 1945, o CNP resolveu

⁶⁸ OESP. 04/09/1949, p. 03.

⁶⁹ DN. 26/01/1949, p. 04; 12/04/1949, p. 04.

⁷⁰ Esta unidade de refino chamar-se-ia Refinaria Presidente Bernardes, localizada em Cubatão, entrou em funcionamento em 1955 e foi construída com recursos do Plano SALTE.

⁷¹ DN. 31/07/1949, p. 04; 13/08/1949, Segunda Seção, p. 06, 26/08/1949, p. 04; 06/09/1949, p. 05.

abrir o setor de refino a empresas privadas nacionais e anunciou uma concorrência, vencida pelos referidos grupos: o de Soares Sampaio organizaria a Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A.,⁷² em São Paulo; e o de Drault Ernany instalaria, no Rio de Janeiro, a Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S.A.⁷³ Pelo contrato de concessão, as empresas teriam dois anos para construírem estas unidades, mas devido a um conjunto de dificuldades a construção não foi iniciada em 1949, daí os empresários pediram ajuda ao governo. A essa altura, elas estavam em situação irregular porque nenhuma das exigências estabelecidas pelo CNP havia sido respeitada. Mesmo assim, uma série de facilidades e privilégios foi concedida aos grupos privados, como a prorrogação das concessões sem a abertura de nova concorrência. Essa atitude pode ser explicada pela pressão dos empresários e pelo fato do CNP defender a atuação da iniciativa privada no setor petrolífero.⁷⁴

O DN promoveu uma verdadeira campanha contra a instalação dessas refinarias privadas e denunciou o favorecimento governamental aos grupos empresariais.⁷⁵ Assim, informou aos leitores que a ajuda consistia em financiamento com facilidades de pagamento, auxílio na aquisição de terrenos e possibilidade de utilizar a Frota Nacional de Petroleiros para o transporte de petróleo bruto. O jornal condenou essas vantagens sob alegação de que o governo alterou os contratos de concessão e deixou as condições mais favoráveis para essas companhias, o que prejudicou outros grupos que participaram da concorrência em 1945. Considerou o auxílio do Executivo uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que o Estado construía refinarias, permitia ao capital privado fazer o mesmo.

⁷² Esta ficou conhecida como Refinaria União, pertenceu ao capital privado até 1974 quando foi encampada pela Petrobras e passou a se chamar RECAP (Refinaria de Capuava) e entrou em funcionamento em 1954.

⁷³ Ficou conhecida como Refinaria de Manguinhos, entrou em funcionamento em 1954 e até hoje pertence a iniciativa privada.

⁷⁴ COHN, Gabriel. *Op. Cit.* pp. 96-104.

⁷⁵ DN. 16/10/1948, p. 04; 16/01/1949, p. 04; 27/01/1949, p. 04; 21/04/1949 p. 04; 24/04/1949, p. 04.

O jornal explorou a atitude do governo e denunciou a existência, no interior do aparelho burocrático, de um grupo favorável à atuação da iniciativa privada no setor de refino, daí se sabotava e obstruía as ações do poder público na construção de refinarias estatais. O presidente Dutra, ao invés de afastá-los do serviço público, firmou um acordo que estabelecia condições para o Estado construir duas refinarias (Mataripe, na Bahia e Cubatão), sem qualquer tipo de obstrução dos privatistas, desde que o governo ajudasse na construção das duas refinarias privadas.⁷⁶

O general Juarez Távora também entrou na questão e enviou carta ao CNP, na qual sugeria ao Estado tornar-se sócio das refinarias privadas. O *DN* apoiou a proposta e criticou o governo por não adotá-la, pois nada mais justo do que a União associar-se às empresas por ela financiadas a fim de auferir os lucros. Defendeu, também, a idéia de que deveriam ser revistas as concessões e, se fosse o caso, suspendê-las, já que havia indícios de descumprimento dos contratos e atraso na execução do cronograma. Os editorialistas chegaram a insinuar que os grupos empresariais poderiam constituir um monopólio privado e sugeriram ao Poder Executivo que realizasse o empreendimento, uma vez que o capital privado não teria condições de levar adiante o projeto.⁷⁷

Além de defender a instalação de refinarias estatais e criticar os privilégios das privadas, o jornal apoiou outras medidas do governo para resolver o problema do petróleo, como a construção do oleoduto Santos - São Paulo e a aquisição de uma Frota Nacional de Petroleiros. Todas essas iniciativas foram financiadas com recursos do plano SALTE e a compra de navios-tanque foi considerada importante, porque o matutino entendia que o Brasil não deveria depender das companhias estrangeiras para o transporte de combustíveis, por ser algo essencial para a economia, defesa e segurança nacionais. Fica evidente que o *DN* defendia a intervenção do Estado no setor petrolífero, pois, para ele, a construção de refinarias

⁷⁶ DN. 26/01/1949, p. 04.

⁷⁷ DN. 08/02/1949, p. 04; 23/07/1949, p. 04.

e a aquisição de petroleiros diminuiriam as despesas com a importação de combustíveis e gerariam lucros que seriam utilizados no financiamento das atividades de pesquisa e exploração. Dessa maneira, acreditava-se que seria possível resolver o problema da falta de petróleo no Brasil.⁷⁸

A Standard Oil na questão do petróleo

Em 1949, a Standard Oil, por meio de anúncios publicados nos principais jornais do país, dirigiu-se diretamente ao público brasileiro para defender seu ponto de vista. *OESP* comentou a participação da companhia na questão do petróleo da seguinte forma:

A maior companhia petrolífera do mundo...dirigiu-se diretamente ao público brasileiro através das seções ineditoriais da imprensa, publicando declarações que despertaram a atenção do país.

Assinalemos de início que, com essa atitude, a grande empresa norte-americana interveio nos debates em torno de um dos problemas de maior interesse para o Brasil neste momento. O Brasil discute, com efeito, com as autoridades de Washington, as bases de um acordo comercial que, segundo informações provenientes dos Estados Unidos, conterà estipulações tendentes a tornar possível a aplicação de capitais privados ianques na economia brasileira.⁷⁹

Na continuação, o texto ressaltava a importância de relacionar os dois temas, pois o Brasil passou a apresentar déficits na balança comercial, especialmente com os Estados Unidos. A solução proposta pelo jornal era garantir a liberdade das importações, para não prejudicar o processo de industrialização, e compensar o déficit com medidas que criassem condições favoráveis para o afluxo de capitais privados norte-americanos. Ainda segundo o matutino, as principais áreas de interesse desses investimentos eram os setores petrolíferos e de mineração; que possuíam uma legislação restritiva. *OESP* sugeriu a imediata substituição dessa legislação e um *casamento de conveniências com o capital estrangeiro*, a fim de

⁷⁸ DN.24/01/1940, p. 04; 07/10/1948, p. 04; 06/05/1948, p. 04; 05/04/1949, p. 04; 02/10/1949, p. 04.

⁷⁹ OESP. 20/07/1949, p. 05.

desenvolver as fontes de energia que potencialmente possuíamos. Concluiu defendendo a participação da Standard Oil no setor petrolífero brasileiro, no entanto, não deixou claro, neste editorial, em que termos isso se daria. No dia 25 de dezembro de 1949, voltou a apoiar a assinatura de acordos comerciais facilitadores do afluxo de capitais privados norte-americanos para o Brasil.⁸⁰

Segundo a Standard Oil, a questão do petróleo tornou-se um assunto importante para os brasileiros e a busca de uma solução adequada ao problema exigia que o público estivesse bem informado. Foi esta a justificativa utilizada pela companhia para publicar um conjunto de anúncios nos quais manifestava sua posição sobre o tema.⁸¹ A multinacional procurou definir bem seu ponto de vista sobre a polêmica e responder as críticas e acusações de que foi alvo. Assim, criticou o Decreto Nº 395, publicado em 29 de abril de 1938, que proibia a participação do capital estrangeiro na indústria do refino, e também desmentiu as acusações de que tentava impedir o desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil. Afirmou que tais declarações eram resultado da falta de informação, pois a política e ação da empresa se orientavam na direção oposta. Como exemplo, afirmou que se ofereceu para suprir de petróleo bruto os diversos projetos de instalação de refinarias e declarou seu interesse em participar deles. A companhia negou que estivesse encorajando a aprovação do Estatuto do Petróleo e declarou que se manifestava contrária à nova lei por acreditar que ela não permitiria às empresas privadas desenvolverem com êxito suas atividades. Para a ESSO, o setor petrolífero brasileiro deveria basear-se no sistema da livre iniciativa e franca concorrência entre diversas empresas. Alegou que mais de 90% de todos os recursos petrolíferos conhecidos no mundo foram descobertos e industrializados nesse sistema.⁸²

⁸⁰ OESP. 25/12/1949, p. 03.

⁸¹ Entre 1949 e 1950 a ESSO publicou quinze anúncios no DN e seis no OESP.

⁸² DN. 17/07/1949, p. 05.

A Standard Oil lembrava que atuava no Brasil há 37 anos e que se orgulhava do grande progresso do país e da sua participação no fornecimento de derivados de petróleo a população. Afirmou que combustíveis e desenvolvimento caminhavam juntos e quanto melhor a qualidade de vida de um povo mais consumidos eles seriam. No entanto, considerou que o Brasil precisava explorar os seus próprios recursos petrolíferos, mas o principal problema era descobrir a melhor maneira de fazer isso. Este trabalho exigiria grande aplicação de capitais e ofereceria riscos aos investidores, além de requerer elevada habilitação e conhecimentos técnicos. Por estas razões, a companhia defendeu que o melhor meio de industrializar o petróleo brasileiro seria permitir a atuação de empresas privadas no setor. Alegou que foi dessa maneira que essa indústria se desenvolveu na Europa, Oriente Médio, Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Colômbia e outros países.⁸³

Em outro anúncio, a companhia procurou enumerar as vantagens da livre iniciativa e da concorrência entre as empresas no setor petrolífero, argumentando que a alta produtividade de países como os Estados Unidos e Venezuela só poderia ser explicada pela eficiência da iniciativa privada. Apontou ainda, que 94% das reservas de petróleo conhecidas em todo o mundo foram descobertas e industrializadas por companhias privadas e informou que, neste sistema, as multinacionais atuavam de acordo com as leis dos países onde se instalavam e afirmou que não desejava controlar o setor petrolífero brasileiro, o que existia era uma má compreensão deste ponto. Tudo que solicitava era o direito de realizar negócios no Brasil em condições razoáveis e de controlar e administrar seus investimentos no país. A empresa dizia-se contrária a qualquer tipo de monopólio, seja privado ou estatal e procurou fornecer dados que evidenciassem que não se constituía em monopólio privado, com o argumento de que produzia 15% do petróleo mundial, refinava 17% e comercializava 18%.⁸⁴

⁸³ DN. 31/07/1949, p. 05.

⁸⁴ OESP. 14/08/1949, p. 05; 09/10/ 1949, p. 05.

Alguns fatores podem explicar a publicidade em prol da abertura do setor petrolífero brasileiro, não sendo o menos importante, o desejo de evitar o desgaste da imagem da Standard Oil no Brasil, devido à Campanha do Petróleo, que elegeu as companhias estrangeiras inimigas número um da soberania nacional. Além dos nacionalistas, outros setores da sociedade viam com desconfiança a atuação do capital estrangeiro nas áreas estratégicas da economia e, por conta disso, solicitavam uma regulamentação e fiscalização do Estado para coibir abusos. Foi esse o caso de determinados setores do empresariado nacional.⁸⁵ Além de tentar melhorar a imagem da empresa, os anúncios tentavam convencer os leitores a adotarem seu ponto de vista sobre a questão.

A Standard Oil procurou construir a imagem de empresa comprometida com a modernização do país, assim, em diversos anúncios, destacava que os meios de transportes, equipamentos industriais, tratores e máquinas agrícolas utilizavam derivados de petróleo. Portanto, considerava que seu papel no desenvolvimento do Brasil era importante, pois fornecia o combustível necessário para esse progresso. O slogan *ESSO a serviço do progresso* sintetizava essa idéia. A companhia também declarou que continuava ampliando suas instalações e substituindo seus equipamentos para atender o constante crescimento no consumo de combustíveis. Alegava que, dessa forma, contribuía com o crescimento econômico do país e que uma das formas de financiar esses investimentos era inverter seus lucros aqui.⁸⁶

⁸⁵ Sobre disputas de interesses entre o empresariado nacional e investidores estrangeiros Ver: DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Seção — Quinta Página DIÁRIO DE NOTÍCIAS Domingo, 17 de Julho de 1949



Petroleo



PRODUÇÃO e REFINAÇÃO

Colocando os pontos nos ii

Tanto a produção como a refinação do petróleo são importantes questões para os brasileiros, assim como para a economia do Brasil. A solução adequada deste problema exige que o público

seja inteiramente informado sobre todos os fatos.

Com esta finalidade, desejamos apresentar a seguinte declaração sobre a posição da nossa Companhia:

3) — Em 1938, na ausência de qualquer legislação proibitiva ou permissiva, mas com a autorização da Municipalidade de São Paulo, a Standard Oil Company of Brazil completou naquela cidade a construção de uma modesta refinaria, pequena para o consumo da cidade, mas adequada para atender vendas naquela época, em São Paulo. Justamente quando esta refinaria estava pronta para iniciar as operações, foi promulgado o Decreto N.º 395, proibindo a participação do capital estrangeiro nesse tipo de indústria. Como consequência, a usina nunca funcionou, sendo afinal desmontada. Tanto quanto possível, foi esse equipamento utilizado para outros fins. O terreno foi vendido e um novo lote adquirido para a instalação de um grande armazém e depósito de produtos petrolíferos a granel (bulk plant), em São Paulo, os quais estão em funcionamento há três anos.

2) — Desde a publicação do Decreto N.º 395, em 29 de abril de 1938, não tem sido legalmente possível para o capital estrangeiro participar, sob qualquer modalidade, seja das atividades de produção, seja das de refinação do petróleo. As alegações conducentes ao efeito de que a nossa Companhia tem procurado bloquear ou impedir o desenvolvimento das indústrias de produção e refinação do petróleo, no Brasil, resultam, acreditamos, da má in-

formação e falta de conhecimento da situação legal. Na verdade, a política e a ação da nossa Companhia tem sido orientadas na direção oposta. Por exemplo, oferecemos para captação de petróleo junto os diversos projetos de refinaria que têm estado sob consideração nos últimos anos e temos declarado a nossa vontade de participar desses projetos, se porventura leis satisfutórias assim nos autorizarem.

3) — As alegações de que esta Companhia tem encorajado ou, de qualquer modo, advogado o projeto Estatuto do Petróleo não são corretas. Com o conhecimento que possuímos desta lei, não acreditamos que a nossa Companhia ou qualquer outra empresa comercial possa desenvolver com êxito as atividades de produção, de acordo com o que ela estatui. É, portanto, óbvio que não podemos favorecer a promulgação desta lei.

4) — No interesse de avaliação correta da situação, julgamos permissível, no momento, mencionar o fato de que a indústria do petróleo tem se desenvolvido em todo o mundo com o maior sucesso sob o sistema de livre desenvolvimento e da franca concorrência entre uma ampla diversidade de interesses. Mais de 94% de todos os recursos petrolíferos conhecidos do mundo, foram descobertos e desenvolvidos sob este sistema.

5) — Caso seja promulgada uma legislação satisfatória que permita a livreza de capital estrangeiro no desenvolvimento de produção e refinação do petróleo no Brasil, esta Companhia estaria pronta para participar do empreendimento preferivelmente em associação com os interessados brasileiros. Continuamente tem esta Companhia recordado que sejam oferecidas a iniciativa particular a oportunidade e a responsabilidade para desenvolver as reservas petrolíferas do Brasil e assim elevar o nível de vida. Na expectativa de leis satisfutórias, nós não perdemos de vista o grau de proteção e oportunidade concedidas aos brasileiros que efetuem investimentos semelhantes nos Estados Unidos.

★

Para apresentar mais informações sobre este problema, tentamos publicar outras declarações, no futuro. A fim de que possamos torná-las da maior utilidade para todos, necessitamos saber o aspecto de informação mais desejada. Por isso, apreendemos quaisquer perguntas que o leitor tenha, referentes ao assunto. Essas perguntas não serão necessariamente respondidas individualmente, mas levadas em consideração na elaboração de futuras declarações como esta. Dirigam-nas suas indagações, por obséquio, escrevendo para o nosso Departamento de Relações Públicas, no endereço abaixo indicado.

W.M. Anderson
PRESIDENTE



STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL



CAIXA POSTAL N.º 970 - RIO DE JANEIRO

Anúncio da Standard oil, publicado em página inteira, no qual se posicionou sobre a questão do petróleo. DN. 17/07/1949, p 05.

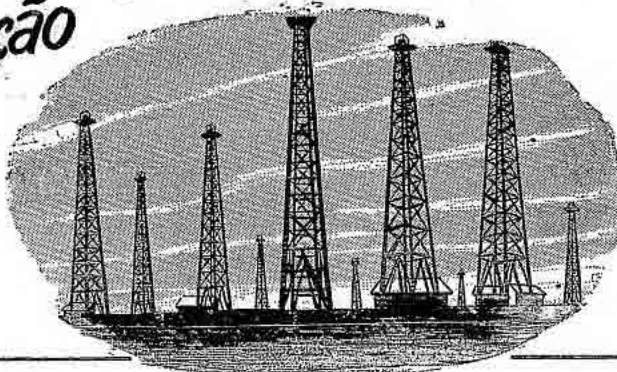
Quinta Seção — Quinta Página

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Domingo, 31 de julho de 1949

A EXPERIENCIA MUNDIAL

*-e
a industrialização
do Petróleo
brasileiro*



HA 37 anos, a Standard Oil Company of Brazil vem participando da vida brasileira. Vivendo aqui e trabalhando aqui, orgulhamo-nos do grande progresso atingido por este país — na sua agricultura, na sua indústria, no seu comércio e nos seus transportes.

Orgulhamo-nos, também, da parte que nos coube nesse progresso, mediante o fornecimento de produtos de petróleo às populações brasileiras. Pois, o petróleo e o progresso caminham juntos, aqui ou em qualquer parte do mundo. Quanto melhor vivem homens e mulheres, mais petróleo necessitam.

Visando o seu progresso futuro, o Brasil precisa agora explorar seus próprios recursos petrolíferos em benefício do seu povo. Ninguém conhece exatamente quanto petróleo o Brasil possui, explorado. Mas os especialistas do assunto acreditam que as quantidades possam ser apreciáveis.

O problema principal é, pois, saber: "Qual o melhor meio de encontrar petróleo — extrair-lo do solo e refiná-lo, para produzir os milhares de produtos necessários às fazendas, fábricas e vias de transporte do Brasil".

Este trabalho não pode ser feito instantaneamente, pois, mesmo quando se dispõe do melhor equipamento e da melhor experiência na pesquisa, são necessários, pelas estimativas, vários anos para se instalar o conjunto de uma indus-

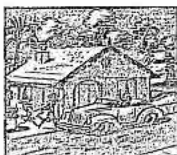
tria completa do petróleo. É um trabalho que exigirá grande aplicação de dinheiro e o risco decorrente, antes que se produza qualquer quantidade de petróleo para recuperar o capital. E, acima de tudo, um trabalho que requer grande habilitação e conhecimentos técnicos. O petróleo é um negócio altamente especializado.

Estas são as razões pelas quais, tendo em vista não apenas os nossos, mas os próprios interesses do Brasil, acreditamos que o melhor meio para industrializar o petróleo brasileiro é permitir que companhias petrolíferas experientadas, solidamente financiadas, façam esse serviço, de preferência associadas com os interesses brasileiros.

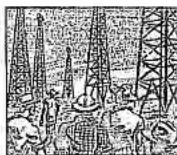
Pois, foi desse modo que se desenvolveu a indústria do petróleo, responsável por mais de 94% das reservas mundiais conhecidas. Assim se fez na Europa, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Colômbia, Peru e outras regiões do mundo.

Deste modo, visando um lucro razoável, a iniciativa privada enfrenta os riscos e as despesas. Ela oferece também sua larga experiência e seu vasto equipamento. E o petróleo brasileiro poderá, assim, ser industrializado com maior economia e eficiência para o povo deste país.

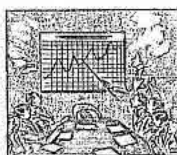
INFORMAÇÕES DE INTERESSE SOBRE PETRÓLEO



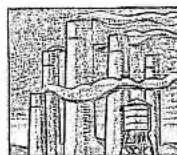
O petróleo e o progresso caminham juntos. Em todo o mundo, os países com as fontes de petróleo fazem indústrias. Desde a comodidade, através ao Brasil na sua busca de vida.



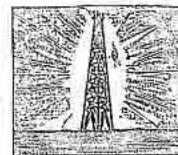
Desde a extração, o petróleo não basta para ninguém. Mas descoberto, produzido e refinado, fornece, além de energia, produtos essenciais, como gasolina, para o Brasil e para o mundo.



Mais de 94% de todos os recursos conhecidos, mundiais, de petróleo, foram encontrados pela iniciativa privada, que utiliza os conhecimentos e o trabalho da indústria da extração em benefício das pessoas e respectivas países.



Trabalhando com a indústria da indústria petrolífera, as indústrias serão capazes de produzir o petróleo no Brasil, para o desenvolvimento do Brasil.



Do que foi melhor para o Brasil, será melhor para a Standard Oil Company of Brazil. Temos ciência e certeza com o Brasil, no campo de que, através anos, o país futuro e o nosso futuro — e o petróleo brasileiro pode ajudar a fazê-lo muito forte.



STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

CAIXA POSTAL 970 - RIO DE JANEIRO

Anúncio da Standard Oil, publicado em página inteira, no qual tentava mostrar que tinha experiência para atuar no setor petrolífero brasileiro e que a melhor solução para o problema do petróleo era permitir a atuação de companhias estrangeiras. DN. 31/07/1949, p 05.

Mais Petroleo Para Seu Uso

EM 38 anos, desde que se fundou a Standard Oil Company of Brazil, vimos este país crescer muito. Vimos ampliar-se sua rede ferroviária e as estradas e ruas de cada cidade encherem-se de veículos para transporte de homens e riquezas. Fatores diversos — entre os quais um preponderante: a acessibilidade do uso dos produtos de petróleo — deram margem a que o ritmo do crescimento nacional fosse de tal modo acelerado que hoje, para atender às necessidades do progresso brasileiro, temos que multiplicar nossas instalações e equipamentos, na ordem a que abaixo nos referimos.

— O consumo de produtos de petróleo no Brasil aumentou enormemente nos últimos 8 anos. Em 1940, era de 1.669.500.000 litros, enquanto que em 1948 atingiu a 3.698.390.880 litros.

— A fim de atender às necessidades da indústria e do público, estamos ampliando enormemente as nossas instalações desde Belém do Pará até o Rio Grande do Sul.

— Esta expansão requer a inversão de grandes capitais.

— E somente uma sólida organização, apoiada pelo crédito dos seus fornecedores do exterior, seria capaz de realizar tal obra. Pois, a fim de poder trazer ainda mais produtos de petróleo para o consumidor brasileiro, invertimos os nossos lucros, dispomos as nossas reservas e recorremos frequentemente ao crédito que nos é proporcionado pelos nossos fornecedores no exterior.

— Nos últimos três anos dispendemos 233 milhões de cruzeiros na expansão de nossas instalações e na substituição de equipamento. Isto representa mais de 75 milhões de cruzeiros por ano. E nos próximos anos pretendemos investir mais 250 milhões de cruzeiros para o mesmo fim.

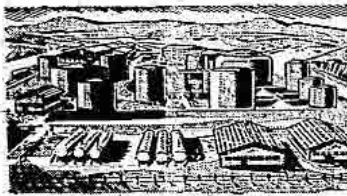
— Continuamos a investir nossos lucros neste país, pois cada consumidor precisa ainda mais de produtos de petróleo e, assim, de nossa parte, tudo estamos fazendo para corresponder a esse crescimento, a esse aumento de procura.

— Estamos dispendendo os nossos lucros, a fim de trazer mais produtos de petróleo para seu uso, pois os produtos de petróleo ajudam a tornar sua vida melhor.

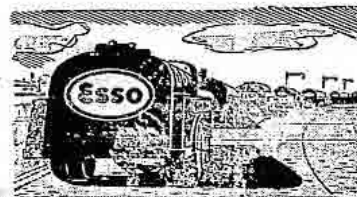
— A fim de pôr à disposição do consumidor brasileiro produtos de petróleo em quantidades cada vez maiores, estamos:



....construindo novas pontes de carga a des-
carga de petróleo ao longo da costa,



....construindo novos armazéns e tanques
para redistribuição no interior do país,



....adquirindo maiores e melhores cami-
nhões,



....construindo Postos de Serviço mais mo-
dernos para atender aos automobilistas,



....utilizando centenas de milhares de tam-
bores, caixas e latas,



....adquirindo novos vagões-tanques, para
suprir todos os pontos do país.

"... O constante acréscimo de suas instalações no Brasil impunha acultado dispendio em dinheiro e tempo para construção de obras, do modo que a Companhia vem desde 1945 aplicando os seus lucros em instalações no país, para atender às exigências do mercado e não tem pago dividendos aos seus acionistas desde aquele ano."

(Do relatório publicado em abril de 1948.)

W. M. Anderson
PRESIDENTE



STANDARD OIL
COMPANY
OF BRAZIL

Anúncio da Standard Oil, publicado em página inteira, no qual apontou os investimentos realizados no Brasil. A companhia tentou construir a imagem de que estava comprometida com o desenvolvimento do país. DN. 10/05/1949, p 05.

Quinta Página DIÁRIO DE NOTÍCIAS Domingo, 28 de Agosto de 1949

VOÇÊ ESTÁ BEM INFORMADO A RESPEITO DE PETRÓLEO?

Verifique os seus conhecimentos sobre este "assunto do dia"



Atualmente, quando o desenvolvimento da indústria brasileira de petróleo representa papel tão fundamental para o futuro deste país, todo cidadão deve ser informado sobre o assunto com fatos concretos.

Apresentamos aqui um questionário sobre petróleo. Para cada pergunta, existem três respostas, sendo uma certa e duas erradas. Assinale a resposta que V. achar certa para cada pergunta. Depois, então, confira com as respostas certas que estão no quadro, de cabeça para baixo.

Se acertar sete perguntas ou mais, V. está "bem informado" sobre o problema do petróleo.

Aqui estão as perguntas:

- O consumo diário de petróleo no Brasil é de cerca de:
 - ☐ 4.000.000 de litros?
 - ☐ 11.000.000 de litros?
 - ☐ 32.000.000 de litros?
- Do total consumido, o Brasil, através de suas poças (óleo bruto), poderia produzir a seguinte porcentagem:
 - ☐ 75%?
 - ☐ 24%?
 - ☐ 10%?
- A tendência da produção de petróleo no Brasil tem sido:
 - ☐ Diminuir de 10% anualmente?
 - ☐ Duplicar cada 6 anos?
 - ☐ Permanecer o mesmo?
- Das reservas potenciais estimadas de petróleo do mundo, a indústria acredita que o Brasil possui:
 - ☐ 1%?
 - ☐ 33%?
 - ☐ 66%?
- Das reservas mundiais de petróleo conhecidas, a indústria acredita que o Brasil possui:
 - ☐ 37%?
 - ☐ 94%?
 - ☐ 15%?
- Os técnicos calculam que os desperdícios para descobrir petróleo são suficientes para abastecer toda a Brasil com:
 - ☐ Cr\$ 200.000.000?
 - ☐ Cr\$ 1.000.000.000?
 - ☐ Cr\$ 2.000.000.000?
- Em 30 anos passados, 75% do petróleo de um poço perfurado não podem ser extraídos. Hoje, graças aos métodos aperfeiçoados de produção, resultados de longos anos de exploração, a porcentagem de petróleo perdida é de:
 - ☐ 4%?
 - ☐ 20%?
 - ☐ 37%?
- O sistema preferido na escolha de terrenos para perfuração de poços de petróleo é:
 - ☐ Por tentativas?
 - ☐ Pelo medidor de gravidade?
 - ☐ Com sísmógrafo?
- O processo mais moderno de refinação do petróleo é denominado:
 - ☐ Destilação?
 - ☐ Fracionamento catalítico?
 - ☐ Reversão de gases?
- De todas as poças perfuradas nas pesquisas de petróleo no mundo, a porcentagem de poças secas, isto é, poças que não produziram, é de:
 - ☐ 20%?
 - ☐ 20%?
 - ☐ 82%?

Respostas certas:

- 1 - Cr\$ 2.000.000.000
- 2 - 20 por cento
- 3 - Com sísmógrafo
- 4 - Duplicar cada seis anos
- 5 - 37 por cento
- 6 - Fracionamento catalítico
- 7 - 20 por cento
- 8 - 20 por cento
- 9 - 20 por cento
- 10 - 82 por cento

Tome, aqui, apenas alguns fatos a respeito desta indústria tão complexa, que devam ser conhecidos ao se elaborar os planos sobre o futuro do Brasil. A maioria das informações a esse respeito está em mãos de empresas particulares, que as reúnem após muitos anos de experiência. Como medida de interesse público, estes dados são agora apresentados ao povo brasileiro.

STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

Anúncio da Standard Oil, publicado em página inteira, no qual transmitia aos leitores dados e informações sobre o setor petrolífero por meio de um questionário. DN. 28/08/1949, p 05.

Os anúncios causaram polêmica entre o *DN* e o CEDPEN, que enviou uma carta à redação solicitando a Orlando Dantas que não aceitasse a publicidade da Standard Oil sobre a questão do petróleo. Em editorial, o matutino carioca reafirmou suas posições pró-monopólio estatal e respondeu a carta, transcrita na mesma página. Afirmou que não solicitou tal publicidade e que a ESSO tem o direito de participar dos debates sobre o petróleo, não podendo ter essa prerrogativa desrespeitada de forma ditatorial. Declarou ainda que nunca deixaria de contestá-la e contrariá-la, se necessário fosse, independente do valor destinado a publicidade do periódico.⁸⁷

Além dos anúncios, a Standard Oil patrocinou uma viagem a doze jornalistas brasileiros para visitar as instalações da companhia nos Estados Unidos. Ao comentar esta iniciativa, o *DN* afirmou que os representantes nacionais poderiam adquirir valiosos conhecimentos sobre o setor petrolífero, os quais seriam difundidos pela imprensa e forneceriam subsídios para o debate em torno da política do petróleo. O convite foi feito à direção dos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, que deveriam indicar um representante cada para compor a comitiva.⁸⁸ A maioria das empresas jornalísticas convidadas enviou representantes, entre elas o *DN*, que indicou Osório Nunes. Em outro editorial, o matutino respondeu às críticas da jornalista Sarah Marques, do jornal *O Mundo*, por ter aceito o convite.⁸⁹

⁸⁷ DN. 02/08/1949, p. 05.

⁸⁸ DN. 04/09/1949, p. 03.

⁸⁹ DN. 06/09/1949, p. 03.

A criação da Petrobras

Ao final do governo Dutra, o problema do petróleo não havia sido resolvido, pois o anteprojeto do Estatuto foi arquivado e o plano SALTE encontrou sérias dificuldades financeiras e acabou sendo abandonado em 1951,⁹⁰ o que deixou o CNP sem recursos para atender às necessidades de uma economia industrial em expansão. Em função do aumento do consumo de combustíveis, o país gastava parte considerável da sua receita com a importação e, por isso a questão do petróleo tornou-se, no início dos anos 1950, um problema da máxima urgência.

Em 1950, Getúlio Vargas candidatou-se à presidência da República pela coligação PTB-PSP e obteve o apoio de dissidentes do PSD, que possuíam um candidato próprio. Com a estratégia de *manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD, ao mesmo tempo conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB*,⁹¹ e com a ajuda de Ademar de Barros em São Paulo, Vargas conseguiu se eleger. Porém, deparou-se com um Congresso Nacional que não lhe oferecera uma sólida base governista, uma vez que a UDN atuou como oposição, enquanto o PSD e o PTB não lhe ofereceram o esperado apoio. A atitude destes últimos pode ser explicada pela tentativa de Vargas em conciliar e atender simultaneamente interesses regionais, partidários e de ordem pessoal, o que distanciou esses partidos de alguns pontos estratégicos do governo, provocando insatisfação no meio político.⁹²

Foi nesse cenário que Getúlio Vargas propôs, por meio da sua Assessoria Econômica, órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos

⁹⁰ SKDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* Trad. Ismênia Tunes Dantas. Ed. Saga, 1969, p. 99.

⁹¹ Idem. p. 103.

⁹² D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo de Vargas – democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ed. Ática, 1992, pp. 118-138.

sobre os principais aspectos da economia do país,⁹³ a criação de uma empresa de capital misto, a Petrobras, controlada pelo Estado e responsável pela pesquisa, lavra, refinação, comércio e transporte do petróleo e seus derivados. Assegurava-se, portanto, a participação do capital privado e não se instituía o monopólio estatal.⁹⁴

Entretanto, o projeto não foi bem recebido pelos parlamentares, pois o grupo de tendências nacionalistas defendia o monopólio estatal em todas as fases da produção e sua principal crítica estava na participação do capital privado nacional na constituição da empresa, o que tornaria o setor petrolífero vulnerável aos interesses estrangeiros, representados por brasileiros a serviço dos trustes. No entanto, havia outro grupo que propunha a abertura do setor ao capital externo, posição defendida por número expressivo de senadores, liderados por Assis Chateaubriand, Othon Mader e Alencastro Guimarães, e argumentavam que o Brasil não possuía recursos financeiros e nem técnicos especializados para explorar o petróleo, o que tornava imprescindível o auxílio internacional.⁹⁵

Imediatamente *OESP* comunicou a intenção de analisar pormenorizadamente o projeto em uma série de editoriais.⁹⁶ No dia seguinte, reafirmou suas posições sobre a questão do petróleo no Brasil,⁹⁷ ao ressaltar sua desconfiança em relação à intervenção estatal na economia. Assim, voltou a afirmar que a nacionalização do petróleo no México era uma prova da má administração de empresas controladas pelo Estado e lembrou que, no Brasil, as estradas de ferro constituíam um exemplo de ineficiência. Além disso, a atuação do CNP foi considerada pouco significativa na exploração de petróleo, o que evidenciava mais uma prova

⁹³ D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Op. Cit.*, p. 152.

⁹⁴ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp. 133-138.

⁹⁵ *Idem.* pp. 133-162.

⁹⁶ *OESP*. 07/12/1951, p. 03.

⁹⁷ *OESP*. 08/12/1951, p. 05.

da incompetência do Governo. Diante disso, o jornal considerava que a nova empresa poderia se transformar num *gigante burocrático*, incapaz de resolver o problema do petróleo.⁹⁸

Outros problemas apontados foram o excessivo medo de entrar em entendimento com as companhias estrangeiras quanto à prospecção e ao aproveitamento das riquezas do subsolo e a insistência em resolver a questão mediante organização de uma empresa sujeita inteiramente ao poder público. Segundo o jornal, essa estrutura afastaria os investidores privados por dois motivos: primeiro, porque imporiam restrições aos acionistas; segundo, pela estrutura burocrática que regeria a empresa. Outra crítica foi direcionada à fonte de financiamento, que se daria por meio de um aumento de tributos, o que conseqüentemente elevaria a inflação. *OESP* afirmou que a melhor solução seria a participação do capital estrangeiro no setor, ao invés de medidas que gerariam inflação e aumento da carga tributária.⁹⁹

Outros dois editoriais apresentaram a posição de alguns homens públicos sobre o projeto do Governo Federal, destacando que personalidades como Juarez Távora, Valentin Bouças e o deputado Amando Fontes defendiam a mesma posição assumida pelo *OESP* e ressaltavam a urgência em solucionar o problema devido a grande quantidade de combustíveis importados pelo Brasil.¹⁰⁰

Após ter tomado conhecimento da proposta governista e de analisá-la, o *DN* criticou o projeto da Petrobras, com o argumento de que representava uma concessão das jazidas nacionais às companhias internacionais. Além disso, a população contribuiria com o lucro dos investidores por meio de impostos e aquisições compulsórias de ações, utilizadas para integralizar o capital do Estado na companhia mista. Outras falhas apontadas eram a permissão do capital estrangeiro e a ausência de mecanismos para controlá-lo e sujeitá-lo aos

⁹⁸ *OESP*. 09/12/1951, p. 09.

⁹⁹ *OESP*. 11/12/1951, p. 07; 12/12/1951, p. 05.

¹⁰⁰ *OESP*. 13/12/1951, p. 05; 14/12/1951, p. 05.

interesses nacionais. Segundo o *DN*, se o Poder Executivo não tinha tido força para escapar das pressões estrangeiras, o Legislativo deveria mostrar sua energia e libertar o país de tais pressões. Ressaltou que o assunto encontrava-se no início da discussão e que havia tempo para os parlamentares sugerirem emendas que corrigissem os erros e garantissem a soberania nacional. Para concluir, declarou que Getúlio Vargas não deveria afirmar que sua proposta era uma solução nacionalista ao problema do petróleo, pois ao estudá-la, percebia-se o contrário.¹⁰¹

Além das críticas ao projeto, o *DN* apoiou a idéia de garantir aos Estados e municípios produtores de petróleo uma participação nos lucros da exploração, sob a alegação de que, dessa maneira, as regiões produtoras seriam beneficiadas e as condições de vida da população poderiam ser melhoradas com uma parcela da receita obtida. Informou ainda que esta proposta fora defendida pelo deputado Lafaiete Coutinho e causara polêmica na Bahia, principal interessado pelos campos que possuía.¹⁰²

No início de 1952, o projeto da Petrobras começou a ser debatido na Câmara dos Deputados e *OESP* comentou o acontecimento em dois editoriais. No primeiro, afirmou que a legislatura anterior não tivera coragem para enfrentar a Campanha do Petróleo, o que postergou o problema, e advertia os parlamentares sobre a importância do tema, pedindo que a solução fosse analisada com bom senso. No segundo editorial, comentou a primeira discussão na Câmara sobre o projeto, marcada por manifestações de um *nacionalismo doentio e manhoso* e, como exemplo, citou o discurso de deputado Arthur Bernardes. Considerou como única nota de sensatez o depoimento do general Juarez Távora nas comissões técnicas da Câmara. Em seguida, apresentou a tese defendida por esse militar e voltou a criticar a Campanha do Petróleo e o projeto da Petrobras.¹⁰³

¹⁰¹ *DN*. 12/12/1951, p. 04; 15/12/1951, p. 04.

¹⁰² *DN*. 16/02/1951, p. 04; 24/05/1952; p. 04; 06/08/1952, p. 04.

¹⁰³ *OESP*. 26/01/1952, p. 03; 03/02/1952, p. 03.

Já o *DN* comentou prioritariamente a apresentação de um requerimento de urgência para a discussão do projeto, cujo pedido foi feito pelo líder do governo, Gustavo Capanema (PSD-MG), e recebido pela oposição como prova de que o Executivo pretendia exercer pressão sobre o debate e prejudicar o exame das emendas e substitutivos já apresentados e futuros. Mesmo com as manifestações em contrário o requerimento foi aprovado.¹⁰⁴ O matutino carioca criticou o regime de urgência, pois entendia que o problema deveria ser amplamente debatido e não era justo cercear a liberdade dos deputados e argumentou que nenhum partido estava com intenção de obstruir a apreciação e votação do projeto da Petrobras. Por isso, seria intolerável qualquer manobra para forçar a aprovação da proposta sem a detida análise parlamentar.¹⁰⁵

OESP divulgou a opinião de entidades e políticos contrários à proposta governamental e favoráveis à participação da iniciativa privada, caso dos comentários sobre o relatório do *Conselho Nacional de Economia (CNE)*, cujo título era *Exposição geral da situação econômica do Brasil*. Em seguida, publicou dois editoriais que trataram da conferência proferida por Juarez Távora nas Comissões Reunidas de Economia e Transportes, Comunicações e Obras Públicas da Câmara Federal, nos quais transcreveu trechos referentes às teses e argumentos do general. Convém destacar, que tanto *OESP* quanto Távora eram contrários ao projeto da Petrobras por acreditar que ele não conseguiria atrair recursos privados devido ao controle estatal, mas admitiam a necessidade de uma regulamentação e fiscalização do Estado. A atuação no setor de empresas estatais e privadas era tolerada, mas a principal crítica era a total exclusão do capital estrangeiro por meio do monopólio. Por outro lado, eram contrários a uma política liberal, que deixasse o setor petrolífero sob o controle das companhias estrangeiras.¹⁰⁶

¹⁰⁴ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp. 145-146.

¹⁰⁵ DN. 27/06/1952, p. 04; 07/008/1952, p. 04; 19/08/1951, p. 04.

¹⁰⁶ OESP. 26/01/1952, p. 05; 04/04/1952, p. 05; 05/04/1952, p. 05.

Nas discussões que ocorreram na Câmara a UDN, tradicionalmente favorável a participação do capital estrangeiro na economia, apoiou a tese do monopólio estatal. Em plenário, o deputado Bilac Pinto expressou a posição udenista, divergente em dois pontos básicos do projeto governamental; em primeiro lugar, a proposta governamental previa a pesquisa, exploração, refino e transporte em regime de concorrência, já o partido advogava a instituição do monopólio do Estado nessas áreas; em segundo, o projeto do Executivo propunha a constituição de uma sociedade de capital misto e a União Democrática Nacional defendia a constituição de uma empresa estatal, com flexibilidade das empresas privadas. Em junho de 1952, o mesmo parlamentar concretizou essas propostas via apresentação de um substitutivo que estabelecia o monopólio do Estado e sua execução por uma companhia estatal, a *Empresa Nacional de petróleo (ENAPE)*.¹⁰⁷

OESP deixou bem claro seu descontentamento com a atuação da UDN nos debates sobre a Petrobras. O fato é importante, já que esse partido sempre teve grande ligação com o jornal e demonstrou uma certa independência do matutino, como podemos constatar no trecho abaixo:

A bancada federal da UDN acabou de pronunciar-se pela tese do monopólio estatal na questão do petróleo. Lamentável, de todos os pontos de vista, essa atitude, que preconiza uma formula prejudicial ao progresso econômico do país, além de contrariar frontalmente a sã doutrina sempre defendida pela União Democrática Nacional.

...

Por outro lado, a atitude assumida pelos parlamentares federais da UDN fere as diretrizes doutrinárias dessa agremiação, que, pela sua tradição, pelo seu programa e pela delegação recebida de seus eleitores, não pode deixar de ser favorável ao regime da iniciativa privada e contraria á burocratização da vida econômica.

...

A UDN, que sempre mereceu as nossas mais sinceras simpatias, deve por todos os modos deixar bem claro que não pretende transformar-se, de partido independente e orientador da opinião pública, em mero satélite de correntes “populistas” desagregadoras e extremistas.¹⁰⁸

¹⁰⁷ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp. 141-142.

¹⁰⁸ OESP. 03/05/1952, p. 03.

A postura da UDN diante do projeto do Petrobras revela as ambigüidades e contradições no liberalismo do partido e demonstra que sua conduta, em relação à política econômica, não obedecia a um rígido programa doutrinário. Muitas vezes, a conjuntura política acabou por determinar as decisões econômicas. Na questão do petróleo foi o que aconteceu, uma vez que, ao defender o monopólio estatal, os udenistas pretendiam fazer oposição ao getulismo, tomando deles a bandeira do nacionalismo e acusando-os de “entreguistas”. Por outro lado, pretendiam ganhar a simpatia dos numerosos eleitores que apoiavam a campanha “O Petróleo é Nosso” e, para isso, precisavam se apresentar como o partido que instituiu o monopólio estatal e impediu os trustes de controlarem os recursos naturais do país. Com essa manobra o partido obteve saldos positivos, entre eles, podemos destacar a nomeação de um deputado udenista para a presidência da Petrobras, o coronel Juraci Magalhães.¹⁰⁹

O DN apoiou a posição da UDN ao comentar declarações de Otávio Mangabeira sobre o assunto. Segundo o jornal, este importante político elogiou a adoção da tese do monopólio estatal pelo partido. Os editorialistas ressaltaram que esta seria a solução mais adequada aos interesses nacionais e a de maior apelo popular e fizeram questão de destacar que o próprio Otávio Mangabeira foi *favorável a entrada do capital estrangeiro, de que o país necessita em muitos setores. Mas na questão do petróleo, aponta exemplos de outros países onde a ação dos trustes é uma luta de vida e morte pela posse das reservas petrolíferas.*¹¹⁰

Em 1952, ocorreram eleições para a diretoria do Clube Militar, na qual disputaram duas chapas: uma, liderada pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa, que defendia o monopólio estatal na questão do petróleo e achava importante a participação dos militares no

¹⁰⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1930-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, pp. 200-203.

¹¹⁰ DN. 05/08/1952, p. 04.

debate; e a outra, a *Cruzada Democrática*, liderada pelos generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo, que defendia o combate ao comunismo dentro das Forças Armadas e a neutralidade dos militares na questão do petróleo. A votação aconteceu no dia 21 de maio e a chapa vencedora foi de Alcides Etchegoyen. Com a derrota, os nacionalistas perderam uma importante instituição que apoiava a Campanha do Petróleo.¹¹¹

Nesta ocasião, o *DN* adotou uma linha conciliatória e não apoiou nenhuma das chapas em disputa, pois entendia que o país vivia um momento de crise política, cuja superação era necessária para preservar a democracia e manter a unidade e a disciplina das Forças Armadas. Assim, manifestou o desejo de que o pleito ocorresse num ambiente de conciliação e concórdia, pois a controvérsia e o debate acirrado aumentavam a instabilidade política e colocava em risco a democracia. Acrescente-se, ainda, que os editorialistas julgaram que apenas os militares seriam capazes de manter a ordem em momentos de crise, daí o apelo aos associados do clube para manter a tranqüilidade.¹¹²

Ao comentar o resultado da eleição, considerou expressiva a votação da chapa vitoriosa e ressaltou a importância política do Clube Militar, além de manifestar satisfação pelo fato de a votação haver ocorrido de forma tranqüila. Esperava-se que, com o fim da disputa eleitoral, a harmonia e normalidade retornassem aos quartéis. O matutino carioca também elogiou o novo presidente da entidade e afirmou que Estillac Leal foi derrotado porque sua candidatura estava associada ao temor da infiltração comunista.¹¹³

Em maio, *OESP* comentou o assunto e comemorou a vitória da chapa que apoiara em quatro editoriais. Segundo os textos, o resultado agradou os democratas que temiam um avanço do comunismo nas fileiras do exército se a chapa liderada por Estillac Leal e Horta Barbosa vencesse. Os editorialistas procuraram tranqüilizar os leitores, com declarações de

¹¹¹ SKIDMORE, Thomas. *Op. Cit.*, pp. 139-141.

¹¹² DN. 06/03/1952, p. 04; 19/03/1952, p. 04; 21/05/1952, p. 04.

¹¹³ DN. 25/05/1952, p. 04.

que a nova diretoria do Clube não apoiaria qualquer movimento ideológico que ameaçasse a ordem. Quanto à questão do petróleo, citou uma entrevista do general Etchegoyen, na qual ele declarava que não caberia as Forças Armadas a discussão sobre esse assunto, mas sim aos parlamentares e o exército deveria acatar a decisão tomada pelo Congresso.¹¹⁴

A posição de Getúlio Vargas sobre a participação do capital estrangeiro no setor petrolífero foi considerada ambígua e contraditória. Como exemplo, citava-se o pronunciamento do presidente na Bahia, no qual ele afirmou que o Brasil não precisava de estrangeiros para resolver o problema do petróleo. *OESP* considerou a frase infeliz, uma vez que a construção da nação só foi possível graças ao auxílio dos estrangeiros e que o presidente caiu em contradição, pois muitas de suas políticas basearam-se em pedidos de empréstimos a organismos internacionais. O matutino cobrava uma posição mais clara do governo com relação ao auxílio de capitais e técnicos estrangeiros.¹¹⁵

O *DN* também criticou a atuação de Vargas na questão, ao tratá-lo como um mentiroso e oportunista que, durante a campanha eleitoral, defendeu o monopólio estatal do petróleo apenas para conseguir votos e, depois de eleito, encaminhou ao Congresso um projeto de lei que permitia a participação do capital estrangeiro. Para o jornal, a própria mensagem presidencial era uma farsa por tratar a Petrobras como uma solução nacionalista.¹¹⁶ Por tudo isso, enfatizavam os editorialistas, a população não confiava mais no presidente para conduzir a busca de uma solução para o problema dos combustíveis.¹¹⁷ O jornal foi além dessas críticas ao afirmar que Vargas não estava interessado em resolver o problema do petróleo com a Petrobras, mas sim transformá-la em um instrumento de corrupção para

¹¹⁴ *OESP*. 23/05/1952, p. 03; *OESP*. 24/05/1952, p. 03; *OESP*. 24/05/1952, p. 03; 25/05/1952, p. 03.

¹¹⁵ *OESP*. 29/01/1952, p. 03; 03/07/1952, p. 03.

¹¹⁶ *DN*. 18/03/1952, p. 04; 09/05/1952, p. 03; 11/05/1952, p. 04; 30/05/1952, p. 04; 02/07/1952, p. 04.

¹¹⁷ *DN*. 11/05/1952, p. 04.

defender seus interesses pessoais e manter-se no poder, pois pretendia utilizar o dinheiro do petróleo para comprar aliados e cooptar adversários.¹¹⁸

As discussões na Câmara revelaram que um número significativo de deputados optou pela defesa do monopólio estatal, o que conferiu uma feição mais nacionalista ao projeto encaminhado ao Senado. No entanto, a situação naquela casa do legislativo era diferente, uma vez que a Campanha do Petróleo enfraqueceu-se devido à repressão policial e à deserção do Clube Militar.¹¹⁹ A maioria dos senadores era favorável à solução privatista e recebia manifestações de apoio das entidades que representavam os comerciantes e industriais. O resultado foi a apresentação de trinta e duas emendas ao projeto oriundo da Câmara, das quais, pelo menos quatro modificavam completamente o sentido inicial da proposta, por permitir a participação da iniciativa privada no comando da Petrobras e abrir o setor ao capital estrangeiro.¹²⁰

Nesse momento, *OESP* apoiou a iniciativa da Associação Comercial de São Paulo de enviar aos senadores um memorial que mostrasse a posição dessa entidade sobre a questão. Em editorial, o documento foi resumido e comentado e as posições da Associação Comercial coincidiam com as do jornal.¹²¹ É importante ressaltar que, quando o projeto da Petrobras estava em discussão no Senado, organizações que representavam o comércio e a indústria enviaram telegramas e documentos para os parlamentares exigindo a participação da iniciativa privada no setor petrolífero.

Enquanto o projeto tramitava no Senado, o *DN* realizou um balanço do problema e apresentou uma solução que, segundo acreditava, poderia ser uma alternativa para as propostas monopolistas e privatistas. O jornal sugeriu ainda uma política do petróleo que

¹¹⁸ DN. 21/06/1952, p. 04.

¹¹⁹ Isso ocorreu em 1952, na eleição da nova diretoria, a chapa nacionalista foi derrotada pela Cruzada Democrática que ao tomar posse decidiu não participar das discussões sobre o petróleo.

¹²⁰ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp. 66-169.

¹²¹ OESP. 14/11/1952, p. 03.

incorporasse elementos das duas teses em questão e, ao mesmo tempo, garantisse a soberania nacional e desenvolvesse o setor petrolífero num curto período. Essa atitude representou uma novidade na linha editorial do matutino e pode ser explicada pela preocupação em ver resolvido rapidamente o problema da dependência do Brasil em relação ao mercado internacional de combustíveis.

Afirmou-se que as discussões no Congresso eram importantes porque 10% das importações brasileiras, em 1952, foram de combustíveis. As duas posições - favoráveis e contrários ao capital externo - não resolveriam, a curto prazo, o problema da obtenção de combustíveis, daí haver defendido uma terceira com as seguintes características:

- a) O Estado manteria o controle do setor petrolífero através da criação de uma companhia mista;
- b) O controle acionário da companhia ficaria a cargo da União e o restante das ações destinar-se-ia à iniciativa privada, nacional e estrangeira;
- c) A participação da iniciativa privada justificava-se, porque a indústria do petróleo demanda elevado capital e técnicos especializados, ambos em falta no Brasil;
- d) A companhia também poderia ser financiada por meio de empréstimos internacionais contraídos pelo Governo Federal;
- e) Uma vez formada, a sociedade de economia mista atuaria diretamente nas diversas áreas do setor e responsabilizar-se-ia pelas concessões a empresas nacionais e estrangeiras interessadas em atuar na pesquisa e exploração;
- f) As companhias privadas seriam subordinadas à companhia mista, que entre outras coisas, determinaria o local onde se realizariam os trabalhos de prospecção;

- g) Assim, dentro de três ou quatro anos, seria constituída uma indústria de extração do petróleo e depois de dez anos a União encamparia, por meio de compra, o patrimônio das empresas privadas do setor.

O jornal entendia que havia falhas e pontos vulneráveis nessa fórmula, mas era uma maneira de implantar efetivamente a indústria petrolífera e manter a soberania. Ao concluir o editorial cobrou dos políticos uma solução para o problema do petróleo.¹²²

Quanto ao *DN*, pode-se perceber que, durante todo o debate, defendeu a intervenção do Estado no setor petrolífero, que poderia se dar de duas formas: pela intervenção reguladora ou pela intervenção direta. A primeira consistia na idéia de que a União, por meio de uma legislação, fiscalizaria e regulamentaria a participação da iniciativa privada estrangeira com o intuito de defender o interesse e soberania nacional. Esse princípio foi propugnado quando o jornal apoiou as determinações referentes ao capital estrangeiro da Constituição de 1946 e sugeriu alterações no projeto da Petrobras. Já a intervenção direta implicava na atuação do Estado nas diversas atividades da indústria do petróleo, com o objetivo de impedir que companhias internacionais monopolizassem o setor e desenvolvessem um ramo da economia importante para a industrialização. Dessa maneira, seja por meio de autarquias, como o CNP, ou por meio de empresas estatais, o Governo Federal empreenderia diretamente trabalhos de pesquisa e exploração, construiria refinarias e transportaria petróleo através da Frota Nacional de Petroleiros. O apoio do jornal a essa idéia fica visível quando se declara adepto das posições de Horta Barbosa, favorável à construção de refinarias estatais e analisa o projeto da Petrobras, defendendo as realizações do CNP e a aprovação do monopólio estatal.

Encerrada a discussão no Senado, o projeto foi novamente enviado a Câmara, que criou uma comissão especial encarregada de examinar e dar o parecer sobre as emendas introduzidas. Em 8 de setembro de 1953, essa comissão apresentou um relatório final que

¹²² DN. 19/04/1953, p. 04.

aceitou apenas as emendas que não colidiam com a orientação básica dos deputados e, desse modo, devolveu ao projeto a feição nacionalista. Posto em votação, o parecer foi aprovado.

As discussões sobre a Petrobras no Congresso Nacional encerraram-se no dia 15 de setembro de 1953 e, pouco depois, a 3 de outubro, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei Nº 2004, que estabeleceu a nova política do petróleo e a criação da empresa de capital misto, Petróleo Brasileiro S/A. Ficou assegurado o monopólio da União nas áreas de pesquisa, lavra, refino e transporte. Caberia a Petrobras a responsabilidade de atuar e desenvolver essas atividades e ao CNP a orientação e fiscalização do setor petrolífero.

OESP manifestou-se de forma contrária a essas determinações e comunicou sua intenção de realizar uma campanha para impedir que medidas nacionalistas fossem implementadas no setor elétrico:

Aprovado o projeto da “Petrobras”, a Câmara dos Deputados destruiu as últimas esperanças do país de ver resolvido o problema do petróleo e, portanto, de ver encaminhada, de maneira racional, a solução de uma outra questão ainda mais importante, a da energia. Pode parecer tarde demais para voltarmos ao assunto. Mas não cremos de todo inútil fazê-lo, pois teremos dentro em breve, de sustentar uma nova batalha, tão importante quanto a anterior, e na qual se enfrentarão, também, a razão e a paixão. Queremos-nos referir a batalha da eletricidade um dos parlamentares que mais tristemente se ilustraram na questão do petróleo prepara violenta ofensiva nacionalista no terreno da produção de eletricidade. E aqui as consequências podem ser ainda mais graves, pois, ao passo que no caso do petróleo não possuíamos ainda nem instalações, nem produção, não tendo, portanto, nada a destruir a fúria nacionalista, no da eletricidade já dispomos de uma poderosa capacidade instalada, que o jacobinismo pode prejudicar.¹²³

Novamente em dois editoriais, publicados nos dias 6 e 9 de outubro, o jornal, comentando o discurso do Presidente Getúlio Vargas na cerimônia em que sancionou a Lei Nº 2004, criticou duramente a criação da Petrobras e afirmou que o Brasil enfrentaria sérias dificuldades econômicas e não resolveria o problema da falta de petróleo, como se observa na citação abaixo:

Elogiando a Lei que criou a Petrobras, o sr. presidente da Republica salientou que a nova empresa “resulta de uma firme política nacionalista, no

¹²³ OESP. 27/09/1953, p. 08.

terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei. Quando se construía Volta Redonda, muitos descreveram de suas possibilidades, mas hoje a grande siderurgia se ergue como um testemunho irrefragável da capacidade criadora nacional...”

Entretanto, o mero confronto entre a Petrobras e Volta Redonda evidencia cabalmente a improcedência da argumentação do chefe do Governo. Se s. exa salienta, quanto a primeira, que será constituída “com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros,” evidentemente se esquece, quanto a Volta Redonda, de que para sua criação contribuíram decisivamente empréstimos, técnica e trabalhadores estrangeiros. Com isso não queremos, nem de longe, diminuir os grandes sacrifícios em dinheiro a que o Brasil se dispôs, para tornar possível a fundação da empresa, nem a grande competência de técnicos nacionais; mas é preciso salientar, com toda clareza, que o êxito de Volta Redonda representa um argumento irrefutável a favor da cooperação de capitais e técnicos estrangeiros no desenvolvimento dos ramos básicos da economia nacional. Em verdade, o exemplo de Volta Redonda jamais poderá ser invocado para justificar a solução que, em má hora, o Congresso Nacional e o sr. presidente da República encontraram para o caso do petróleo. Ao contrario, Volta Redonda mostra o caminho que deverá ser tomado com o objetivo de proporcionar-nos aquela infra-estrutura econômica sem a qual o Brasil nunca perderá seus traços semicoloniais. E Volta Redonda evidencia também que a cooperação de capitais e técnicos estrangeiros, longe de prejudicar a nossa independência, favorece e acelera a nossa emancipação.¹²⁴

A atitude do Executivo e do Legislativo federais em relação ao problema do petróleo denuncia absoluta irresponsabilidade em face dos interesses nacionais. Quanto á urgente necessidade de tudo se fazer com o objetivo de prospectar e explorar as riquezas petrolíferas que o nosso subsolo porventura encerre, a “solução” encontrada foi a da “Petrobras”, que onerará excessivamente os contribuintes, a ponto de prejudicar a economia nacional, sem nos trazer a menor esperança de resultados positivos. A “Petrobras” significará um considerável desperdício de dinheiro e de tempo, atestando nossa incapacidade de resolver um dos mais urgentes problemas econômicos nacionais. Além disso, a aprovação e sanção do projeto de lei que cria essa empresa explicam-se menos pela ignorância do que pela sujeição do Executivo e do Legislativo á demagogia e a argumentos eleiçoeiros. Mais de uma vez tivemos o ensejo de registrar e condenar a co-responsabilidade da União Democrática Nacional nessa questão.¹²⁵

Findos os debates na Câmara, o *DN* afirmou que a corrente nacionalista saiu vencedora e, por isso os interesses nacionais estariam resguardados contra a influência das grandes companhias de petróleo. Além disso, apontou que o Estado tinha pela frente um imenso desafio ao destacar que a solução pareceu contraditória, pois o país encontrava-se numa fase de importação de capitais e o investidor estrangeiro foi afastado do setor

¹²⁴ OESP. 06/10/1953, p. 03.

¹²⁵ OESP. 08/10/1953, p. 03.

petrolífero. A partir daí, considerou como um dos principais desafios a instalação da indústria do petróleo com recursos exclusivos do Estado. Para o *DN*, a União não tinha uma boa situação financeira e isso tornaria difícil o alcance da auto-suficiência, já que o setor exigia vultoso capital. O editorial concluiu fazendo votos para que o Estado alcançasse resultados satisfatórios, apesar do esforço que teria de fazer para superar as dificuldades.¹²⁶

Ao comentar a cerimônia em que foi sancionada a Lei Nº 2004, o jornal indicou como o Estado deveria proceder para alcançar a auto-suficiência com recursos próprios. Para os editorialistas, a Petrobras deveria iniciar suas atividades a partir dos setores em que o CNP melhor se saiu – transporte e refinação. Importando o petróleo bruto, transportando em petroleiros nacionais e refinando no Brasil seria possível economizar divisas e obter lucros. Esta receita deveria ser aplicada nos setores de pesquisa e exploração que eram os mais arriscados e onerosos. Nesses editoriais, o matutino não deixou de criticar Vargas, ao declarar que, na cerimônia, o presidente voltou a mentir, pois reivindicava para si as boas iniciativas desenvolvidas no país e culpava os adversários por todas as suas omissões, erros e fracassos.¹²⁷

Em outro editorial, o *DN* reafirmou que o grande desafio da Petrobras era desenvolver as atividades de pesquisa e exploração, pois muito pouco foi feito pelo CNP. Além disso, manifestou apoio ao monopólio estatal, a criação da companhia e pediu que não houvesse mais divergências sobre o assunto:

Aprovada a lei da Petrobras, não devem mais caber hesitação, discussões, que assumiriam caráter bizantino, em face do problema concreto de converte-la, prontamente em realidade, a serviço do país.

Devem, pois, cessar as divergências de ponto de vista. O Brasil escolheu um caminho: adotou o integral monopólio do Estado... Vamos portanto, buscar os meios para entrar imediatamente em ação. Muito tempo já foi perdido no debate e o consumo de combustíveis líquidos aumenta a cada instante, exigindo uma disponibilidade de cambiais que não possuímos.¹²⁸

¹²⁶ DN. 19/04/1953, p. 04.

¹²⁷ DN. 06/10/1953, p. 04; 07/10/1953, p. 04.

¹²⁸ DN. 16/10/1953, p. 04.

O jornal também solicitou ao governo federal a resolução dos tramites burocráticos para viabilizar o rápido funcionamento da Petrobras, com o argumento de que a missão da estatal requeria superação de grandes desafios e no caso de fracasso seus opositores tentariam abrir o setor ao capital estrangeiro. Segundo o *DN*, a Petrobras tinha a vantagem de contar com o patrimônio e acervo do CNP, mas a lentidão na sua instalação desfavoreceria o uso desse capital. A preocupação do periódico com a instalação da empresa pode ser constatada no seguinte parágrafo:

A organização da Petrobras precisa de ser antecipada e acompanhada por uma intensa campanha de opinião pública, com a finalidade de interessar os brasileiros, realmente, na sua grande tentativa. Torna-se indispensável não esquecer que a entidade foi preparada e teve remate legal debaixo da crítica da opinião estrangeira, sobretudo da que reflete o ponto de vista das empresas petrolíferas mundiais. Acreditam os descontentes que o Brasil não terá capacidade para equacionar e resolver o difícil problema do provimento de energia à sua população, baseado na pesquisa, captação, industrialização e comércio das suas jazidas de petróleo. É uma prova a que está submetida a fibra do nosso povo. Os dirigentes que lançaram a Petrobras como um instrumento de monopólio do Estado e deixarem malograr o empreendimento, ou dele colherem um fruto pouco e murcho, serão implacavelmente castigados pela opinião pública. terão ademais a responsabilidade pela vitória da tese dos que se opõem à empresa estatal e tudo farão para implantar poderosas organizações alienígenas no lugar vago com o fracasso.¹²⁹

* * *

Até o momento, foi feita uma relação da conjuntura com os acontecimentos do dia-a-dia para verificar como os jornais se posicionaram no “calor da hora”. Desse modo, caracterizou-se a linha editorial do *DN* e *OESP* e foi possível perceber que *OESP* defendeu a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro, por entender que a iniciativa privada deveria atuar nos setores de infra-estrutura, pois acreditavam que somente o Estado não teria

¹²⁹ DN. 23/10/1953, p. 04.

condições de investir nessas áreas. No entanto, essa participação deveria ser fiscalizada e regulamentada pelo Governo Federal com o intuito de impedir abusos das companhias internacionais que se caracterizariam por formação de monopólios privados, ameaça à soberania e aos interesses nacionais. Não era proposta do matutino a completa abertura do setor petrolífero aos estrangeiros, baseada na livre iniciativa e concorrência. O jornal combateu a intervenção direta do Estado, principalmente por meio de empresas estatais, porque, para os editorialistas, o Estado, além de não possuir recursos para desenvolver a indústria do petróleo, caracterizava-se como um péssimo administrador de empresas, com estatais sufocadas pelo excessivo controle burocrático, emperrador da tomada de decisões e da produtividade.

OESP considerava que a melhor solução para o problema do petróleo era a tese defendida pelo general Juarez Távora, que forneceu as diretrizes para a elaboração do Estatuto do Petróleo. A oposição ao projeto da Petrobras resultou dessas convicções. Convém ressaltar que, embora fosse favorável a abertura do setor ao capital estrangeiro, o jornal não era adepto da solução proposta pela Standard Oil, pois a multinacional defendia a livre iniciativa e concorrência para desenvolver a indústria petrolífera e, nesse projeto, o Estado teria pouco poder de fiscalização e regulação.

Essas posições podem ser explicadas por alguns fatores, como, por exemplo, os princípios da ideologia liberal do jornal que sempre nortearam sua atuação política, a defesa da participação do capital estrangeiro na economia, a oposição a Getúlio Vargas e o antiestatismo. Um outro dado que permite a compreensão do comportamento do jornal foi sua ligação com o empresariado paulista, também favorável à participação dos investidores internacionais no setor petrolífero.

Já o *DN*, percebe-se que, durante todo o debate, defendeu as duas formas de intervenção do Estado no setor petrolífero: a reguladora e a direta. Por outro lado, a

participação do capital estrangeiro foi tratada de forma ambígua, pois o jornal estabeleceu uma distinção entre capital estrangeiro privado e capital estrangeiro público. Para o *DN*, o capital estrangeiro privado era proveniente de investimentos de empresas internacionais no Brasil e no caso em apreço, foram genericamente denominadas de trustes, cuja atuação foi identificada como prejudicial aos interesses nacionais. O capital estrangeiro público era entendido como a aplicação de recursos, destinados ao desenvolvimento do Brasil e provenientes de empréstimos de outros países, especialmente dos Estados Unidos, para o governo brasileiro. Portanto, o periódico foi favorável a esse tipo de transação, entendido como um auxílio do governo norte-americano ao desenvolvimento brasileiro.

Quanto ao capital privado nacional, o jornal entendia que a burguesia local não tinha condições de desenvolver o setor petrolífero. A campanha promovida contra as refinarias privadas é o melhor exemplo dessa posição. O *DN* elegeu a tese Horta Barbosa como a melhor solução para o problema e por isso defendeu as referidas posições.

A linha editorial do *DN* comportou ambigüidades e contradições, apesar de predominantemente defender a intervenção estatal. Pode-se destacar, como exemplos desse fato, o apoio às determinações da Constituição de 1946, que permitiram a participação do capital estrangeiro no setor petrolífero, e a proposta de alteração ao projeto da Petrobras, feita em 1953. Essas controvérsias podem ser explicadas por dois motivos. Primeiro, ao longo de toda a polêmica, o jornal mostrou-se preocupado com a necessidade de capitais, técnicos e equipamentos para montar a indústria do petróleo em um curto espaço de tempo. Segundo, foi entre 1946 e 1953 que o *DN* formou uma opinião definida sobre a questão do petróleo. Portanto, trata-se de um momento de reflexão sobre o assunto, não havia na ideologia do jornal um princípio que orientasse a atuação dos redatores na questão. Assim, o processo de análise e busca de solução para o problema do petróleo envolveu contradições e

ambigüidades. Foi somente depois da criação da Petrobras que o monopólio estatal figurou como uma das diretrizes que deveriam orientar a linha editorial do periódico.

Como foi destacado, o matutino carioca publicava manifestos, geralmente chamados de *Programa Nacional*, cujo objetivo era orientar a linha editorial por meio da apresentação de princípios políticos e soluções para os problemas nacionais compartilhados pelos redatores. A defesa do monopólio estatal em setores estratégicos da economia figurou como ideal a partir do manifesto de junho de 1958, intitulado *Um estudo sobre a Revolução Brasileira*. Cabe ressaltar que o *DN* opunha-se apenas à aplicação de capitais estrangeiros em setores estratégicos, mas nas demais atividades econômicas ele era bem vindo.¹³⁰

Um dos fatores que explicam o comportamento do jornal na questão do petróleo é o forte nacionalismo orientador de sua atuação política e a idéia de que o Brasil precisava de um projeto, no qual estivesse explicitada a estratégia para superar o subdesenvolvimento. Além disso, a boa relação com alguns grupos de ativa participação na Campanha do Petróleo e a presença de militantes nacionalistas na redação também explica a defesa da intervenção estatal.

¹³⁰ LEITÃO, César. *Apontamentos Históricos do Diário de Notícias: 1930-1960*. Rio de Janeiro: Ed. Majela, 1961, pp. 185-194.

II. GRUPOS SOCIAIS, ARTICULISTAS E AS ESTRATÉGIAS PARA CONQUISTAR O LEITOR

Este capítulo abordará a relação dos jornais *OESP* e *DN* com os grupos sociais envolvidos na questão do petróleo, a fim de demonstrar como esse relacionamento determinou a cobertura dos acontecimentos no noticiário. Desse modo, será desvendada a estratégia utilizada pelos periódicos para conquistar o apoio dos leitores e quais foram os articulistas que trataram do assunto e as posições que assumiram. O *DN* recebeu atenção especial devido ao grande número de artigos assinados que publicou. Por isso, algumas polêmicas que ocuparam suas páginas serão foco de análise, como a que envolveu os diretores do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional (CEDPEN), Rafael Correa de Oliveira e Matos Pimenta; ainda, será analisada a disputa entre Carlos Lacerda e o engenheiro Fernando Luís Lobo Carneiro, defensores de posições divergentes no debate acerca do setor petrolífero.

O Estado de S. Paulo e a burguesia paulista

Ao longo do período estudado constata-se que os editoriais do jornal *OESP* foram utilizados para representar os interesses das Associações e Confederações do Comércio e Indústria de São Paulo. Essas entidades participaram ativamente dos debates sobre a melhor forma de explorar o petróleo brasileiro. Em 1945, os seus representantes reuniram-se na Conferência das Classes Produtoras do Brasil, com o intuito de se posicionarem diante da

política econômica do Estado, na época o grande impulsionador do crescimento industrial. O resultado dessa reunião foi a publicação da “Carta Econômica de Teresópolis”, que reconhecia a importância do governo no fomento a industrialização, mas reivindicava maior liberdade de ação aos industriais. Assim, com respeito aos recursos naturais, propugnavam melhores condições para o capital privado poder investir na exploração de jazidas minerais.¹

No matutino paulista, as atividades agrícolas, industriais e comerciais, denominadas de “forças produtoras”, figuravam como esteio da economia brasileira, por a elas serem conferidas grande importância. Além disso, o jornal apresentava as posições políticas e econômicas sustentadas por essas classes como se fossem de interesse nacional e beneficiassem toda a sociedade. Assim, as reivindicações de empresários e fazendeiros recebiam tratamento privilegiado e prioritário em suas páginas e se distinguiam das recebidas pelos demais grupos sociais. Nessa perspectiva elitista, considera-se que o principal problema da política econômica residia na relação entre os “poderes públicos” e as “forças produtoras”, cabendo ao Executivo e ao Legislativo orientar suas ações em função das necessidades da burguesia. Para *OESP*, acontecia o inverso no Brasil, já que o governo tomava decisões que contrariavam a opinião unânime do empresariado. Como exemplo, o matutino apontava a indiferença do Executivo e do Legislativo estaduais diante das manifestações contrárias ao aumento de impostos, levadas a efeito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), pela Associação Comercial de São Paulo e pela Sociedade Rural Brasileira. Argumentava-se que as reivindicações de tais entidades deveriam receber maior atenção do poder público, por representarem importantes setores da economia.²

OESP demonstrou seu incondicional apoio aos representantes da agricultura, comércio e indústria no editorial *O Problema dos Capitais Estrangeiros*, que tratou da reunião preparatória dos representantes desses setores para o 5º Conselho Interamericano do

¹ COHN, Gabriel. *Op. Cit.*, pp. 73-75.

² O ESP. 22/12/1949, p. 03; 17/02/1950, p. 05.

Comércio e Produção, que se realizaria em Santos. Na pauta, estava a postura a ser adotada diante do capital estrangeiro. Ao final, reafirmou-se a importância dos capitais externos para o desenvolvimento econômico do país e os representantes paulistas decidiram defender, no 5º Conselho Interamericano, o estabelecimento de garantias para este tipo de investimento, o estímulo à criação de empresas de capitais mistos, a oposição aos movimentos nacionalistas e a implementação de medidas que facilitassem a remessa de lucros; posições essas idênticas àsquelas defendidas pelo jornal.³

Ao abordar o problema do abastecimento de combustíveis e outros produtos necessários à indústria, no final de 1950, o jornal referiu-se a declarações do presidente da Associação Comercial de São Paulo, segundo as quais o CNP não havia adotado nenhuma providência prática para resolver deficiências no abastecimento e armazenamento de petróleo, preocupação justificada pela Guerra Fria. Em seguida afirmava-se que o presidente do Conselho, João Carlos Barreto, assegurara exatamente o contrário e, ao confrontar tais declarações, o jornal reivindicava que “os líderes das forças produtoras”, ou seja, os representantes do comércio e indústria, participassem da elaboração do plano de racionamento, em preparação pelo Governo Federal, sob a alegação de que tais setores seriam os mais prejudicados em caso de eventual desabastecimento.⁴ Em relação a outras matérias-primas para a indústria (alumínio, chumbo, estanho, cobre, zinco, aço e celulose) *OESP* endossava a idéia dos industriais paulistas de pressionar as autoridades federais a fim de estocar os produtos indispensáveis.⁵

Durante as discussões sobre a criação da Petrobras, os empresários manifestaram-se publicamente com telegramas e cartas ao Congresso Nacional e aos membros do Executivo para expressar seu ponto de vista. A leitura do telegrama enviado ao Senado e a Getúlio

³ O ESP. 20/04/1950, p. 05.

⁴ O ESP. 07/12/1950, p. 03.

⁵ O ESP. 08/12/1950, p. 03.

Vargas, em 13 de novembro de 1952, pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, permitiu constatar a coincidência de pontos de vista do jornal *OESP* e das entidades citadas. Os industriais manifestavam-se contrários ao monopólio estatal, pois consideravam a exclusão da iniciativa privada prejudicial aos interesses econômicos do país. Reafirmaram a centralidade do petróleo para a economia e também apelavam aos senadores e demais políticos no sentido de não se deixarem influenciar pelas paixões políticas despertadas pela campanha nacionalista.⁶

OESP apoiou esse tipo de manifestação ao comentar memorial que a Associação Comercial de São Paulo enviou ao Senado, expressando opinião acerca do problema do petróleo. O editorial mostra com clareza, a semelhança de opiniões entre o jornal e os comerciantes paulistas, como se percebe no trecho abaixo:

Pela nossa parte, coincidindo o pensamento da Associação Comercial de São Paulo com o manifestado por nós, nestas colunas desde o momento em que se abriram os debates a respeito do problema do petróleo, só temos palavras de aplauso e de apoio ao que autorizada representante das classes produtoras de São Paulo escreveu no seu memorial.

Será profundamente lamentável que o Senado não preste a devida atenção a esse memorial e que, depois de lançar a cesta dos papéis inúteis, aprove o projeto da Petrobras tal como saiu desfigurado da Câmara dos Deputados pelo pincel dos jacobinos manobrados pelos comunistas.⁷

Entre os pontos em comum, podemos destacar as duras críticas ao monopólio estatal, o argumento de que o Brasil não possuía capital suficiente para explorar o petróleo e a defesa da participação da iniciativa privada, nacional e estrangeira, no setor. A oposição à Campanha do Petróleo também foi outro ponto em comum entre a Associação Comercial e o jornal, para ambos “O Petróleo é Nosso” era um movimento comunista destinado a desestabilizar o país.

Os industriais também contaram com o apoio do jornal quando se manifestaram sobre o petróleo, em 23 de novembro de 1952, oportunidade em que sugeriram ao governo

⁶ CRUZ, Adelina Maria Alvez. et.al. *Impasse na Democracia brasileira (1951-1955)*: Coletânea de Documentos. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983, pp. 145-146.

⁷ *OESP*. 14/11/1952, p. 03.

que adotasse as medidas propostas pelo *Relatório da Comissão de Matérias-Primas e Exportação*, da Federação e Centro de Industrias do Estado de São Paulo. Tais propostas defendiam a liberdade para a iniciativa privada atuar em todas as fases do setor petrolífero, sob a orientação de um órgão controlador do Estado e a oportunidade para a iniciativa privada nacional desenvolver atividades de pesquisa e extração de petróleo sob a forma de contratos de prestação de serviço nas áreas exploradas pela União. E em 31 de maio do ano seguinte, a 1ª Reunião Plenária da Indústria manifestou apoio aos senadores contrários ao monopólio estatal.⁸

As reportagens em defesa da iniciativa privada

OESP não tratou da questão do petróleo apenas nos editoriais publicados na seção *Notas e Informações*, outros textos jornalísticos também tinham o intuito de convencer os leitores das posições que defendia. A estratégia consistia em utilizar o noticiário e as entrevistas para respaldar seu ponto de vista, desse modo, a notícia, apresentada como o espaço da informação objetiva e imparcial, foi transformada em uma importante arma política. As seções *O Momento Político*, *Notícias Diversas*, *Notícias do Rio*, o noticiário internacional e o *Suplemento Comercial e Industrial* serviram para legitimar os argumentos expressos nos editoriais e dar voz aos grupos representados pelo matutino. No entanto, uma das principais estratégias do *Estadão* foi produzir séries de reportagens, nas quais as idéias dos editorialistas foram tratadas com mais profundidade. Ao todo foram publicadas quinze séries, totalizando noventa e oito textos.

Entre 1946 e 1953, *OESP* procurou informar seus leitores a respeito dos acontecimentos no mercado mundial de petróleo, ressaltando as relações entre as grandes

⁸ *OESP*. 23/11/1952, p. 06; 31/05/1953, p. 08.

companhias e os governos de diversos países. Neste período, avolumaram-se as notícias que tratavam da pesquisa e da exploração das jazidas descobertas no Oriente Médio. Este tema e a questão do petróleo na América Latina ganharam espaço na seção do noticiário internacional, localizado nas duas primeiras páginas do jornal. Para o matutino, era importante saber o que estava acontecendo no cenário internacional, pois, no Brasil, debatia-se uma política para o setor petrolífero e, portanto o conhecimento da experiência de outros países poderia ser útil.

A seção *O Momento Político* que, de modo geral tratava de assuntos relacionados ao meio político-partidário nacional e estadual, noticiava os acontecimentos e debates ocorridos nas sessões da Câmara e do Senado, publicava alguns informes e comunicados da UDN além de artigos assinados por Rafael Corrêa de Oliveira. Era por meio dessa seção que *OESP* mantinha seus leitores informados acerca do andamento dos debates a respeito do petróleo no Congresso Nacional, no Clube Militar e no meio político.⁹

Já a seção *Notícias do Rio* era, no que dizia respeito ao petróleo, voltada basicamente aos assuntos referentes ao CNP. Eram divulgadas, por exemplo, as deliberações de seu presidente e informava-se o andamento das pesquisas e explorações feitas pelo Conselho, bem como, quanto à instalação da refinaria de Cubatão.¹⁰

Na seção *Notícias Diversas* compareciam personalidades e entidades que defendiam a participação do capital privado, nacional e estrangeiro, no setor. Assim, as conferências de Odilon Braga e Juarez Távora, realizadas em São Paulo, foram anunciadas com antecedência

⁹ OESP. 15/05/1946, p. 4; 09/05/1948, p. 3; 18/05/1948, p. 03; 30/06/1948, p. 3; 18/08/1948, p. 03; 02/10/1948, p. 03; 05/10/1948, p. 03; 06/10/1948, p. 03; 07/10/1948, p. 03; 08/10/1948, p. 03; 19/10/1948, p. 03; 05/07/1949, p. 03; 08/09/1949, p. 03; 15/09/1949, p. 03; 12/12/1950, p. 03; 19/12/1950, p. 03; 05/02/1952, p. 03; 06/02/1952, p. 03; 08/02/1952, p. 03; 17/04/1952, p. 03; 19/04/1952, p. 03; 13/05/1952, p. 03; 14/05/1952, p. 03; 15/05/1952, p. 04; 01/06/1952, p. 03; 10/06/1952, p. 03; 09/08/1952, p. 03; 19/08/1952, p. 03.

¹⁰ OESP. 01/03/1946, p.14; 03/03/1946, p. 28; 29/09/1948, p. 18; 03/02/1949, p. 18; 26/02/1949, p. 18; 19/07/1949, p. 20; 22/07/1949, p. 16; 30/07/1949, p. 16; 06/08/1949, p. 18; 30/08/1949, p. 22; 01/09/1949, p. 20; 03/09/1949, p. 16; 03/09/1949, p. 16; 04/09/1949, p. 56; 12/11/1949, p. 16; 16/12/1949, p. 18; 05/03/1950, p. 60; 07/03/1950, p. 24; 14/03/1950, p. 20; 15/03/1950, p. 18; 08/07/1950, p. 18; 09/07/1950, p. 64; 02/09/1950, p. 24; 19/09/1950, p. 20; 17/12/1950, p. 64; 10/12/1950, p. 64; 02/03/1952, p. 06; 10/04/1952, p. 22; 10/04/1952, p. 22; 27/04/1952, p. 05; 15/05/1952, p. 32; 21/05/1952, p. 26; 23/05/1952, p. 16; 02/07/1952, p. 26; 04/07/1952, p. 24; 07/08/1952, p. 28; 14/11/1952, p. 24; 09/09/1953, p. 30.

e suas idéias reproduzidas por meio de reportagens sobre esses eventos.¹¹ As reuniões, debates, conferências e deliberações das Associações e Federações do Comércio e das Indústrias de São Paulo, dedicadas ao tema do petróleo, também foram amplamente divulgadas. Segundo indicava o jornal, tais entidades insistiam na participação da iniciativa privada no setor e debatiam o consumo e o racionamento de combustíveis.¹²

Um exemplo do compromisso do jornal com as “classes produtoras paulistas” foi a cobertura jornalística sobre as negociações entre o Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo com o CNP. Apoiado pela Federação e pelo Centro das Industriais, o primeiro, pleiteava, junto ao Conselho, a contratação das empresas nacionais para a construção das refinarias brasileiras, pois segundo essa entidade a indústria brasileira teria condições de fornecer mais de 80% das máquinas e equipamentos necessários para a instalação de refinarias.¹³ O *Estadão* concedeu ampla publicidade a esse movimento, divulgando a reivindicação por meio de suas notícias e reproduzindo memoriais enviados ao governo pelos industriais.¹⁴

Em outras ocasiões, o noticiário do jornal voltou a dar voz ao grupo que representava, ao informar que a Associação e Federação Comercial de São Paulo enviou um memorial às autoridades federais com sugestões que pretendiam reduzir os gastos do país com a importação de combustíveis. No mesmo texto, reproduziu um telegrama enviado ao presidente da República por essas entidades, no qual defendiam a instalação da refinaria de 45.000 bpd em Santos, com o argumento de que o porto paulista era o maior importador de

¹¹ OESP. 14/08/1949, p.5; 28/08/1949, p. 5; 11/09/1949, p. 05; 25/09/1949, p. 05; 09/10/1949, p. 05; 19/03/1950, p. 05.

¹² OESP. 22/11/1947, p. 08; 20/07/1948, p. 09; 06/07/1949, p. 08; 27/08/1949, p. 08; 16/09/1949, p. 08; 15/12/1951, p. 7; 14/09/1952, p. 16; 15/10/1952, p. 09; 03/09/1953, p. 10.

¹³ O principal objetivo dos empresários era construir a refinaria de Cubatão, mas esta foi instalada por companhias francesas e paga com créditos que o Brasil tinha com esse país. Portanto, as negociações e a campanha do jornal não obtiveram êxito.

¹⁴ OESP. 11/05/1949, p. 11; 22/07/1949, p. 08; 02/04/1952, p. 09.

combustíveis e a capital do Estado, maior distribuidor e consumidor.¹⁵ Além disso, *OESP* publicava notícias sobre as reuniões da Associação Comercial e, em uma delas, informou que os empresários se posicionaram contra o projeto da Petrobras por ele representar um aumento na carga tributária e por acreditarem que o país não possuía recursos para desenvolver sozinho o setor petrolífero.¹⁶

Entretanto, a campanha nacionalista não foi amplamente divulgada pelo *OESP*, pois dedicou apenas uma notícia para a solenidade de fundação do Centro Paulista de Estudos e Defesa do Petróleo¹⁷ e outra relativa ao Comício, organizado por essa entidade no Vale do Anhangabaú.¹⁸ No início de 1949, a seção *Notícias Diversas* deu destaque para presença de comunistas na direção do CEDPEN. Assim, reproduziu acusações feitas no jornal *O Globo*, pelo jornalista Matos Pimenta, sobre os desvios dos objetivos da Campanha do Petróleo promovidos pelo PCB. Em outra notícia publicou na íntegra um relatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que reafirmava as denúncias de infiltração¹⁹. Percebe-se que o matutino paulista fechou suas páginas para “O Petróleo é Nosso” e preferiu tratá-lo como um movimento comunista. Um outro dado bastante evidente é a cobertura dada pelo jornal para a questão do petróleo, priorizando as atividades e reivindicações dos empresários paulistas, afinados com o ponto de vista do jornal. Também, nessa mesma seção, foram publicadas informações sobre o racionamento de combustíveis, sobre novas técnicas para pesquisar petróleo, a situação das pesquisas no Estado de São Paulo e as descobertas de novas jazidas no país.

Além dessas seções, o tablóide mensal, lançado em novembro de 1948, denominado *Suplemento Comercial e Industrial* do *OESP*, também tratou da questão do petróleo.

¹⁵ *OESP*. 27/08/1949, p. 08.

¹⁶ *OESP*. 14/09/1952, p. 16.

¹⁷ *OESP*. 13/06/1948, p. 11.

¹⁸ *OESP*. 18/07/1948, p. 13.

¹⁹ *OESP*. 22/01/1949, p. 18; 25/02/1949, p. 11.

Composto por artigos, notícias, reportagens e indicadores econômicos abordava assuntos relacionados à importação, exportação, transporte, indústria, comércio e agropecuária e destinava-se a um público específico e prestigiado pelo jornal: homens de negócio, empresários e fazendeiros. O suplemento publicou vinte e dois artigos sobre o assunto, dez datados de 1952, ano de discussões acirradas sobre a criação da Petrobras no Congresso Nacional. Entre os temas tratados nesses textos, encontramos análises sobre o setor petrolífero venezuelano – na época o principal produtor de petróleo da América do Sul, aberto ao capital estrangeiro – sobre as relações do governo daquele país e as empresas multinacionais²⁰, comentários e informações sobre a produção de petróleo e as relações entre governos e empresas estrangeiras na América Latina e no Oriente Médio.²¹

Por meio do mencionado suplemento, o jornal criticou o monopólio estatal e defendeu a iniciativa privada,²² além de haver feito sugestões ao CNP sobre aspectos específicos da política do petróleo.²³ Nota-se que o jornal reproduziu, por meio de entrevistas ou artigos a opinião de personalidades que eram favoráveis ao seu ponto de vista, com destaque para Juarez Távora, Oscar Chapman – então secretário do Interior dos Estados Unidos – Tenente-Coronel Gabriel Rafael da Fonseca e Richard Klar, professor alemão que discutiu as possibilidades de exploração do petróleo brasileiro.²⁴

Os principais temas tratados nas séries de reportagens, cujo objetivo era influenciar os debates em torno da política para o setor petrolífero, foram: a exploração na Bahia; o mercado mundial de petróleo; as realizações do CNP; o setor de refino no Brasil e a política

²⁰ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. janeiro de 1949, p. 14; Suplemento Comercial e Industrial. janeiro de 1950, p. 03.

²¹ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. novembro de 1950, p. 12; Suplemento Comercial e Industrial. junho de 1951, p. 06; Suplemento Comercial e Industrial. agosto de 1952, p. 09.

²² OESP. Suplemento Comercial e Industrial. abril de 1952, p. 14.

²³ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. julho de 1949, p. 02; Suplemento Comercial e Industrial. agosto de 1949, p. 03.

²⁴ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. abril de 1952, p. 14; Suplemento Comercial e Industrial. julho de 1952, p. 9; Suplemento Comercial e Industrial. março de 1953, p. 04.

do petróleo adotada por outros países da América Latina. Devido à riqueza dessas informações, faz-se pertinente um resumo de cada uma das séries.

A primeira série encontrada, intitulada *O petróleo da Bahia: inquérito do “Estado de S. Paulo”*, era composta de quinze artigos, publicados entre os dias 9 e 27 de novembro de 1946,²⁵ nos quais o jornal descrevia as instalações dos campos petrolíferos, fazia um balanço de seu valor comercial e mostrava as dificuldades enfrentadas pelos técnicos para ampliar as pesquisas, destacando a falta de verba.²⁶ Esses textos permitem apreender a interpretação de OESP sobre a recente história do setor petrolífero brasileiro. Segundo o matutino, a iniciativa privada foi pioneira na pesquisa e descoberta do petróleo nacional, uma vez que, o primeiro poço teria sido descoberto por um explorador privado, Oscar Cordeiro e, a partir deste, outros foram abertos na mesma região.²⁷ O jornal sugeriu, também, medidas para aumentar a produção de petróleo. Dentre elas, merecem destaque as propostas de intensificar as pesquisas e perfurações, com a intenção de identificar o potencial petrolífero do país; realizar pesquisas no Estado de São Paulo; aumentar o orçamento do CNP e/ou criar condições para a iniciativa privada investir no setor; além de construir refinarias, com o intuito de manufaturar o petróleo bruto, o que poderia baratear a importação.²⁸

Numa outra série, intitulada *O Relatório do Conselho Nacional do Petróleo*, foram publicados seis artigos entre os dias 8 e 14 de maio, de 1946. Nela OESP ressaltava a importância do trabalho do CNP na pesquisa e exploração do petróleo e considerava os técnicos deste órgão tão competentes quanto os estrangeiros. No entanto, o jornal ressaltava o

²⁵ Em janeiro de 1939, foi descoberto o primeiro poço de petróleo do país localizado em Lobato, região próxima a cidade de Salvador. Esse foi considerado subcomercial no início dos anos de 1940, depois de pesquisas e perfurações realizadas pelo CNP. No entanto, em maio de 1941, foi descoberto o campo de Candeias, considerado a primeira área de petróleo comercial do Brasil. No mesmo ano foi encontrado petróleo em Aratu e, em 1942, em Itaparica. Em março de 1947, foi a vez de D. João. Todos esses campos petrolíferos estavam localizados na região do Recôncavo Baiano e foram descobertos pelo CNP.

²⁶ OESP. 10/11/1946, p.4; 14/11/1946, p.4; 15/11/1946, p.4.

²⁷ OESP. 12/11/1944, p.4.

²⁸ OESP. 09/11/1946, p.5; 13/11/1946, p.4; 26/11/1946, p.4; 17/11/1946, p.4.

quão prejudicial fora ao país a política nacionalista empreendida pelo Estado Novo, a qual foi responsável pela limitação do orçamento do órgão e impediu os investimentos privados no setor. O governo Dutra, por sua vez, foi criticado por não haver definido uma nova política petrolífera nem tampouco criado uma rede de refinarias no país.

Alguns textos dessa série voltaram a fazer sugestões semelhantes às aquelas presentes na série *O petróleo da Bahia*, enquanto outros defendiam o estabelecimento de privilégios, tais como a redução de impostos e a proteção contra a concorrência estrangeira para as empresas privadas nacionais que construíssem refinarias, sob a alegação de que se tratava de um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.²⁹

Em outubro de 1947, foi publicada a série *Visita à Bahia*, que era composta por três artigos,³⁰ nos quais, depois de referir-se aos campos petrolíferos, o jornal procurava demonstrar aos leitores que o Estado tinha sido incapaz de aumentar a produção e de industrializar o petróleo extraído, para defender, com esse argumento, a abertura do setor ao capital privado. Afirmava-se que a política nacionalista do petróleo estava chegando ao fim devido às determinações liberais da nova constituição, que impunham a necessidade de adequar o código de minas.

Um plano brasileiro, título de uma outra série, composta de onze artigos, publicados entre os dias 7 de janeiro e 6 de fevereiro de 1948, os quais procuravam evidenciar ao leitor que o principal problema a ser resolvido pelo país era o da falta de petróleo. O aumento da importação de combustíveis provocaria, segundo acreditavam, uma grande evasão de dólares e impediria o desenvolvimento econômico. Como solução para atender a demanda interna, o jornal propôs a construção de três grandes refinarias nos principais centros consumidores de combustíveis, construção de um oleoduto ligando Santos a São Paulo, aquisição de mais navios petroleiros, aproveitamento da concessão recebida pelo Brasil do governo boliviano

²⁹ OESP. 08/05/1947, p.5; 09/05/1947, p.3; 10/05/1947, p.4; 11/05/1947, p.4; 13/05/1947, p.5; 14/05/1947, p.4.

³⁰ OESP. 28/10/1947, p.5; 29/10/1947, p.5; 30/10/1947, p.5.

em 1938, para explorar uma área petrolífera no seu território e alteração da legislação de recursos naturais, com o intuito de permitir o investimento da iniciativa privada no setor.³¹

O *Inventário econômico da América latina*, uma série de oito artigos publicados em janeiro de 1948, pretendia dar conta da situação do setor petrolífero em alguns países do continente. Assim, o jornal defendeu a idéia de que países como a Venezuela, Colômbia e Peru obtiveram bons resultados na produção petrolífera pelo fato de admitirem a participação do capital estrangeiro no setor, já outros como a Argentina, o Paraguai e a Bolívia possuíam pequena produção em razão da excessiva intervenção do Estado. Além disso, foi citado o exemplo do México, que, em meados da década de 1940, sofreu uma grande queda na sua produção devido à nacionalização do setor, em 1938. No final da década de 1940 e início da seguinte, frisaram que o país voltou a admitir o capital estrangeiro.³²

Em fevereiro de 1951, foi publicada a série *O petróleo no mundo em 1950*, composta por três artigos que procuravam descrever as características do setor petrolífero norte-americano e fazer um balanço da produção mundial, apontando quais eram os países que haviam aumentado a produção nos anos anteriores e suas respectivas proporções. Segundo o jornal, os Estados Unidos e o Oriente Médio eram responsáveis pela produção de mais da metade do petróleo produzido no mundo, enquanto as demais regiões do planeta, com exceção da URSS, tiveram um aumento significativo. Novamente os resultados positivos eram atribuídos aos efeitos benéficos do capital privado.³³

Também em fevereiro, *OESP* publicou outra série sobre o petróleo baiano, a qual era denominada *Campos petrolíferos da Bahia* e formada por onze artigos que procuravam realizar um balanço do setor petrolífero brasileiro, desde a descoberta do primeiro poço, em

³¹ OESP. 07/01/1948, p.4; 09/01/1948, p.5; 10/01/1948, p.4; 11/01/1948, p.5; 13/01/1948, p.5; 14/01/1948, p.4; 15/01/1948, p.4; 16/01/1948, p.7; 17/01/1948, p.5; 18/01/1948, p.4; 06/02/1948, p.5.

³² OESP. 01/01/1948, p.5; 03/01/1948, p.5; 04/01/1948, p.4; 06/01/1948, p.4; 09/01/1948, p.5; 17/01/1948, p.50; 22/01/1948, p.5.

³³ OESP. 03/02/1951, p.14; 04/02/1951, p.36; 06/02/1951, p.3.

1939, até 1950. Assim, os artigos analisavam as realizações do CNP e descreviam a situação dos campos petrolíferos de Itaparica, D. João e Candeias, bem como traziam informações detalhadas a respeito das circunstâncias em que haviam sido descobertos, das técnicas utilizadas para explorar os poços, das instalações, das condições de trabalho e da produção de petróleo e gás. Ao final, o jornal propunha a construção de refinarias, a intensificação das pesquisas em outras regiões do país e a abertura do setor à iniciativa privada, nacional e estrangeira.³⁴

Entre os meses de fevereiro e março de 1951, foi publicada a série *O problema das refinarias*³⁵, cuja discussão girava em torno de alguns aspectos da área de refinação. Seu primeiro artigo procurou explicar ao leitor o funcionamento de uma refinaria de petróleo, enquanto outros insistiam, novamente, na tese de que o refino do petróleo bruto proporcionaria grande economia de divisas ao país. A situação da Refinaria de Mataripe foi descrita em alguns artigos que informavam a respeito da sua construção, as dificuldades enfrentadas, detalhavam sua estrutura física e capacidade de refino. O leitor também foi informado sobre as iniciativas governamentais para a duplicação da capacidade de produção em Mataripe, sobre a construção da Refinaria de Cubatão³⁶ e também sobre o Oleoduto Santos – São Paulo.

A série *O petróleo na América*, publicada em maio de 1953, analisou a política e a legislação do petróleo em alguns países do continente e estabeleceu uma comparação com o Brasil, para apontar que a criação da Petrobras não resolveria o problema da baixa produção

³⁴ OESP. 06/02/1951, p. 2; 09/02/1951, p. 2; 10/02/1951, p.4; 11/02/1951, p.5; 13/02/1951, p.5; 14/02/1951, p.5; 15/02/1951, p.5; 17/02/1951, p.16; 18/02/1951, p.64; 20/02/1951, p.5.

³⁵ OESP. 21/02/1951, p.18; 22/02/1951, p.5; 23/02/1951, p.5; 24/02/1951, p.5; 25/02/1951, p.64; 01/03/1951, p.5.

³⁶ A Refinaria de Mataripe estava localizada próxima ao Campo de Candeias e foi construída pelo CNP para industrializar o petróleo baiano. Entrou em funcionamento em 1950, com uma capacidade de 2.500 bpd. A Refinaria de Cubatão foi construída com recursos previsto no plano SALTE e entrou em funcionamento em 1955, com capacidade de produzir 45.000 bpd, na época de sua instalação era a maior do país.

de petróleo em nosso território. Nestes artigos, o jornal voltou a insistir nos aspectos negativos da nacionalização do setor petrolífero no México.³⁷

O Diário de Notícias e os nacionalistas

Entre os jornais de grande circulação o *DN* foi um dos poucos a abrir suas páginas para a Campanha do Petróleo e revelar, nos editoriais, o apoio emprestado aos grupos nacionalistas, especialmente o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional (CEDPEN). No início da mobilização, o matutino referiu-se ao movimento nos seguintes termos:

O povo gostaria que essa política, despida de veleidades jacobinas, entrasse realmente num terreno de realizações práticas, de modo que o aproveitamento do nosso ouro negro logo estivesse concorrendo para o progresso nacional. É que nossa política do petróleo esta vencendo muito tímida e lerdamente as sucessivas etapas do seu caminho. Depois de encontrado o combustível, com dispositivos constitucionais, que lhe permitem apelar para a colaboração técnica e financeira estrangeira, essa política não anda e da impressão de sentir-se embaraçada, de que um poder mais alto e contrario se levante a sua frente. É claro que nossa política nacional do petróleo precisa de apoio popular. Se não fosse esse apoio, não se teria achado petróleo. Sem esse apoio, o petróleo não será industrializado. Eis por que convém saudar como bem vindo o auspicioso e novo movimento de opinião que, em torno do nosso petróleo, esta apontando um horizonte político da atualidade.³⁸

Além das declarações de apoio à campanha, o bom relacionamento do jornal com o Centro do Petróleo pode ser evidenciado comparando-se a posição que aquele assumiu nos debates. Durante as discussões o *DN* e o CEDPEN, na maioria das vezes, defenderam os mesmos pontos, como podemos constatar no *Manifesto de Fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo*, lançado no dia 14 de abril de 1948 e que explicitava os objetivos e reivindicações da entidade. No manifesto, afirmava-se que a decisão sobre a política do

³⁷ OESP. 12/05/1953, p.7; 13/05/1953, p.5; 14/05/1953, p.5; 16/05/53, p.5; 17/05/1953, p.15; 19/05/1953, p.5; 20/05/1953, p.4; 21/05/1953, p.5; 22/05/1953, p.5; 24/05/1953, p.5.

³⁸ DN. 05/06/1947, p. 04.

petróleo dizia respeito à nossa soberania nacional e à emancipação econômica. Assim, o capital estrangeiro deveria ser impedido de atuar no setor petrolífero, pois era visto como ameaça aos interesses nacionais. Além disso, a necessidade de ampla participação popular nos debates era destacada.³⁹ Ou seja, os mesmos pontos defendidos pelo jornal em diversos editoriais.⁴⁰

Durante a Campanha do Petróleo, o CEDPEN organizou Convenções Nacionais no Rio de Janeiro, com a finalidade de realizar um balanço das atividades já desenvolvidas, traçar os rumos do movimento e definir as teses a serem defendidas. Em muitos casos, as *Resoluções Finais* coincidiam com as posições do *DN*. Assim, na 1ª Convenção Nacional de Defesa do Petróleo⁴¹, de outubro de 1948, ficou deliberado, entre outras coisas, que o Centro do Petróleo era favorável ao monopólio estatal e contrário ao Estatuto do Petróleo e definido que um dos objetivos seria lutar contra sua aprovação. O Centro opôs-se tanto à Missão Abbink, pois esta estimularia a entrada de capitais externos em áreas estratégicas da economia quanto ao projeto de instalação de uma refinaria estatal de 45.000 bpd em Belém do Pará – preferiam que ela fosse construída no eixo Rio - São Paulo – e, além disso, foi contra as concessões a grupos privados nacionais para a montagem de refinarias. A 2ª (julho de 1951)⁴² e a 3ª (julho de 1952)⁴³ Convenções reafirmaram as posições da primeira, as quais eram exatamente as mesmas daquelas defendidas pelo jornal.

O *DN* também foi porta-voz de outros grupos que participaram da campanha pelo monopólio estatal, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Clube Militar. O matutino endossava as posições dessas entidades, que se manifestavam através dos panfletos,

³⁹ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 39-40.

⁴⁰ *DN*. 16/08/1947, p. 04; 01/08/1947, p. 04; 10/08/1947, p.04.

⁴¹ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 157-165.

⁴² MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp.248-251.

⁴³ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 332-335.

jornais e revistas que editavam. No *Manifesto da UNE pelo Monopólio Estatal*,⁴⁴ os estudantes declararam que eram contrários ao Estatuto do Petróleo, ao Projeto da Petrobras e à participação do capital estrangeiro no setor, mas favoráveis ao monopólio estatal. Por outro lado, essas mesmas posições foram defendidas por militares nacionalistas em artigos na *Revista do Clube Militar*⁴⁵ e em panfletos.



Panfleto dos militares criticando o Projeto da Petrobras e defendendo o monopólio estatal.

(Fonte: Acervo Maria Augusta Tibiriçá Miranda)

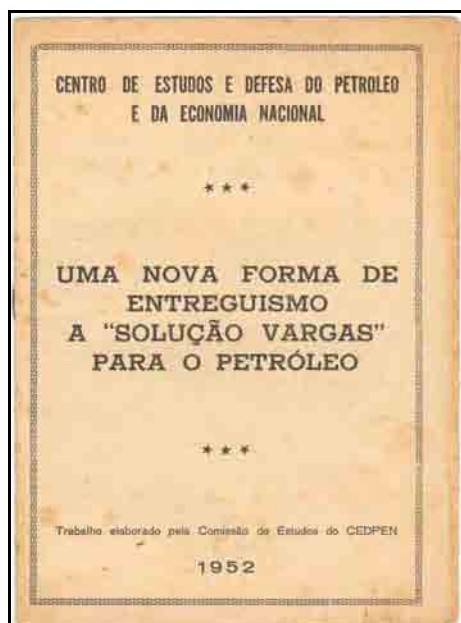
O matutino carioca conferia aos militares um papel de destaque no cenário político, sempre conclamando a participação de seus líderes em momentos de crise. Assim, oferecia cobertura diária, dirigida especificamente a esse público, nas seções *Notícias do Exército*, *Notícias da Marinha* e *Notícias da Aeronáutica*, que traziam informações sobre ministérios militares, concursos, promoções, treinamentos etc, o que demonstrava a intenção de incluir esse grupo entre seus leitores e de cumprir papel de porta-voz das Forças Armadas junto à sociedade.⁴⁶

Apesar do apoio à Campanha do Petróleo, o jornal não se transformou em órgão oficial do CEDPEN e manteve sua independência em vários momentos. Um deles foi quando a Standard Oil publicou anúncios de página inteira nos principais jornais do país. O Centro do Petróleo solicitou a Orlando Dantas que não aceitasse a publicidade, por considerar que a empresa norte-americana não deveria intervir nos debates sobre o petróleo brasileiro. O *DN* aceitou os anúncios, defendeu o direito da companhia de participar das discussões e também

⁴⁴ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 83-84.

⁴⁵ RAMOS, Plínio de Abreu. *Op. Cit.*, pp.77-89.

⁴⁶ PEREIRA JUNIOR, Dimas Sales. *Op. Cit.*, pp. 75-76.



Panfleto que divulgou a análise da Comissão de Estudos do CEDPEN sobre o Projeto da Petrobras formulado por Vargas.

(Fonte: Acervo Maria Augusta Tibiriçá Miranda)

considerou importante a visita de jornalistas brasileiros às instalações da Standard nos Estados Unidos, tanto que enviou um representante, numa viagem patrocinada pela multinacional, a qual foi duramente criticada pelos líderes do movimento “O Petróleo é Nosso”.⁴⁷

Durante os debates sobre o projeto da Petrobras, o *DN* e os nacionalistas voltaram a divergir, embora concordassem sobre as falhas do Projeto 1.516, destacando como mais graves: a possibilidade do capital estrangeiro investir na companhia mista e até deter seu controle acionário

e o não estabelecimento do monopólio estatal. Porém, soluções diferentes foram apresentadas – o CEDPEN defendeu a criação de uma autarquia ou estatal para explorar o petróleo em regime de monopólio do Estado, que incluísse todos os ramos da indústria petrolífera, inclusive comércio e distribuição, controlados pela iniciativa privada. As refinarias em mãos particulares seriam retomadas e o governo deveria aumentar a verba destinada à pesquisa, extração e refinação de petróleo.⁴⁸ Já o *DN* defendeu o que julgava ser uma posição intermediária entre as teses monopolistas e privatistas, pois previa a participação da iniciativa privada, nacional e estrangeira, no setor.⁴⁹

⁴⁷ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp.206-216.

⁴⁸ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 271-282.

⁴⁹ DN. 19/04/1953, p. 04.

“O Petróleo é Nosso” virou notícia

O compromisso do *DN* com o grupo nacionalista condicionou indiscutivelmente a cobertura jornalística do debate, que se caracterizou por uma diretriz tendenciosa. Assim, o noticiário não demonstrou preocupação em se orientar pelos princípios da objetividade e imparcialidade, pelo contrário, foi transformado em importante instrumento de propaganda política. A estratégia utilizada pelo matutino carioca para convencer o leitor a apoiar a tese monopolista baseou-se na abertura de suas páginas para entidades e personalidades que coordenaram a campanha “O Petróleo é Nosso”. Desse modo, através do periódico, o CEDPEN e a UNE divulgaram notas, declarações, convocações, resoluções e outros documentos que dissessem respeito à mobilização. Por outro lado, o *DN* realizava a cobertura da campanha com notícias referentes ao dia-a-dia do movimento, que destacavam os atos públicos – conferências, comícios, reuniões, convenções – sempre com a intenção de mostrar que se tratava de uma mobilização de grande repercussão nacional. Para isso, não hesitava em publicar declarações de apoio provenientes de personalidades políticas e entidades sociais.

As primeiras notícias encontradas sobre o tema abordavam as descobertas de petróleo na Bahia e as iniciativas do CNP para instalar no país a indústria petrolífera. Para o jornal os poços abertos no Recôncavo Baiano marcaram o fim da discussão sobre a existência de petróleo no Brasil e representariam a auto-suficiência em combustíveis, pois se tratavam de uma reserva imensa que colocaria a nação entre os grandes produtores mundiais. Essas informações, veiculadas no noticiário, foram exageradas e equivocadas, uma vez que as referidas jazidas estavam distantes de suprir o consumo interno,⁵⁰ embora comprovassem a

⁵⁰ Para se ter uma idéia do exagero do jornal, o consumo de petróleo em 1938, ano de criação do CNP, era de aproximadamente 38.000 bpd. Em 1941 foi descoberto o primeiro campo de petróleo comercial, o campo de Candeias, depois vieram Aratu, Itaparica (1942) e Dom João (1947), a capacidade potencial de produção diária

existência de petróleo em nosso território. A atitude do jornal pode ser explicada pela intenção em ressaltar as iniciativas do CNP destinadas a suprir a demanda nacional por combustíveis e pelo bom relacionamento com os militares, que comandavam a autarquia no período estudado. As páginas do *DN* sempre estiveram abertas para noticiar as realizações desse órgão, como a construção de refinarias e aquisição de petroleiros.⁵¹

Quando o general Júlio Caetano Horta Barbosa proferiu suas conferências no Clube Militar, em 30 de junho e 6 de agosto, o *DN* mobilizou seus repórteres para realizar a cobertura do evento. Assim, elas foram divulgadas com antecedência no noticiário, onde foram reproduzidas com destaque as opiniões do militar. Por outro lado, as conferências de Juarez Távora receberam um tratamento discreto, que se limitou a notas curtas e breves. A adesão do jornal à tese monopolista justificava a cobertura jornalística privilegiada conferida a Horta Barbosa, o principal representante da corrente nacionalista.⁵²

A realização de conferências para discutir os rumos da política do petróleo não se restringiu aos referidos generais ou ao Clube Militar. Uma das estratégias do Centro do Petróleo para conquistar adeptos foi a promoção de conferências e debates em instituições de todo o país. O *DN* estimulou essa iniciativa por meio da seção *Diário Escolar*, que divulgava as conferências proferidas pelas lideranças do CEDPEN no Distrito Federal⁵³ e outras

dos quatro era de 2.500 bpd, muito inferior ao que era importado em 1938, além disso, o consumo na década de 1940 aumentou significativamente. Ver: CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo; Petrobras, 2001, pp. 33-35.

⁵¹ DN. 10/05/1946, p. 04; 09/05/1946, p. 01; 28/09/1946, p. 04; 16/10/1946, p. 01; 24/12/1946, p. 01; 17/05/1947, p. 01; 04/06/1947, p. 01; 25/07/1947, p. 02; 16/04/1948, p. 03; 27/11/1946, p. 05; 12/12/1946, p. 07; 11/04/1947, p. 02; 13/08/1947, p. 03; 07/11/1947, p. 01; 04/05/1949, p. 04; 12/05/1949, p. 04; 15/05/1949, p. 04; 29/05/1949, p. 04; 03/02/1950, p. 01; 14/02/1950, p. 01; 16/02/1950, p. 01.

⁵² DN. 06/08/1947, p. 04; 07/08/1947, p. 04; 10/08/1947, p. 08; 12/08/1947, p. 08; 15/11/1947, p. 01.

⁵³ As lideranças do CEDPEN que participaram de conferências foram: Fernando Luis Lobo Carneiro, engenheiro Luis Hildebrando Horta Barbosa, Osório Borba, Domingos Velasco, Matos Pimenta, Nilo da Silveira Werneck, prof. Bayard Demaria Boiteux, comandante Alfredo de Moraes Filho, Rafael Correa de Oliveira, Gentil Noronha, coronel Artur Carnaúba, general Julio Caetano Horta Barbosa e outros.

personalidades⁵⁴, não vinculadas a essa entidade, que também abordaram a questão do petróleo. Entre as organizações que promoveram debates sobre o tema destacam-se Associação Brasileira de Imprensa, Associação Química do Brasil, Clube Naval, Escola Nacional de Engenharia, União Nacional dos Estudantes, Partido Socialista Brasileiro, Faculdade Nacional de Filosofia e outros.⁵⁵

Além das conferências, o *DN* noticiou também o andamento da campanha “O Petróleo é Nosso”, e provavelmente foi o único jornal de grande circulação que deu destaque para esse movimento. Assim, em abril de 1948, realizou a cobertura da cerimônia de instalação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e, nos meses subseqüentes, fez o mesmo em relação aos comícios promovidos pela entidade na praia do Russel, praça Serzedelo Correia e praça Saenz Peña. O jornal não se restringiu a mobilização no Rio de Janeiro e informou as ações da campanha em outras regiões do país, como a fundação de Centros de Estudo e Defesa do Petróleo em Estados e municípios. Além disso, divulgou o livro do general Estevão Leitão de Carvalho,⁵⁶ escrito para defender o monopólio estatal do petróleo e concedeu cobertura para as três Convenções Nacionais de Defesa do Petróleo, que aconteceram respectivamente em 1948, 1951, 1952. O matutino carioca também abriu suas

⁵⁴ As personalidades que não estavam ligadas ao CEDPEN, mas proferiram conferências foram: Juarez Távora, Rodrigo Duque Estrada, Pedro de Moura, prof. Jorge Cunha, Silvio Frões de Abreu e Dr. Jan Gostermeyer.

⁵⁵ DN. 12/08/1947, p. 08; 17/08/1947, p. 08; 09/09/1947, p. 08; 10/09/1947, p. 08; 03/10/1947, p. 04; 04/10/1947, p. 04; 08/10/1947, p. 08; 23/10/1947, p. 06; 29/10/1947, p. 04; 02/11/1947, p. 08; 13/11/1947, p. 04; 04/03/1948, p. 06; 04/04/1948, p. 06; 09/04/1948, p. 02; 09/04/1948, p. 03; 03/05/1948, p. 06; 06/05/1948, p. 04; 09/05/1948, p. 06; 14/05/1948, p. 06; 23/05/1948, p. 06; 16/06/1948, p. 04; 17/06/1948, p. 06; 23/06/1948, p. 02; 24/06/1948, p. 06; 17/08/1948, p. 06; 27/08/1948, p. 06; 03/09/1948, p. 06; 11/09/1948, p. 04; 23/09/1948, p. 06; 26/09/1948, p. 08; 06/10/1948, p. 02; 23/10/1948, p. 02; 06/11/1948, p. 02; 11/11/1948, p. 02; 20/02/1949, p. 03; 21/04/1949, p. 04; 05/08/1949, p. 02; 04/09/1949, p. 04; 26/10/1949, p. 04; 02/02/1950, p. 05; 27/06/1951, p. 01;

⁵⁶ CARVALHO, Estevão Leitão de. *Petróleo! Salvação ou desgraça do Brasil?* Rio de Janeiro: Edição do CEDPEN, 1950.

páginas para o CEDPEN publicar convocações, notas oficiais, resoluções de congressos, deliberações da diretoria, declarações e outros documentos referentes à campanha.⁵⁷



Ato público em defesa do monopólio estatal promovido pelos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo.

(Fonte: MOURA, 2003: 33)

A UNE, também ocupou as páginas de *DN*, especialmente no noticiário que informava as ações de campanha promovidas pela entidade, a posição dos estudantes no debate e sobre a fundação de Centros de Estudos e Defesa do Petróleo em colégios e faculdades. Entre outros acontecimentos, a cobertura jornalística destacou a cerimônia de instalação da Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo (março de 1948) e a Convenção Estudantil do Petróleo (setembro de 1948). Além disso, o jornal publicava notas oficiais, deliberações e declarações dos órgãos representativos dos estudantes.⁵⁸

⁵⁷ DN. 15/04/1948, p. 03; 22/04/1948, p. 01; 24/04/1948, p. 01; 01/06/1948, p. 01; 02/06/1948, p. 01; 05/06/1948, p. 03; 01/07/1948, p. 03; 24/07/1948, p. 02; 25/07/1948, p. 03; 03/07/1948, p. 05; 26/09/1948, p. 03; 30/09/1948, p. 01; 01/10/1948, p. 01; 07/10/1948, p. 04; 19/10/1948, p. 02; 22/10/1948, p. 02; 31/10/1948, p. 03; 14/01/1949, p. 06; 22/02/1949, p. 05; 28/08/1949, p. 04; 11/09/1949, p. 01; 21/09/1949, p. 03; 04/10/1949, p. 02; 19/05/1951, p. 01; 03/06/1951, p. 01; 10/06/1951, p. 01; 26/06/1951, p. 01; 04/07/1951, p. 01; 05/07/1951, p. 01; 06/07/1951, p. 02; 08/07/1951, p. 02; 10/07/1951, p. 01; 19/07/1951, p. 02; 25/05/1952, p. 03; 05/07/1952, p. 03.

⁵⁸ DN. 28/09/1947, p. 08; 02/10/1947, p. 08; 03/10/1947, p. 03; 12/10/1947, p. 06; 12/10/1947, p. 08; 06/03/1948, p. 02; 21/03/1948, p. 03; 11/04/1948, p. 01; 20/04/1948, p. 02; 30/04/1948, p. 01; 27/05/1948, p. 03; 16/09/1948, p. 06; 18/09/1948, p. 02; 23/09/1948, p. 06; 29/09/1948, p. 06; 03/10/1948, p. 06.

Em fevereiro de 1948, o presidente Dutra encaminhou ao Congresso o anteprojeto do Estatuto do Petróleo e, a partir desse momento, as notícias sobre a tramitação da proposta foram acompanhadas por declarações de apoio a campanha do petróleo, provenientes de diversos grupos sociais. Essas manifestações foram publicadas com destaque e objetivavam demonstrar o fortalecimento do movimento e, conseqüentemente, o aumento da insatisfação da população com o projeto governamental. Desse modo, noticiavam-se moções de assembléias legislativas estaduais, como as do Rio de Janeiro e Amazonas, e de Câmaras municipais do Distrito Federal, Recife e São Gonçalo. Além das declarações de apoio à causa monopolista, vindas de unidades das Forças Armadas – oficiais da Guarnição de Santa Maria, professores da Escola Técnica do Exército e Comissão de Defesa do Petróleo do Arsenal da Marinha – e de entidades profissionais que representavam advogados e engenheiros, o *DN* registrou manifestações de apoio procedentes de partidos, em especial o PSB, e de políticos como Agamenon Magalhães, Domingos Velasco⁵⁹ e Flores da Cunha.⁶⁰

Em 1952, o projeto da Petrobras estava sendo discutido no Congresso e o *DN* voltou a ressaltar demonstrações de apoio a tese do monopólio estatal. Desta vez, as notícias priorizaram personalidades políticas, em especial Senadores, cuja tônica foi fazer frente às manifestações privatistas de Associações e Confederações do comércio e da indústria. Entre os Senadores que ocuparam as páginas do matutino estavam Domingos Velasco, Alfredo

⁵⁹ Domingos Velasco tinha seu próprio jornal para intervir nos debates da época e fortalecer a corrente nacionalista. Lançado em 3 de julho de 1951, *O Popular* foi um vespertino de oito páginas com tiragem diária declarada de 25 mil exemplares. No primeiro número, o periódico declarava-se contrario ao envio de tropas brasileiras para combater na Guerra da Coréia e favorável ao monopólio estatal. Durante o período que circulou abriu espaço para membros do PSB e militantes nacionalistas. *O Popular* protestou contra a repressão policial a Campanha do Petróleo e criticou a Light por tentar reajustar a tarifa dos bondes. Em 1953, tornou-se defensor do governo Vargas e justificou essa posição com o argumento de que a democracia estava sendo vítima de uma conspiração que pretendia derrubar o presidente eleito e estabelecer uma ditadura. Em agosto de 1954, o vespertino deu ampla cobertura ao suicídio de Getúlio Vargas. O último número de *O Popular* saiu no dia 10 de outubro de 1954 e encerrou a trajetória de três anos de um diário nacionalista. RAMOS, Plínio de Abreu. *Op. Cit.*, pp. 89-99.

⁶⁰ DN. 27/05/1948, p. 03; 02/07/1948, p. 04; 11/07/1948, p. 04; 28/07/1948, p. 01; 01/08/1948, p. 01; 15/08/1948, p. 01; 16/09/1948, p. 02; 19/09/1948, p. 04; 30/09/1948, p. 03; 08/10/1948, p. 04; 15/10/1948, p. 03; 28/06/1951, p. 01; 30/06/1951, p. 01; 07/07/1951, p. 02; 18/06/1952, p. 03.

Simch, Matias Olímpio, Gomes de Oliveira e Landulfo Alves. Além desses, havia outros políticos como Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Camilo Mércio e Otávio Mangabeira.⁶¹

Ao contrário de *OESP*, o *DN*, entre outubro e novembro de 1949, publicou apenas uma série de reportagens, intitulada *Viagem ao Petróleo*, que foram resultado da viagem de jornalistas brasileiros aos Estados Unidos para conhecer as instalações da Standard Oil. Nessa viagem, Osório Nunes, o autor das reportagens, foi o representante do matutino carioca e deixou bem claro que a intenção da companhia estrangeira, com tal atividade, era fazer propaganda dos seus interesses no Brasil. No entanto, justificou sua ida com o argumento de que se tratava de uma oportunidade para conhecer as características e peculiaridades da indústria norte-americana de petróleo. Também reconheceu que era uma forma de saber quais eram as intenções da mais poderosa organização petrolífera do mundo em relação ao Brasil. Além disso, pretendia verificar em que condições a experiência norte-americana poderia ser aproveitada na solução do problema da obtenção de combustíveis. Assim, os quatorze artigos procuraram mostrar de maneira bastante didática, com fotos e ilustrações, o funcionamento do setor nos Estados Unidos, desse modo abordou temas como a pesquisa geológica, a perfuração, a produção, o refino, o aproveitamento dos derivados de petróleo, a borracha sintética, a distribuição, a frota de petroleiros etc. Por último, o jornalista criticou as propostas da Standard Oil para o desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro e defendeu a intervenção do Estado nessa atividade.⁶²

⁶¹ DN. 19/04/1952, p. 03; 14/05/1952, p. 04; 16/05/1952, p. 02; 17/05/1952, p. 03; 20/05/1952, p. 03; 12/06/1952, p. 03; 21/06/1952, p. 03; 21/06/1952, p. 04; 22/10/1952, p. 03; 31/10/1952, p. 03; 19/11/1952, p. 04; 11/04/1953, p. 03.

⁶² DN. 30/10/1949, p. 03; 01/11/1949, p. 03; 02/11/1949, p. 03; 04/11/1949, p. 03; 06/11/1949, p. 03; 08/11/1949, p. 03; 09/11/1949, p. 03; 10/11/1949, p. 03; 11/11/1949, p. 03; 12/11/1949, p. 03; 13/11/1949, p. 03; 15/11/1949, p. 03; 17/11/1949, p. 03; 20/11/1949, p. 03.

Os articulistas do jornal O Estado de S. Paulo

OESP publicou, entre 1946 e 1953, vinte e três artigos sobre a questão do petróleo, mais da metade redigidos e assinados por Rafael Correa de Oliveira, Carlos Lacerda e Matos Pimenta. A maior incidência deu-se entre 1947 e 1949, momento de acirrados debates motivados pelas conferências no Clube Militar e pela tramitação do Estatuto do Petróleo no Congresso Nacional.

Rafael Correa de Oliveira⁶³, jornalista, professor e advogado, formado pela Faculdade de Direito do Recife, desenvolveu intensa atividade política e jornalística, na qual defendia o monopólio estatal. Participou das conspirações que resultaram na Revolução de 1930, foi funcionário do Ministério das Relações Exteriores em Londres, Lisboa e Nova York e trabalhou em jornais de Pernambuco, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. Após a queda do Estado Novo foi comentarista político no *Jornal de Debates*, *Diário de Notícias*, no qual manteve coluna diária, e foi diretor da sucursal no Rio de Janeiro de *O Estado de S. Paulo*. Em 1948, participou da fundação do CEDPEN, integrou a comissão diretora e tornou-se um dos vice-presidentes da entidade, sendo expulso em 1949.⁶⁴ O jornalista empreendeu nas páginas do matutino paulista uma campanha contra a atuação dos comunistas no Centro do Petróleo e fez oposição a Getúlio Vargas e ao Projeto da Petrobras.⁶⁵ Dos nove artigos que publicou, quatro foram reproduzidos no *DN*.

⁶³ Em 1954 Rafael Correa de Oliveira elegeu-se deputado federal pela Paraíba na legenda da UDN e faleceu em 1958, em pleno mandato legislativo.

⁶⁴ ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora da FGV/ CPDOC, 2001, V. 4, p. 4175-4176.

⁶⁵ OESP. 31/03/1946, p. 03; 12/08/1947, p. 04; 26/10/1948, p. 05; 05/05/1948, p. 04; 23/01/1949, p.04; 20/02/1949, p.05; 02/09/1950, p. 03; 15/05/1952, p. 03; 27/07/1952, p. 03.

Carlos Lacerda escreveu quatro artigos, entre 1947 e 1948, nos quais manifestou apoio à proposta de Juarez Távora e à participação do capital estrangeiro na indústria brasileira de petróleo e criticou a atuação do CNP, ressaltando os problemas do órgão, que ele qualificava de deficitário, burocrático e sem recursos orçamentários – fatores que explicariam a baixa produtividade de seus campos de exploração. Defendeu a aprovação do Estatuto do Petróleo, criticou a adoção do monopólio estatal e sugeriu a criação de cooperativas de exploração.⁶⁶ O político udenista promoveu iniciativas de grande repercussão em prol da participação do capital estrangeiro, como a série de artigos no *Correio da Manhã*, denominada *Guia do Petróleo para Leitores Assíduos* (1947), e a coordenação da obra que reuniu as conferências proferidas por Juarez Távora no Clube Militar.⁶⁷ No início da década de 1950, ele e seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, mudaram de posição e, assim como a UDN, passaram a criticar o projeto da Petrobras e defender monopólio estatal, que visava desmoralizar Vargas, sob alegação de entreguista.

Matos Pimenta, proprietário do *Jornal de Debates* e importante liderança do movimento “O Petróleo é Nosso”, publicou três artigos em *OESP*, dois dos quais eram a conferência proferida na Faculdade de Direito de São Paulo (setembro de 1947) na íntegra. Seus textos insistiam na inadequação da presença de empresas privadas, nacionais e estrangeiras, no setor energético e na indústria de base e argumentava que o Estado deveria manter o controle dessas atividades estratégicas para garantir que interesses públicos predominassem sobre os privados. Procurou mobilizar um conjunto de argumentos para convencer o leitor dos riscos da abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro.⁶⁸ Em outro

⁶⁶ OESP. 25/06/1947, p. 05; 29/01/1948, p. 05; 14/04/1948, p. 05; 15/09/1949, p. 09.

⁶⁷ A referência da publicação é TÁVORA, Juarez. *O Petróleo do Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1947, (Coleção Cadernos de Atualidade – dirigida por Carlos Lacerda).

⁶⁸ OESP. 10/09/1947, p. 05; 11/09/1947, p. 05.

artigo defendeu a encampação pelo CNP das duas refinarias privadas em construção pelos grupos Soares Sampaio (SP) e Drault Ernany (RJ) e afirmou que a proposta partira da UDN.⁶⁹

As páginas de *OESP* também receberam a colaboração de estrangeiros, como o norte-americano Paul Vanorden Shaiu, que comentou os debates em curso sobre o petróleo. Segundo ele, a polêmica que empolgava jornalistas, estadistas e brasileiros em geral tinha a vantagem de utilizar a experiência de outros países antes de tomar a melhor decisão.⁷⁰ Já o italiano Armando Ferrari⁷¹ defendeu o monopólio estatal, enquanto seu conterrâneo Dom Luigi Sturzo, defendeu a livre iniciativa.⁷²

Roberto Pinto de Souza, articulista que também abordou o problema, defendeu a aplicação de capitais estrangeiros no Brasil para superar o subdesenvolvimento.⁷³ Mario Pinto Serva era favorável à participação de capitais e técnicos estrangeiros na exploração do petróleo brasileiro, pois acreditava que não possuíamos tais recursos.⁷⁴ Pierre Monbeig elogiou os trabalhos de pesquisa do geólogo Silvio Frois de Abreu⁷⁵ e Francisco Morato apoiou a lei constitucional que estabeleceu a distinção entre a propriedade do solo e do subsolo.⁷⁶

Como foi possível evidenciar, *OESP* aceitou a colaboração de defensores do monopólio estatal e dos que propugnavam a participação da iniciativa privada na indústria brasileira de petróleo. Dos 23 artigos assinados, 8 defenderam a abertura do setor petrolífero, 6 eram favoráveis ao monopólio do Estado e 9 abordaram outros temas relativos à polêmica. O reduzido número de artigos assinados mostra que *O Estadão* priorizou tratar da questão do

⁶⁹ OESP. 20/08/1952, p. 05.

⁷⁰ OESP. 30/09/1947, p. 18.

⁷¹ OESP. 31/07/1949, p. 02.

⁷² OESP. 01/07/1953, p. 06.

⁷³ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. Maio de 1950, p. 15.

⁷⁴ OESP. 28/05/1953, p. 05.

⁷⁵ OESP. 23/05/1946, p. 04.

⁷⁶ OESP. 14/05/1946, p. 04.

petróleo nos editoriais e noticiário, optando por esses tipos de texto para prestar apoio à proposta de Juarez Távora. No entanto, apesar do jornal não ter fechado totalmente as páginas para seus adversários, deu-lhes menos espaço e selecionou as falas. Dos 10 articulistas apenas dois eram notórios próceres da tese monopolista, Matos Pimenta e Rafael Correa de Oliveira, sendo que o último privilegiou, em seus textos, críticas ao comunismo e a Getúlio Vargas ao invés do combate ao capital estrangeiro.

Os colaboradores do Diário de Notícias

No *DN* o número de artigos assinados superou o de editoriais: ao todo foram cento e sessenta e um textos escritos por vinte e três articulistas, quantidade muito superior a do *OESP*. Isso mostra que o jornal estava bastante engajado nas discussões, uma vez que abriu suas páginas para seus colaboradores tratarem do tema diversas vezes. A tônica desse material foi a defesa do monopólio estatal e a crítica à participação do capital estrangeiro. Os que mais escreveram foram Rafael Correa de Oliveira, Osório Borba, Joel Silveira, Matos Pimenta e Hermes Lima e, a exceção de Joel Silveira, todos os outros foram membros do CEDPEN, o que evidencia, mais uma vez, a forte ligação do jornal com os militantes nacionalistas. Indiscutivelmente a presença desse grupo na redação foi fundamental para determinar a linha editorial pró-monopólio estatal e demonstrar que uma das formas de o *DN* apoiar a Campanha era abrigar os líderes do movimento.

Os articulistas que mais escreveram no jornal tiveram atuação destacada na campanha, pois divulgaram os ideais do movimento em jornais, revistas e conferências, atuaram no Congresso Nacional e assumiram cargos de liderança no Centro do Petróleo. Caso de Rafael Correa de Oliveira, Osório Borba que foi vice-presidente da entidade, além de vereador no Rio de Janeiro, Matos Pimenta que integrou o núcleo inicial do CEDPEN, chegou

à vice-presidência e presidência de honra, Hermes Lima que foi integrante dos conselhos Deliberativo e Consultivo do Centro, além de Deputado Federal pelo PSB, na legislatura 1946-1950. Outras lideranças que escreveram no *DN* foram: general Raimundo Sampaio, engenheiro Fernando Luis Lobo Carneiro, engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa e Domingos Velasco.

A atuação de alguns colaboradores do *DN* e seu posicionamento na polêmica também merecem ser abordados. Dentre eles, Rafael Correa de Oliveira, articulista que mais publicou no matutino – ao todo 73 textos – sobre a questão do petróleo, defendia as mesmas posições do jornal, manifestava apoio à tese do general Horta Barbosa, combatia a aprovação do Estatuto do Petróleo, apoiava a campanha “O Petróleo é Nosso” e declarava-se contrário à participação do capital estrangeiro no setor petrolífero. No entanto, não se opôs a um eventual auxílio do governo dos Estados Unidos para instalar a indústria do petróleo no Brasil, nem fez objeção aos investimentos estrangeiros no país, pelo contrário, acreditava que a cooperação desses capitais poderia ser de grande importância para o rápido desenvolvimento da nossa economia. A única ressalva ficava por conta das companhias internacionais de petróleo que, segundo acreditava, não trariam benefícios para o país.⁷⁷

O colunista defendeu, de forma intransigente, o monopólio estatal em todos os ramos do setor petrolífero, inclusive as concessões de refinarias a grupos nacionais privados e foi partidário da decisão da UDN de apoiar a tese nacionalista e a aprovação da Lei Nº 2004, que estabeleceu o monopólio estatal e a criação da Petrobras.⁷⁸ Seus principais alvos foram o getulismo e as companhias estrangeiras de petróleo, especialmente a Standard Oil. Combateu

⁷⁷ DN. 08/08/1947, p. 04; 12/08/1947, p. 04; 02/03/1948, p. 04; 04/04/1948, p. 04; 25/06/1948, p. 04.

⁷⁸ DN. 17/10/1948, p. 04; 21/10/1948, p. 04; 26/10/1948, p. 04; 25/02/1949, p. 04; 07/08/1949, p.05; 16/08/1949, p. 05; 03/04/1951, p. 05; 15/04/1951, p. 05; 10/02/1952, p. 03-04; 28/03/1952, p. 05; 11/04/1952, p. 05; 15/04/1952, p.05; 30/04/1952, p. 05; 04/05/1952, p. 03-04; 11/05/1952, p. 05; 14/05/1952, p. 03; 17/05/1952, p. 05; 21/05/1952, p. 05; 29/05/1952, p. 05; 05/06/1952, p. 05; 15/06/1952, p. 05; 22/06/1952, p. 04; 29/06/1952, p. 05; 07/09/1952, p. 04; 31/10/1952, p. 05; 25/11/1952, p. 05; 16/04/1953, p. 05; 07/06/1953, p.05-06; 23/08/1953, p. 05; 30/08/1953, p. 05; 06/09/1953, p. 05-07; 18/10/1953, p. 05.

o projeto de criação da Petrobras, formulado por Getúlio Vargas, a quem ele criticou duramente, qualificando-o como incompetente, corrupto e demagogo. Já a Standard Oil foi retratada como um monopólio privado, extremamente poderoso e capaz de cometer as piores atrocidades em prol de seus interesses. Em sua coluna, o jornalista responsabilizou a companhia pela situação de pobreza em que viviam as populações da Venezuela e Oriente Médio, além de acusar a empresa de promover golpes de Estado, guerras civis e corromper governantes para manter o controle de extensas áreas petrolíferas no planeta. Por tudo isso, entendia que permitir sua atuação no Brasil representava um risco à soberania e segurança nacionais.⁷⁹

O jornalista e crítico literário Osório Borba, que atuou em diversos jornais de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, entre os quais: *Diário de Pernambuco*, *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *O Imparcial*, *Jornal do Comércio*, *A Esquerda*, *Diário de Notícias*, *A Manhã* e *Diário Carioca*, foi outro articulista que tratou da questão em dezesseis artigos publicados sobre o tema. Foi membro da Assembléia Constituinte de 1934 e Deputado Federal até novembro de 1937. Em 1945, participou da fundação da Esquerda Democrática e foi o único vereador eleito por essa agremiação no Distrito Federal (1947). O referido jornalista também participou da fundação do CEDPEN e, a partir de 1949, ocupou o cargo de vice-presidente.⁸⁰ Atacou os que consideravam a campanha “O Petróleo é Nosso” um movimento comunista, sob o argumento que a mobilização era suprapartidária e formada por diversos setores da sociedade. Além disso, combateu a aprovação do Estatuto do Petróleo e condenou a repressão policial à campanha nacionalista,

⁷⁹ DN.20/07/1947, p. 04; 12/09/1947, p. 04; 04/05/1948, p.03; 15/07/1948, p.04; 24/07/1948, p.03; 25/09/1948, p.04; 26/09/1948, p.04; 01/10/1948, p.04; 05/10/1948, p. 04; 08/10/1948, p.04; 29/06/1949, p. 05; 19/07/1949, p. 05; 24/07/1949, p.05; 02/08/1949, p. 05; 21/08/1949, p.05; 13/09/1949, p.05; 22/09/1949, p. 05; 25/03/1951, 16/05/1951, p. 05; p. 05; 08/07/1951, p.05; 11/07/1951, p. 05; 11/11/1951, p. 05; 14/11/1951, p. 05; 02/12/1951, p. 05; 07/12/1951, p. 05; 09/12/1951, p. 03; 12/12/1951, p. 05; 16/12/1951, p. 04; 19/03/1952, p. 05; 26/06/1952, p. 05.

⁸⁰ ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Op. Cit.*, V. 1, p. 713-714.

em especial nos violentos episódios da Cinelândia, do comício da Praia do Russell e da 2ª Convenção Nacional de Defesa do Petróleo,⁸¹ bem como se opôs às concessões de refinarias feitas a grupos nacionais, defendendo o monopólio estatal. Censurou a campanha publicitária empreendida pela Standard Oil em prol da abertura do setor petrolífero.⁸²

Matos Pimenta, presença constante no *DN*, escreveu doze artigos entre cartas e textos originalmente publicados no *Jornal de Debates*, do qual foi um dos proprietários. Fundado em junho de 1946, com o objetivo promover o confronto de opiniões políticas divergentes, em 1948, o jornal abraçou a Campanha do Petróleo. O jornalista transformou-se num dos líderes do movimento e ocupou cargos de relevo no CEDPEN, de onde foi expulso, embora tenha continuado a defender as teses nacionalistas.⁸³ Em seus artigos, discutiu a participação dos comunistas na Campanha do Petróleo e comentou as acusações do ex-presidente Arthur Bernardes sobre a interferência de representantes da Standard Oil na redação da Constituição de 1946.⁸⁴

Outro renomado colaborador do *DN* foi Hermes Lima, político influente, jornalista e professor universitário, que publicou sete artigos sobre a questão do petróleo. Participante da fundação da Esquerda Democrática, elegeu-se Deputado Federal Constituinte, em 1945, e foi membro do Conselho Consultivo e Deliberativo do CEDPEN, entre 1948 e 1949. Defensor do monopólio estatal, entendia que o Estado brasileiro tinha condições de financiar a instalação da indústria do petróleo por meio de impostos ou via empréstimo no exterior. Afirmava que os recursos destinados para o setor, pelo Plano SALTE, eram a prova de que a União poderia

⁸¹ Sobre a repressão a Campanha do Petróleo Ver: MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 144-189.

⁸² DN. 15/04/1948, p. 03; 17/04/1948, p.03; 18/04/1948, p. 03; 26/09/1948, p. 03 e 06; 29/09/1948, p. 03; 02/10/1948, p. 03; 05/10/1948, p. 03; 10/10/1948, p. 03; 22/10/1948, p. 04; 01/12/1948, p. 03; 09/12/1948, p. 03; 03/02/1949, p. 03; 24/04/1949, p. 04; 07/07/1951, p. 04; 04/05/1952, p. 04; 10/06/1952, p. 04.

⁸³ ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Op. Cit.*, V.3, p. 4619-4620.

⁸⁴ DN. 01/08/1948, p. 05-06; 08/08/1948, p. 05-06; 26/09/1948, p. 05; 09/10/1948, p. 06; 19/10/1948, p. 05; 01/01/1949, p. 05; 21/06/1952, p. 02.

atuar sozinha nesta área. Combateu o Estatuto do Petróleo, as companhias estrangeiras de combustíveis e as tentativas de fechamento do CEDPEN.⁸⁵

O jornalista e escritor Joel Silveira, defensor do monopólio estatal, publicou quinze artigos sobre o tema, e, de 1946 até 1961, foi repórter e colunista do *DN*, além de colaborador na *Última Hora*.⁸⁶ Com Lourival Coutinho escreveu *Petróleo do Brasil – traição e vitória*, livro sobre os debates da década de 1930 acerca da existência de petróleo no país.⁸⁷ Também foi autor de declarações polêmicas, como a de que jornais e jornalistas foram subornados pelos trustes estrangeiros para defender a abertura do setor petrolífero, e sempre ressaltou que a campanha não tinha relações com o comunismo. Em diversas ocasiões condenou a repressão policial à campanha nacionalista e criticou a atitude do presidente Eurico Gaspar Dutra, que espalhou pelo Rio de Janeiro faixas e cartazes com os dizeres “O Petróleo é Nosso, graças a Dutra”. O principal alvo de suas críticas foram às companhias estrangeiras de combustíveis e a publicidade da Standard Oil pela imprensa.⁸⁸

Já o jornalista R. Magalhães Junior, assíduo colaborador do jornal, escreveu seis artigos entre 1951 e 1953, nos quais defendeu o monopólio estatal por acreditar que o petróleo tinha uma função estratégica no desenvolvimento econômico do país e que havia recursos para instalar a sua indústria. Com essas convicções, apoiou a campanha “O Petróleo é Nosso” e combateu as tentativas governamentais de fechar o CEDPEN⁸⁹ e o Projeto da Petrobras. Em

⁸⁵ DN. 18/04/1948, p.04; 21/04/1948, p. 04; 22/04/1948, p. 04; 30/05/1948, p. 04; 03/06/1951, p. 04; 15/07/1951, p. 04; 25/07/1951, p. 04.

⁸⁶ ABREU, Alzira Alves de; et. al. *Op. Cit.*, V.5, p. 5459.

⁸⁷ COUTINHO, Lourival; SILVEIRA, Joel. *O Petróleo do Brasil – traição e vitória*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Coelho Braga, 1957.

⁸⁸ DN. 14/08/1948, p. 02; 25/09/1948, p. 02; 16/09/1948, p. 02; 29/09/1948, p. 02; 01/10/1948, p. 02; 02/10/1948, p. 02; 07/10/1948, p. 02; 19/07/1949, p. 02; 20/07/1949, p. 02; 05/08/1949, p. 02; 07/07/1951, p. 02; 15/08/1951, p.02; 17/05/1952, p. 02; 02/07/1952, p.02; 01/08/1952, p. 02.

⁸⁹ Sobre a tentativa de fechar o CEDPEN Ver: MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 232-236.

1953, aplaudiu a aprovação da Lei Nº 2004 e seu principal alvo de críticas foram às companhias estrangeiras de petróleo.⁹⁰

O proprietário do *DN*, Orlando Dantas (1949)⁹¹ e jornalista Rubem Braga também endossaram as propostas já descritas.⁹² O Projeto da Petrobras foi duramente criticado por três articulistas: José Bonifácio,⁹³ deputado federal pela UDN; Raul Pilla,⁹⁴ também deputado federal pelo PL (Partido Libertador) gaúcho; e Osório Nunes,⁹⁵ jornalista e colunista do *DN*. A crítica à proposta do Executivo concentrou-se na idéia de que a nova companhia seria uma fonte de recursos públicos para financiar a corrupção do getulismo.

Ainda figuraram no jornal: general Raimundo Sampaio,⁹⁶ Renato B. Nunes,⁹⁷ Dr. Francisco Duarte Burity,⁹⁸ Juarez Távora,⁹⁹ brigadeiro Eduardo Gomes,¹⁰⁰ General X,¹⁰¹ Mark Sullivan,¹⁰² engenheiro A. Rodrigues Monteiro,¹⁰³ engenheiro Fernando Luis Lobo Carneiro, Luís Hildebrando Horta Barbosa, Carlos Lacerda e Monteiro Lobato.¹⁰⁴

⁹⁰ DN. 24/05/1951, p. 03; 06/06/1951, p. 03; 13/12/1951, p. 03; 06/05/1952, p. 03; 30/08/1952, p. 03; 09/10/1953, p. 03.

⁹¹ DN. 03/07/1949, p. 04 e 06; 10/07/1949, p. 04 e 06; 02/10/1949, p. 04; 12/10/1949, p. 04.

⁹² DN. 09/10/1948, p. 03; 27/01/1949, p. 03; 15/04/1949, p. 03; 20/04/1949, p. 03.

⁹³ DN. 07/02/1952, p. 04; 15/05/1952, p. 04; 01/06/1952, p. 04.

⁹⁴ DN. 03/05/1952, p. 04; 14/05/1952, p. 04; 24/06/1952, p. 04.

⁹⁵ DN. 11/05/1952, p. 03; 18/07/1952, p. 03; 25/05/1952, p. 03; 15/06/1952, p. 03.

⁹⁶ DN. 04/09/1949, p. 04 e 06.

⁹⁷ DN. 23/04/1950, Quarta seção, pp. 01-02; 30/04/1950, Quarta seção, pp. 01-02.

⁹⁸ DN. 18/09/1948, p. 07; 28/11/1948, p. 06.

⁹⁹ DN. 16/04/1952, p. 05.

¹⁰⁰ DN. 20/04/1952, p. 03.

¹⁰¹ DN. 21/03/1953, p. 03.

¹⁰² DN. 22/02/1948, p. 05.

¹⁰³ DN. 01/02/1948, p. 01-02.

¹⁰⁴ DN. 23/05/1948, p. 07.

As divergências no CEDPEN

O *DN*, ao abrir espaço para os líderes da Campanha do Petróleo, acabou sendo palco de algumas divergências entre os membros do movimento. A de maior repercussão foi à polêmica que Rafael Correa de Oliveira e Matos Pimenta travaram com outras lideranças do CEDPEN. Os dois jornalistas declararam que a entidade estava sob o controle de comunistas, os quais pretendiam utilizar a mobilização para promover o antiamericanismo e os ideais da Revolução Bolchevique. A direção do Centro respondeu às acusações para mostrar que “O Petróleo é Nosso” era apartidário e tinha como único objetivo a defesa do monopólio estatal.

O debate foi travado no final de 1948 e início de 1949, quando Matos Pimenta publicou artigos no *Jornal de Debates* denunciando a preponderância de comunistas na direção do Centro do Petróleo. O que mereceu resposta de Moacir Werneck de Castro, na *Folha do Povo*,¹⁰⁵ entretanto a posição oficial da entidade foi publicada somente em 21 de janeiro de 1949, no *DN*.¹⁰⁶ Em nota assinada pelos representantes da Comissão Diretora e do Conselho Consultivo afirmavam que o Centro não estava controlado por comunistas e que a direção vinha mantendo atuação coerente com normas traçadas pelos estatutos e acima de qualquer interesse político-partidário, como atestavam seus manifestos, declarações, publicações e a resolução da 1ª Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, a qual ressaltava que o Centro fora fundado pela Liga Anti-facista da Tijuca, que também enviou nota ao *DN* reafirmando as declarações do CEDPEN.¹⁰⁷

¹⁰⁵ RAMOS, Plínio de Abreu. *Op. Cit.*, p. 70.

¹⁰⁶ *DN*. 21/01/1949, p. 05.

¹⁰⁷ *DN*. 21/01/1949, p. 05.



Cerimônia de instalação da 1ª Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, ocorrida no Automóvel Clube do Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1948. Na ocasião estavam presentes alguns dos envolvidos na polêmica sobre a presença de comunistas na entidade. Sentados, da esquerda para a direita: Alice Tibiriçá, Prof. Henrique Miranda, general Raimundo Sampaio, ex-presidente Artur Bernardes, general Horta Barbosa, general Estevão Leitão de Carvalho, Matos Pimenta, Sen. Saulo Ramos, Sen. Domingos Velasco, Dep. Euzébio Rocha. Ao microfone, o engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa (que na época presidia a entidade), ao seu lado, a Drª Maria Augusta Tibiriçá Miranda. De pé: coronel Arthur Carnaúba, Dep. Roberto Silveira, um delegado do Rio Grande do Sul, Drª Consuelo Távora Filha, José Mascarenhas Sampaio, Alfredo de Moraes Filho, o vereador de Fortaleza Júlio Cavalcante, um delegado estadual, Darcílio Arruda da Conceição, Josefina Scaramuzza, outro delegado estadual, Bayard Demaria Boiteux, outro delegado estadual, coronel H. Pelágio Rodrigues Pereira, Alfredo Alcântara Tocci, dep. Humberto De Martino, coronel Henrique Oest.
(Fonte: Acervo Maria Augusta Tibiriçá Miranda)

Por meio de carta endereçada a Orlando Dantas, Matos Pimenta respondeu as notas do CEDPEN e da Liga, afirmando que Henrique Miranda, então secretário geral da entidade, era o representante comunista no Centro e que o próprio lhe revelara a participação do PCB em conversas reservadas na redação do *Jornal de Debates*. Pimenta desmentiu a origem da campanha, que fora iniciada e mantida pelo seu jornal e não pela Liga Anti-facista.¹⁰⁸ Seu

¹⁰⁸ DN. 22/01/1949, p. 05.

depoimento foi confirmado por Rafael Correa de Oliveira, que declarou que o colega era vítima de uma campanha de difamação promovida por comunistas.¹⁰⁹

Uma nova carta, enviada ao *DN* pela direção do CEDPEN e assinada por Luís Hildebrando Horta Barbosa e Capitão Alfredo de Moraes Filho, respondia às acusações e asseverava que as opiniões de Rafael Correa de Oliveira e Matos Pimenta eram a de uma minoria e que provocavam a mais firme contestação dos membros da entidade. Além disso, declararam que não existia crise entre os líderes da campanha e reafirmaram a unidade e o apartidarismo do movimento.¹¹⁰

No dia seguinte, saiu a réplica de Rafael Correa de Oliveira, declarando falsas as afirmações da nota, pedindo que a entidade fizesse uma prestação de contas e reafirmando suas críticas ao Centro. Novamente acusou o secretário geral de ser um comunista infiltrado, fato que se baseava no discurso de Henrique Miranda durante a 1ª Convenção do Petróleo, no qual, segundo o jornalista, se fez apologia ao antiimperialismo e ao comunismo.¹¹¹

Matos Pimenta criticou o engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa, presidente da organização, acusando-o de ficar ao lado dos comunistas e enfatizou o apoio recebido de todos os presidentes de honra do CEDPEN – Arthur Bernardes, general Júlio Caetano Horta Barbosa, Raimundo Sampaio, Estevão Leitão de Carvalho. Além de Osório Borba, Domingos Velasco, Gentil Fernando de Castro, Rafael Correa de Oliveira e outros que se recusaram a assinar as declarações do Centro. Por último, exigiu que a diretoria fizesse a prestação de contas, já que as despesas com a 1ª Convenção do Petróleo ainda não haviam sido pagas.¹¹²

Em 28 de janeiro, o CEDPEN encaminhou uma carta ao *DN* assinada pelos tesoureiros da entidade, Bayard Demaria Boiteux e Consuelo Távora Filha, com a prestação

¹⁰⁹ DN. 23/01/1949, p. 04.

¹¹⁰ DN. 25/01/1949, p. 04.

¹¹¹ DN. 26/01/1949, p. 04.

¹¹² DN. 26/01/1949, p. 04.

de contas. O documento afirmou que a contabilidade do Centro estava em dia e à disposição e destacou que os balanços foram aprovados pela direção e que as únicas restrições partiram dos dois jornalistas ausentes na reunião de prestação de contas. Quanto ao déficit, informou que se tratava de um fato normal em movimentos desse tipo, que os credores não apresentaram exigências e que continuam a atender às encomendas da organização.¹¹³

No dia seguinte, uma carta de Matos Pimenta respondia à nota e voltava à carga lembrando que o serviço de bar e o aluguel do Automóvel Clube, ambos utilizados na 1ª Convenção, não haviam sido pagos pelo CEDPEN. Nesta mesma carta, o jornalista afirma que as despesas foram endereçadas ao *Jornal de Debates* e pagas por ele, mas que o Centro possuía recursos para quitar as dívidas, entretanto preferiu publicar matéria paga contra ele nos jornais. Destacou-se injustamente atacado e afirmou sua disposição para defender o monopólio estatal.¹¹⁴

No dia 30 de janeiro, missiva de Luís Hildebrando Horta Barbosa respondia às declarações de Matos Pimenta, afirmando que os presidentes de honra, Comissão Diretora e Conselho Consultivo não apoiavam as acusações do proprietário do *Jornal de Debates*. Segundo o engenheiro, não havia razões para tais denúncias, pois faltaram fatos concretos e argumentos para sustentá-las.¹¹⁵ No dia seguinte, Pimenta replicou e disse haver levado suas denúncias ao presidente do CEDPEN, em julho de 1948, e sugerido que o cargo de secretário geral fosse ocupado por duas pessoas, sendo que uma delas não deveria ser comunista. Por isso, se ofereceu para ocupar o cargo ao lado de Henrique Miranda, suposto representante do PCB. A princípio, Luís Hildebrando apoiou essas medidas, mas não as colocou em prática para afastar os comunistas do Centro. Daí as denúncias de Matos Pimenta no seu jornal

¹¹³ DN. 28/01/1949, p. 05.

¹¹⁴ DN. 29/01/1949, p. 05.

¹¹⁵ DN. 30/01/1949, p. 07.

(dezembro de 1948). Também declarou que tinha o apoio dos presidentes de honra e que pretendiam expulsá-lo da entidade.¹¹⁶

Em 11 de fevereiro, o *DN* informou que o deputado udenista Moacir Duarte, vice-presidente do Centro Estadual de Defesa do Petróleo do Rio Grande do Norte, desligou-se da entidade devido às denúncias de Matos Pimenta e Rafael Correa de Oliveira. Além disso, afirmou que a atitude do deputado poderia provocar novos desligamentos e sugeriu que a polêmica havia repercutido muito em outros jornais.¹¹⁷

As divergências entre os dois jornalistas e o grupo dirigente do CEDPEN agravaram-se a tal ponto, que, em 2 de fevereiro de 1949, foi lançado o periódico *Emancipação*, para tomar a condição de órgão oficial da Campanha do Petróleo do *Jornal de Debates*. Pouco depois, o presidente do Centro, deputado Domingos Velasco, oficializou a expulsão de Matos Pimenta e Rafael Correa de Oliveira da entidade. Nas edições subseqüentes do *Jornal de Debates* os dois voltaram a publicar ataques violentos contra a direção do movimento, visando sobretudo Velasco e o coronel Artur Carnaúba.¹¹⁸ No *DN*, Rafael Correa de Oliveira publicou três artigos reafirmando denúncias sobre a presença comunista no CEDPEN.¹¹⁹

A atuação do *Jornal de Debates* e do *Emancipação* não se restringiu às disputas entre os membros da Campanha do Petróleo, pois tiveram um papel importante na difusão dos ideais nacionalistas durante os debates. O *Jornal de Debates*, fundado por Matos Pimenta, Plínio Catanhede, Mario de Brito e Lourival Coutinho, circulou semanalmente entre junho de 1946 e maio de 1953 e apresentava-se como um órgão independente e aberto à colaboração de representantes de todas as correntes políticas, filosóficas e religiosas, pois o objetivo era oferecer ao leitor um periódico que debatesse assuntos de interesse nacional a partir de pontos

¹¹⁶ DN. 01/02/1949, p. 05.

¹¹⁷ DN. 11/02/1949, p. 03.

¹¹⁸ RAMOS, Plínio de Abreu. *Op. Cit.*, p. 71.

¹¹⁹ DN. 20/02/1949, p. 04; 22/02/1949, p. 04; 04/03/1949, p. 04.

de vista divergentes. O programa do *Jornal de Debates* era sintetizado no cabeçalho da primeira página como uma citação de Voltaire: *Não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte vosso direito de dizê-lo*. E no rodapé da mesma, com a seguinte mensagem: *Defenda através do Jornal de Debates as idéias de seus partidos políticos. A tribuna é livre e gratuita.*¹²⁰

O jornal entrou na Campanha do Petróleo no primeiro semestre de 1947, quando seus diretores, Mário de Brito e Matos Pimenta, publicaram artigos favoráveis ao monopólio estatal. A partir daí, os nacionalistas passaram a utilizar o espaço oferecido pelo *Jornal de Debates*, que, aos poucos, passou a condição não declarada de órgão oficial do CEDPEN, pois, além de publicar artigos dos líderes do movimento, divulgava as moções de apoio à mobilização, enviadas para redação por Câmaras Municipais de todo o país, e as atividades realizadas pelo CEDPEN, que possuía uma seção permanente com o título de *Movimento Nacional Pró-Defesa do Petróleo*. O concurso de escolha da Rainha do Petróleo, organizado para promover a campanha, recebeu ampla cobertura e, em janeiro de 1949, o semanário anunciava que a vencedora era a jornalista baiana Petronilha Pimentel.

¹²⁰ RAMOS, Plínio de Abreu. *Op. Cit.*, p. 64.



Primeira página do *Jornal de Debates*, em destaque, foto de uma candidata ao Concurso Rainha do Petróleo.

(*Jornal de Debates*. 10/09/1948, p. 01)

Apesar da expulsão do seu proprietário do Centro do Petróleo, o jornal não abandonou a defesa de posições nacionalistas. Assim, durante o ano de 1951, pressionou o governo Vargas a adotar a tese monopolista e persistiu no intenso ataque ao governo dos Estados Unidos e as empresas petrolíferas norte-americanas. Além disso, criticou o projeto da Petrobras por não estabelecer o monopólio estatal. Em 1952, o periódico apoiou a chapa Estillac Leal e Horta Barbosa nas eleições para a diretoria do Clube Militar, criticou o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e aplaudiu com entusiasmo a opção da UDN pelo monopólio. Em março de 1953, Matos Pimenta, Plínio Catanheda e Mário de Brito afastam-se da direção do semanário, que passou a ser comandado por Gentil Fernando de Castro e Permínio Asfora. No dia 8 de maio, foi publicado o último número do *Jornal de Debates*, tratando do Acordo

Militar Brasil-Estados Unidos e relacionando-o ao perigo que representava para a aprovação do monopólio estatal do petróleo.¹²¹

Como já foi afirmado, o *Emancipação*, novo semanário surgido no momento em que ocorreu o rompimento do CEDPEN com o grupo do *Jornal de Debates*, foi resultado do esforço do grupo dominante do Centro do Petróleo em criar um periódico mais fechado nas matérias que editava, permitindo apenas a colaboração de autores que compartilhavam das mesmas idéias e posições defendidas pelos diretores da publicação. O jornal, órgão oficial do CEDPEN e da Liga de Emancipação Nacional (LEN), tinha por objetivo fortalecer e estender a luta antiimperialista. Desse modo, além da questão do petróleo, pretendia engajar os nacionalistas em outras batalhas; como o combate à proposta de internacionalização da Amazônia, o controle das exportações de minérios estratégicos, a revisão das concessões para a exploração das jazidas de ferro e a fiscalização rigorosa nas empresas estrangeiras de energia elétrica.¹²²

Os militares estavam à frente da publicação, a direção coube aos coronéis Artur Carnaúba, Hildebrando Pelágio, Felicíssimo Cardoso e o redator-chefe era o capitão Joaquim Pessoa de Andrade. Entre os colaboradores estavam o general Raimundo Sampaio, o senador Domingos Velasco, o comandante Alfredo de Moraes Filho, Alice Tibiriçá, o engenheiro Luís Hildebrando Horta Barbosa, o deputado Euzébio Rocha e outros.

Durante o ano de 1950, o jornal fez oposição ao governo Dutra e, no ano seguinte, combateu o projeto da Petrobras formulado por Vargas. Em 1952, criticou o acordo militar Brasil-Estados Unidos, apoiou a chapa nacionalista composta pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa nas eleições do Clube Militar e destinou ampla publicidade à 3ª Convenção Nacional do Petróleo. Em 1953, o periódico dedicou-se, de forma prioritária, a lutar pela aprovação do monopólio estatal do petróleo no Congresso Nacional. O presidente Juscelino

¹²¹ RAMOS, Plínio de Abreu. *Op. Cit.*, pp. 68-76.

¹²² Idem. p. 114

Kubistschek determinou, em 1956, o fechamento da Liga de Emancipação Nacional, com isso, o jornal passou a enfrentar sérias dificuldades e deixou de circular no ano seguinte.

Carlos Lacerda X Lobo Carneiro

Além das divergências entre os líderes da campanha do petróleo, as páginas do *DN* abrigaram controvérsias entre os intelectuais envolvidos na questão. Foi esse o caso da polêmica entre o jornalista Carlos Lacerda e o engenheiro Fernando Luís Lobo Carneiro,¹²³ que partiram para as acusações mútuas e ataques pessoais. Esse fato é exemplar, pois mostra que os debates sobre a política para o setor petrolífero foram tensos, a ponto do denunciismo prevalecer sobre a discussão de idéias e propostas.

A rivalidade entre Lacerda e Lobo Carneiro acentuou-se depois que o segundo, junto com o general Raimundo Sampaio, participou de uma conferência em Niterói, promovida pelo Centro Fluminense de Estudos e Defesa do Petróleo. Na ocasião, o engenheiro tratou das manobras empreendidas pela Standard Oil para subornar e corromper funcionários do governo e jornalistas. Entre as denúncias que fez, afirmou que Carlos Lacerda tentou envolvê-lo na campanha publicitária promovida pela Standard por meio de convite para participar, como representante da *Tribuna da Imprensa*, de uma comitiva de jornalistas que visitaria as

¹²³ Lobo Carneiro iniciou sua carreira profissional no Instituto Nacional de Tecnologia (INT) em 1935, onde trabalhou como engenheiro até 1967. Entre 1939 e 1941 atuou como técnico no CNP e teve participação direta na decisão do general Horta Barbosa de determinar que fossem desmontadas as instalações daquilo que se apresentava como uma refinaria da Standard Oil em São Paulo. A partir daí, passou a desempenhar papel de destaque nas discussões relacionadas à política do petróleo no Brasil. Em 1946, publicou artigos no *Jornal de Debates* sobre o assunto, sempre em defesa do monopólio estatal. Participou da campanha “O Petróleo é Nosso”, realizando conferências, escrevendo artigos, promovendo debates e foi vice-presidente do CEDPEN. Em 1950, Lobo Carneiro candidatou-se a deputado federal, obteve apenas a suplência e exerceu o mandato nos momentos em que o titular se afastou. Nessas ocasiões, foi porta-voz do Centro do Petróleo no Congresso, apoiou o arquivamento do anteprojeto do Estatuto do Petróleo e fez oposição ao projeto da Petrobras, formulado por Vargas. Além dessas atividades, foi um renomado professor universitário e membro do Clube de Engenharia e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). ABREU, Alzira Alves de. et. al. *Op. Cit.*, V1, pp. 1133-1139.

instalações da empresa nos Estados Unidos, tentativa que fracassou, pois Lobo Carneiro não aceitou o convite por considerá-lo tentativa de suborno. Tais declarações, reproduzidas no jornal comunista, *Imprensa Popular*, em 8 de outubro de 1949, repercutiram também em outros periódicos.¹²⁴

Como resposta, Carlos Lacerda publicou, no *DN*, um artigo denominado *Nem Lobo nem Carneiro: apenas mentirosos – resposta a uma calúnia do Partido Comunista*,¹²⁵, no qual Lobo Carneiro foi taxado de instrumento do PCB infiltrado entre os nacionalistas. As acusações seriam parte de campanha de difamação contra ele e seu jornal. Em seguida, deu sua versão do fato, declarando que a Standard fez-lhe o convite por ele ser o proprietário da *Tribuna da Imprensa* e que não aceitou por motivos particulares. Lacerda contara que decidiu indicar um técnico especializado ao invés de um repórter, já que aquele poderia tirar melhor proveito da viagem, e dirigiu-se aos generais Juarez Távora, Artur Levi e coronel Ibá Meireles, para que sugerissem um nome, o que resultou na indicação de Fernando Luis Lobo Carneiro, que recusou a oferta por telefone.

De acordo com Lacerda, não havia qualquer tentativa de suborno, pois tratava-se de mera propaganda, e ressaltou que Lobo Carneiro declinou sob alegação de que não poderia afastar-se do país em função de ocupações no Instituto de Tecnologia e por temer que seus colegas nacionalistas o julgassem subornado pela empresa norte-americana. Diante da negativa do engenheiro, a direção do jornal declinou da oferta sob alegação de que não encontrara um conhecedor da indústria do petróleo para indicar.

Cabe destacar que Carlos Lacerda defendia a participação do capital estrangeiro no setor petrolífero, desde que a União atuasse como um órgão regulador, e opunha-se à tese do monopólio estatal. Isso não significa, necessariamente, que o jornalista e seu jornal estivessem a serviço da Standard Oil, vale lembrar que a proposta da companhia baseava-se na tese da

¹²⁴ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *Op. Cit.*, pp. 206-207.

¹²⁵ DN. 11/10/1949, p. 07.

livre iniciativa e concorrência e total abertura do setor à iniciativa privada, sem qualquer interferência ou regulação do Estado. No artigo em questão, Lacerda reconheceu que a atuação de empresas internacionais sem restrições acabaria criando um monopólio privado, tão detestável quando o estatal. Defendeu, porém, a legitimidade da campanha publicitária empreendida pela multinacional nos jornais brasileiros.

Ao responder o artigo de Carlos Lacerda, o engenheiro reafirmou suas declarações e a convicção de que o convite feito a ele visava desmoralizá-lo, uma vez que foi feito pelo defensor ativo da participação do capital estrangeiro. Além disso, apontou que a rivalidade entre os missivistas iniciou-se quando ele respondeu, no *Jornal de Debates*, a série de artigos, intitulada *Guia do Petróleo para Leitores Assíduos*, publicada por Lacerda no *Correio da Manhã*. Segundo o engenheiro, a atitude provocou a fúria do jornalista, que passou a injuriá-lo, com os epítetos de “pseudotécnico”, “burocrata à cata de notoriedade em curto prazo”, entre outras ofensas pessoais. Quanto ao convite, declarou que não poderia aceitá-lo, porque a Standard Oil era a promotora da excursão cuja finalidade era fazer propaganda de seus interesses, e porque tinha partido de um inimigo pessoal e defensor do capital estrangeiro. Negou que tivesse recusado a viagem, porque temia o julgamento errôneo de seus amigos, mas ressaltou que a iniciativa era uma tentativa de corromper a imprensa nacional e os que aceitassem participar teriam sua autoridade moral, profundamente golpeada.¹²⁶

¹²⁶ DN. 15/10/1949, p. 07.

III. ARGUMENTOS MOBILIZADOS PELOS JORNAIS

Nesse capítulo, serão apontados os argumentos de *OESP* e do *DN* na defesa dos seus pontos de vista na questão do petróleo. Para tanto, foram selecionados alguns conceitos e acontecimentos apropriados pelos jornais para legitimar e justificar suas posições. Assim, foi possível perceber que a apropriação de um mesmo fato pelos dois periódicos, serviu para construir um discurso a favor da abertura do setor petrolífero e outro em defesa do monopólio estatal.

O Nacionalismo

O nacionalismo foi um elemento importante nos debates sobre a política do petróleo e *OESP* e o *DN* abordaram-no de forma diferente. Para *OESP*, o capital estrangeiro foi um elemento importante para a construção da nação. O jornal reconhecia que as empresas multinacionais desempenharam papel pioneiro no desenvolvimento dos setores estratégicos da economia, sem mencionar os empréstimos obtidos no exterior e a importação de equipamentos. O matutino construiu uma imagem bastante positiva da ajuda internacional, baseada na idéia de que ela era indispensável ao desenvolvimento do país. Por conta disso, o nacionalismo desenvolvimentista foi duramente combatido e caracterizado como sinônimo de antiimperialismo e jacobinismo e prejudicial ao progresso econômico, uma vez que afastava o investidor externo. Tal postura pode ser explicada pela defesa do liberalismo e por acreditar na possibilidade de cooperação norte-americana para o desenvolvimento nacional.¹

¹ *OESP*. 02/09/1951, p. 03; 03/07/1952, p. 03; 25/10/1952, p. 05; 18/11/1952, p. 05; 07/01/1953, p. 03.

Desde a década de 1930, tais posições eram defendidas pelo *OESP*, que se colocou contra a criação, sob as asas do Estado, da indústria siderúrgica e criticou os que se opuseram à participação do capital estrangeiro nesse ramo, por acreditar que as relações econômicas deveriam ser regidas pelos princípios liberais.²

Coerente com tal leitura e sob o argumento de que criavam um clima de hostilidade às empresas estrangeiras estabelecidas no país, prejudicando a entrada de novos investidores, o jornal condenou todas as campanhas nacionalistas. No limite, estes inibiam o nosso progresso, apesar de se apresentarem como defensores dos interesses nacionais. Tal lógica presidiu o combate à campanha “O Petróleo é Nosso”, também desqualificada sob alegação de que se tratava de um movimento comunista, destinado a desestabilizar a democracia brasileira e a criar condições para a revolução bolchevique. Além disso, o matutino insistia na inadequação do seu slogan, uma vez que o petróleo não seria entregue aos estrangeiros, mas controlado e regulamentado pelo Estado.³

O jornal também acusou a Campanha de atrasar a instalação do setor petrolífero brasileiro ao impedir a aprovação do Estatuto do Petróleo. Com o aumento do consumo e os gastos com a importação de combustíveis, os políticos deveriam abandonar as hesitações e adotar medidas realizadoras para resolver o problema, pois de pouco adiantava, na perspectiva do matutino, afirmar que “O Petróleo é Nosso” se não era possível extrai-lo do subsolo. Insistia-se no fato do movimento haver provocado cisão nas Forças Armadas, o que era prejudicial à manutenção da hierarquia e à democracia. *OESP* também afirmou que os adeptos da tese monopolista atacavam, por meio de calúnias e epítetos pejorativos: “entreguista”; “vendido aos trustes”; “agente imperialista” etc.⁴, a reputação de homens públicos que defendiam a abertura do setor petrolífero.

² CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *Op. Cit.*, pp. 123-125.

³ *OESP*. 08/10/1948, p. 03; 26/03/1950, p. 03; 01/07/1951, p. 03.

⁴ *OESP*. 21/10/1948, p. 03; 26/01/1952, p. 03.

A Campanha do Petróleo foi atribuída à responsabilidade de tentar preservar lucros elevados de maus empresários nacionais, uma vez que a Campanha, se vitoriosa, inibiria a concorrência entre o produto nacional e o estrangeiro, conta que seria paga pelo consumidor, pois o acesso a produtos e serviços com um menor preço e melhor qualidade não aconteceria. O próprio processo de industrialização estaria ameaçado, pois o capital e a tecnologia estrangeira eram vitais para a modernização do parque fabril.⁵

No editorial *A Questão do Petróleo em seus termos exatos*, o jornal classificou os defensores do monopólio estatal de passionais, demagogos e sonhadores, mas os favoráveis ao capital privado eram tidos como pessoas esclarecidas, racionais, honestas e verdadeiramente patrióticas. Esta dicotomia desqualificava a Campanha do Petróleo, adjetivada como um movimento irracional motivado por paixões jacobinas e antiimperialistas. Muito diferente era a postura quando se apresentavam as ponderações daqueles que partilhavam opiniões semelhantes às defendidas pelos proprietários do jornal, como transparece, por exemplo, nas ponderações acerca das idéias do geólogo Silvio Frois de Abreu, defensor do capital estrangeiro, as quais eram apresentadas ao leitor como desapaixonadas e realistas.⁶

A preocupação do jornal *OESP* em combater a Campanha do Petróleo pode ser explicada pela força do movimento junto à população, como atesta o seguinte trecho:

Não há quem não tenha ouvido o slogan que há tempos se vulgarizou no país: “O Petróleo é Nosso”. A despeito de sua infantilidade, essas palavras, exploradas ao extremo pelos esquerdistas, tem exercido a pior das influências sobre o estado de espírito das massas populares menos avisadas. Não há quem desconheça, também, a tendência que aqui se está vulgarizando, para acusar, sem o amparo do raciocínio mais elementar, as empresas estrangeiras como responsáveis por todos os nossos males, transformando-as, por exemplo, em “bode expiatório” do encarecimento da vida.⁷

⁵ OESP. 14/10/1948, p. 03.

⁶ OESP. 19/08/1949, p. 03; 21/10/1948, p. 03.

⁷ OESP. 01/07/1951, p. 03.

O leitor do *DN* era confrontado com argumentos bem distintos. O nacionalismo do jornal caracterizou-se pela defesa de uma inserção autônoma do Brasil no contexto da Guerra Fria. Apesar de defender o alinhamento do país ao bloco capitalista e considerar os Estados Unidos como principal aliado político e parceiro comercial, o jornal entendia que a política internacional brasileira deveria priorizar os interesses nacionais, ao invés da defesa do continente, razão pela qual defendeu o estabelecimento de relações comerciais com os países comunistas, sempre com a alegação de que o nacionalismo não poderia ser xenófobo ou isolacionista. Também compreendia a intervenção do Estado na economia como forma de impulsionar o crescimento econômico e impedir que pressões imperialistas prejudicassem os interesses nacionais. Para o periódico, a União deveria impedir que os trustes e monopólios internacionais privados, que atuavam de forma colonizadora nos países subdesenvolvidos, explorassem os recursos naturais do Brasil, de forma a possibilitar a independência econômica e garantir a soberania do país.

Ao contrário do *OESP*, o nacionalismo desenvolvimentista era visto com simpatia pelo *DN*, que incorporou elementos desse pensamento em seu discurso, com destaque para a noção de que o Estado deveria elaborar um projeto que explicitasse a estratégia de superação do subdesenvolvimento e de transformação do país em uma nação moderna e industrializada.⁸ Com essa perspectiva, defendeu a criação de uma legislação que regulamentasse a exploração e comercialização dos minerais radioativos, usados na produção de energia atômica, como urânio e plutônio. Segundo do *DN*, esses minerais eram exportados em grande quantidade e abaixo do preço de mercado, o que causava prejuízo à nação. Além disso, o jornal argumentou que deveríamos seguir o exemplo dos países desenvolvidos que já regulamentavam o setor e preparavam-se para utilizar a tecnologia nuclear na produção de energia elétrica em larga escala. No início da década de 1950, o Brasil negociava, com os

⁸ DN. 16/08/1947, p. 04; 29/10/1947, p. 04; 22/06/1951, p. 04.

Estados Unidos, um acordo militar que continha uma cláusula acerca da exportação de minerais radioativos para os mesmos. O matutino carioca criticou o acordo e, em especial, a referida cláusula, que não especificava o preço e a quantidade a ser fornecida. Os interesses nacionais não poderiam, segundo a leitura do jornal, ser prejudicados em prol da contribuição do Brasil para a defesa do continente, visto que os recursos naturais eram considerados indispensáveis para o crescimento econômico e fonte de vantagens que nos diferenciavam de outras nações.⁹

Para o *DN*, a Campanha do Petróleo foi uma mobilização positiva para o processo de modernização do Brasil, uma vez que defendia a economia e a soberania nacionais contra os interesses das companhias estrangeiras de petróleo, consideradas pelo matutino prejudiciais ao país. O periódico considerava fundamental a participação popular na questão do petróleo e argumentava que o problema era do interesse de todos, já que dizia respeito à soberania nacional e à independência econômica. Em suas páginas, “O Petróleo é Nosso” surgia como um movimento importante para a democracia, por considerar que o livre debate de idéias era essencial para o regime participativo. Ainda segundo o jornal, a campanha abrangia diversos segmentos da população e tinha repercussão nacional, por isso era tolice desqualificá-lo com o epíteto de “movimento comunista”, pois a campanha representava o sentimento nacionalista, que nada tinha a ver com o chauvinismo e o jacobinismo, ambos repudiados pelo periódico.¹⁰

⁹ DN. 06/12/1950, p. 04; 08/11/1952, p. 04.

¹⁰ DN. 15/01/1948, p. 04; 08/04/1948, p. 04; 08/07/1948, p. 04; 28/08/1948, p. 04.

A intervenção estatal

Os jornais envolvidos na questão do petróleo assumiram posições divergentes sobre a intervenção estatal. No caso de *OESP*, a intromissão do governo em assuntos econômicos, principalmente por meio da criação de empresas estatais, foi duramente combatida. Tal postura foi adotada devido às posições liberais do matutino, que resultaram em propostas concretas para a solução de alguns problemas econômicos, entre os quais destacam-se sugestões para que o Brasil assinasse acordos comerciais com os Estados Unidos, a fim de facilitar o afluxo de capitais privados norte-americanos, que auxiliariam no crescimento da economia e na superação do déficit na balança comercial. Para atrair investidores externos preconizava-se a substituição de medidas intervencionistas e nacionalistas por postulados liberais, como: a permissão de remessa de lucros ao exterior, garantias de que empresas não seriam expropriadas e o fim das medidas protecionistas. Ao Estado caberia ordenar a economia por intermédio de dispositivos reguladores flexíveis, que não se constituíssem em legislação nacionalista.¹¹

A crítica do jornal ao intervencionismo acentuou-se durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), momento em que se afirmava que tal prática não trouxe bons resultados para a França, Inglaterra e Argentina e, mesmo assim, o Brasil obstinava-se nessa política, com os projetos da Petrobras e Eletrobrás. *OESP* argumentava que tais empreendimentos provocariam um déficit no orçamento da União, aumentaria a carga tributária, prejudicaria o setor produtivo e elevaria a inflação. Os redatores alegavam que o

¹¹ *OESP*. 18/06/1947, p. 02; 25/12/1949, p. 03; 25/12/1949, p. 06.

Estado poderia superar os problemas estruturais da economia com medidas de estímulo à iniciativa privada, ao invés de atuar diretamente por meio de estatais.¹²

As estatais também foram criticadas, com o argumento de que o Estado era mau administrador de empresas, pois as que estavam sob sua direção foram consideradas ineficientes se comparadas às similares privadas do mesmo ramo. O jornal afirmava que elas davam prejuízo e que o trabalho burocrático diminuía sua competitividade.¹³ Além das críticas genéricas, *OESP*, valendo-se dos Relatórios Anuais do CNP, abordou a atuação deste órgão no setor petrolífero, o periódico procurou demonstrar que os resultados foram insatisfatórios, uma vez que as atividades de pesquisa, exploração e refino não cresceram significativamente desde a sua criação, o que evidenciava o fracasso da intervenção estatal na indústria do petróleo. Igual diagnóstico foi aplicado à Estrada de Ferro Central do Brasil, em precárias condições de funcionamento, apesar das elevadas tarifas.¹⁴

Tal quadro justificava a defesa da participação da iniciativa privada em indústrias de base. Lembrava-se o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cuja criação só foi possível, segundo o jornal, graças ao auxílio de capitais norte-americanos concedidos ao governo brasileiro por meio de empréstimos. Com a afirmativa de que a transação não resultou em nenhuma ingerência internacional nos negócios da companhia e nem colocou em risco a soberania do país, o jornal procurava responder ao argumento nacionalista de que a intervenção do Estado visava defender os interesses nacionais. A idéia era reforçada com a alegação de que o Brasil não possuía recursos para investir em indústrias pesadas.¹⁵

Já o *DN* defendeu a intervenção do Estado em setores estratégicos da economia por considerá-los essenciais ao progresso e independência econômica do país. Esperava-se que o Governo Federal elaborasse um programa para impulsionar o desenvolvimento, estabelecendo

¹² *OESP*. 09/05/1953, p. 05; 09/10/1953, p. 03.

¹³ *OESP*. 01/07/1953, p. 03; 21/08/1953, p. 03.

¹⁴ *OESP*. 27/03/1946, p. 03; 10/04/1953, p. 05; 11/09/1953, p. 03.

¹⁵ *OESP*. 12/06/1953, p. 03; 29/07/1953, p. 03.

prioridades na destinação dos investimentos públicos. Com essa perspectiva, sugeriu a criação do Ministério de Minas e Energia, que centralizaria as ações governamentais nas áreas de extração mineral e recursos naturais. Ao realizar um balanço da situação econômica do país, o matutino carioca considerou positivas as iniciativas da União, entre as quais destacou os bons resultados obtidos pela CSN, os projetos de ampliação do setor elétrico, o crescimento da frota de marinha mercante, a construção de novas rodovias e a instalação de refinarias.¹⁶

No caso da indústria do petróleo, a intervenção do Estado por meio de monopólio foi defendida com o argumento de que a experiência internacional condenava o regime de concessões a companhias estrangeiras, uma vez que elas colocavam em risco os interesses nacionais. Para o *DN*, o Plano SALTE comprovava a existência de recursos federais para a implantação do setor petrolífero, o que invalidava a idéia dos liberais de que não havia capital para tanto no Brasil.¹⁷

Ao contrário de *OESP*, o *DN* não criticou o CNP, ao invés disso, optou por elogiar e apoiar suas realizações com o intuito de legitimar a intervenção estatal no setor petrolífero. Assim, as críticas foram substituídas por reivindicações de mais investimentos do Governo Federal no órgão, o que poderia ser viabilizado por meio de uma política do petróleo que garantisse os recursos necessários para o aumento da produção. O *DN* apoiou diversas iniciativas do órgão, desde a realização de um curso para habilitar químicos e engenheiros no trabalho em refinarias até a aquisição da Frota Nacional de Petroleiro, o que aceleraria o desenvolvimento da economia.¹⁸

O jornal reconheceu que os trabalhos de pesquisa e exploração do CNP eram morosos e reduzidos, no entanto não responsabilizou o órgão, mas sim a política praticada pelo Governo Federal em relação ao petróleo que, segundo o *DN*, era tímida e destituída de

¹⁶ DN. 03/12/1947, p. 04; 13/07/1949, p. 04; 26/03/1950, p. 04; 16/01/1953, p. 04.

¹⁷ DN. 08/07/1948, p. 04.

¹⁸ DN. 13/11/1947, p. 04; 26/11/1950, p. 04; 31/01/1953, p. 04; 03/01/1953, p. 04; 01/10/1953, p. 06.

ímpeto realizador, o que obrigava o Conselho a lidar com inúmeras dificuldades, como a falta de equipamentos, funcionários e recursos. O jornal argumentava que, mesmo com todos esses problemas, o órgão alcançou importantes conquistas, entre elas a descoberta dos campos petrolíferos da Bahia e as refinarias de Mataripe e Cubatão.¹⁹

Companhias estrangeiras de petróleo

Para alguns, a participação das companhias estrangeiras no setor petrolífero era indispensável; para outros, prejudicial aos interesses do país, por isso o debate sobre a possibilidade de nacionalizar a distribuição de combustíveis, controlada por essas empresas, na época, era muito freqüente. Em torno da polêmica construíram-se representações acerca das práticas das companhias internacionais de petróleo e mobilizaram-se argumentos para defender ou criticar a sua atuação.

OESP, como defensor da participação de empresas estrangeiras na indústria do petróleo, construiu uma imagem positiva das mesmas, afirmando que as multinacionais atuavam em todo o mundo e que se constituíam em impressionante força financeira e que poderosas companhias – Standard Oil New Jersey (ESSO), Standard Oil of Califórnia (Chevron), Mobil, Shell, Texaco, Gulf, British Petroleum – eram um modelo de desenvolvimento técnico e eficiência administrativa. No entanto, considerava-se que elas poderiam representar uma ameaça aos países subdesenvolvidos, por agirem de acordo com seus interesses econômicos. Apesar disso, o matutino defendia a sua presença no Brasil, com o argumento de que poderiam ser controladas pelo Estado via legislação.²⁰

O conhecimento científico acumulado pelas grandes empresas esteve entre os aspectos utilizados pelo jornal para justificar a sua participação no setor petrolífero brasileiro,

¹⁹ DN. 30/08/1951, p. 04.

²⁰ OESP. 10/04/1947, p. 03; 23/02/1949, p. 06.

pois este alegava que não tínhamos experiência na exploração, também sublinhava a grande extensão do território, o que dificultaria o trabalho, e a escassez de informações geológicas acerca do território. Seria indispensável utilizar os modernos métodos de pesquisa das multinacionais, que possibilitariam identificar com segurança as jazidas existentes. Para OESP, a tecnologia fôra a grande responsável pelo aumento na produção de combustíveis nos Estados Unidos.²¹

A atuação de companhias petrolíferas internacionais era apresentada como benéfica para o desenvolvimento de um país, pois ajudava a superar deficiências na área energética. A relação entre governos e multinacionais era representada sob a perspectiva de “colaboração” ou “cooperação”, ou seja, se tratava de uma parceria que satisfaria a diversos interesses. A harmonia apregoada pelo jornal é bastante discutível, uma vez que as relações entre Estado e companhias de petróleo sempre foi bastante conturbada, inclusive nos Estados Unidos.²² O jornal procurava fundamentar seus argumentos com dados acerca do aumento na produção de combustíveis na Europa Ocidental e Canadá, resultado da abertura do setor petrolífero.²³

Um dos episódios mais tensos da indústria internacional do petróleo foi a nacionalização empreendida neste setor pelo governo do Irã. No final dos anos de 1940 e início da década de 1950, a população iraniana opunha-se a presença de empresas inglesas, sendo a aversão canalizada contra a Anglo-Iranian Oil Company. O ódio era alimentado pela batalha em torno dos rendimentos do petróleo, principal fonte de recursos do país. O aumento das pressões forçou a empresa a renegociar seus contratos com o governo de Teerã, em 1949, e elevar os preços pagos pelos royalties. A proposta recebeu duras críticas no Parlamento, que reivindicava o cancelamento das concessões e a nacionalização da companhia britânica. Os debates tornaram-se violentos, culminando com o assassinato do primeiro-ministro, Ali

²¹ OESP. 05/10/1951, p. 05.

²² Sobre as relações entre companhias de petróleo e governos de países desenvolvidos Ver. YERGIN, Daniel. *O Petróleo: uma História de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo: Scritta, 1992.

²³ OESP. 07/04/1951, p. 18; 05/10/1951, p. 05; 04/09/1951, p. 06.

Razmara e de altos funcionários do governo por fundamentalistas islâmicos. Em 1951, a lei que previa a nacionalização da indústria do petróleo começou a tramitar no Parlamento. A medida foi rapidamente aprovada e a expropriação da companhia tornou-se realidade em 1º de maio de 1959, quando a Anglo-Iranian tornou-se a Companhia Iraniana Nacional de Petróleo.²⁴

É interessante perceber como o jornal *OESP* mobilizou esse acontecimento, que depõe contra a atuação de companhias estrangeiras em países produtores de petróleo, para defender a participação das mesmas no setor petrolífero brasileiro. Afirmava que o ocorrido possibilitava a assinatura de acordos para exploração de petróleo entre o Brasil e multinacionais, uma vez que, a nacionalização da Anglo-Iranian reafirmava o direito a plena soberania dos países sobre as riquezas do subsolo. Tais convênios trariam benefícios para o país, que continuava a deter a regulamentação e fiscalização. Nenhuma empresa internacional se arriscaria, diziam os articulistas, a criar um ambiente que justificasse a expropriação dos seus bens. Para o jornal, os acordos poderiam ser firmados com a Standard Oil e a Shell, que haviam manifestado interesse em explorar as jazidas nacionais.²⁵

O *DN*, entretanto, teve uma posição completamente oposta a do *OESP*, pois defendeu o monopólio estatal a fim de impedir a exploração do petróleo brasileiro por companhias estrangeiras. O jornal construiu uma imagem bastante negativa das empresas petrolíferas, freqüentemente identificadas como corporações internacionais de grande poder político e econômico que subjugavam os países subdesenvolvidos. A prática das multinacionais foi caracterizada como inescrupulosa, uma vez que, para controlar importantes áreas produtoras e auferir elevados lucros, utilizavam os mais variados meios: corrupção, assassinatos, golpes de Estado, apoio a governos ditatoriais, espionagem, boicote econômico etc. Além disso, o periódico afirmava, usando como fundamento a situação do Oriente Médio e da Venezuela,

²⁴ YERGIN, Daniel. *Op. Cit.*, pp. 463-452.

²⁵ *OESP*. 07/07/1951, p. 03; 22/08/1951, p. 03; 05/09/1951, p. 03; 13/09/1951, p. 05.

que o imperialismo dos trustes era responsável pela pobreza e dependência econômica das populações dos países produtores de petróleo. Desse modo, conclui que o Brasil não poderia contar com o auxílio das companhias de petróleo e defendeu a elaboração de uma política que desenvolvesse o setor petrolífero e garantisse a soberania e os interesses nacionais.²⁶



As críticas as companhias estrangeiras também eram constantes na iconografia produzida pela Campanha do Petróleo, o cartaz da 3ª Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, sugere que o Brasil impeça, por meio do monopólio estatal, que um dos tentáculos da Standard Oil roube o petróleo nacional. Na imagem o projeto da Petrobras, formulado por Vargas, era visto como um instrumento “entreguista”. No outro cartaz, ressaltava-se a expulsão do investidor estrangeiro de nosso país.

(Fonte: Acervo Maria Augusta Tibiriçá Miranda)

Para o jornal, todo tipo de investimento, seja nacional ou estrangeiro, que promovesse o desenvolvimento do Brasil deveria ser bem recebido, desde que atuassem

²⁶ DN. 10/08/1947, p. 04.

dentro da lei, respeitassem os interesses da nação e estivessem sob a regulamentação e fiscalização do Estado. No entanto, argumentavam os editorialistas, as companhias de petróleo condicionavam suas aplicações a privilégios e tratamentos especiais e, ao se instalarem, constituíam um monopólio privado que dificultava o controle do Governo Federal em especial sobre o preço dos derivados de petróleo e a quantidade de combustível exportado, o que poderia prejudicar os consumidores internos e exaurir, em pouco tempo, as reservas para exploração.²⁷

Quando o Projeto da Petrobras foi aprovado, o *DN* declarou que a imprensa internacional fazia constantes referências ao fato de que o Brasil não conseguiria explorar suas reservas sem a participação do capital estrangeiro. O jornal alegou tratar-se de uma campanha promovida pelas companhias de petróleo para impedir a implementação da lei Nº 2004. Tal atitude não causou estranhamento aos articulistas do matutino carioca, antes comprovava que havia grandes interesses em jogo e evidentemente ninguém poderia esperar de empresas tão combativas e empreendedoras uma posição passiva. As multinacionais foram acusadas de se preocuparem apenas com os seus interesses, caracterizados pela pretensão de combater a Petrobras para manter o Brasil na condição de mercado consumidor de produtos petrolíferos, em franca expansão e que os estrangeiros não queriam perdê-lo para uma empresa estatal.²⁸

²⁷ DN. 31/07/1948, p. 04; 19/05/1951, p. 04; 27/08/1948, p. 04.

²⁸ DN. 30/09/1953, p. 06.

O setor petrolífero na América Latina

OESP e *DN* trataram diversas vezes do setor petrolífero latino americano, sob a alegação de que o conhecimento da experiência de outros países nessa atividade ajudaria o Brasil a melhor definir sua política para o setor. A concordância dos jornais se limita a esse aspecto geral, pois as características da indústria do petróleo das nações do continente foram mobilizadas de forma muito diferente para defender e legitimar as posições de cada um dos periódicos. Foram publicados diversos textos sobre a nacionalização de companhias estrangeiras no México e a situação da Venezuela, maior produtor de combustíveis da região.

OESP compreendia que o continente possuía um grande potencial para produzir petróleo e as companhias internacionais estavam interessadas em investir no setor. A partir dessa premissa, o jornal procurou responder aos argumentos nacionalistas, que apregoavam as vantagens do monopólio estatal. Segundo o jornal paulista, os países latino-americanos que empreenderam a intervenção do Estado na indústria petrolífera obtiveram péssimos resultados, enquanto os que permitiram a atuação do capital estrangeiro registraram significativo aumento na produção. Este teria sido o caso da Argentina, onde o petróleo era explorado por uma empresa estatal – Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) – e companhias privadas. Na década de 1930, medidas intervencionistas provocaram redução na produção, o que obrigou o país a importar 45% dos combustíveis. Algo parecido aconteceu com o Peru entre 1938 e 1947, o que levou o governo peruano a abandonar a legislação nacionalista; já a Colômbia teria aumentado a produtividade graças à abertura do setor.²⁹

O *DN* tratou da América Latina para criticar o regime de concessões às empresas estrangeiras, sob a alegação de que o aumento na produção de petróleo na América Latina

²⁹ *OESP*. 03/07/1948, p. 03; 21/07/1949, p. 03; Suplemento Comercial e Industrial. Novembro de 1950, p. 12; 11/01/1952, p. 04; Suplemento comercial e Industrial. Abril de 1952, p. 14; Suplemento Comercial e Industrial. Agosto de 1952, p. 09.

proporcionado pela atuação de multinacionais não justificava a abertura do setor petrolífero brasileiro. Segundo o jornal, a maior parte dos lucros obtidos não permanecia na nação produtora, antes era enviado à sede das companhias no exterior. A ação colonizadora e imperialista dessas organizações perpetuava a exploração estrangeira no continente, num contexto que reservava mais prejuízo do que benefícios, evidente na situação econômica e social dos nossos vizinhos. Os países produtores de petróleo tinham uma economia dependente e frágil, industrialização restrita, elevada concentração de renda e a maioria da população era pobre.³⁰

No início do século XX, o México era um dos maiores produtores de petróleo do mundo, mas companhias britânicas e norte-americanas controlavam o setor. Com a Revolução Mexicana e o período de violência e instabilidade que se seguiu, a relação entre o governo e as multinacionais deteriorou-se. Um dos principais pontos de divergências foi a nacionalização do subsolo em 1917. Os recursos minerais saíram do controle da iniciativa privada e se tornaram propriedades da União. Além disso, medidas que regulamentavam e aumentavam impostos da indústria petrolífera contribuíram para aumentar as tensões e, como consequência imediata, houve redução do investimento estrangeiro, o que provocou queda na produção e constantes disputas diplomáticas entre o México e os Estados Unidos.³¹

Na década de 1930, o fervor revolucionário e o fortalecimento dos sindicatos impulsionavam o nacionalismo, personificado na figura do general Lázaro Cárdenas, eleito presidente em 1934. Por volta de 1937, a disputa entre governo e companhias de petróleo agravou-se devido à greve dos petroleiros, que reivindicavam substancial aumento salarial. Em pouco tempo, o movimento incorporou a nacionalização da indústria petrolífera e alcançou outras categorias profissionais. Com isso, o presidente instituiu uma comissão para inspecionar a contabilidade e as atividades das empresas estrangeiras, mas ficou concluído

³⁰ DN. 08/04/1948, p. 04.

³¹ YERGIN, Daniel. *Op. Cit.*, pp. 226-230.

que as multinacionais não contribuíram para o desenvolvimento do país e que seus elevados lucros causavam prejuízos à economia nacional, tendo sido recomendada a concessão do aumento salarial e de benefícios para os trabalhadores. As companhias replicaram com a alegação de que a comissão deturpou sua lucratividade. Diante do impasse, em março de 1938, Lázaro Cárdenas assinou a lei que expropriou as companhias estrangeiras de petróleo e nacionalizou o setor. As empresas reuniram-se para tentar recuperar suas propriedades, organizaram embargos contra o México, mas nada conseguiram. A situação só foi resolvida em 1947, quando todas as multinacionais aceitaram as indenizações. Com a saída das empresas estrangeiras, a produção de petróleo mexicana despencou devido à falta de capitais e de tecnologia. O governo criou uma empresa, a PEMEX, que tinha a função de auxiliar no desenvolvimento econômico produzindo combustíveis de baixo preço para atender o mercado interno.³²

Para *OESP*, o caso mexicano demonstrava incontestavelmente que a nacionalização e a intervenção do Estado jamais poderiam obter êxito e usavam a queda na produção de petróleo para justificar essa idéia, aliada ao argumento de que o capital, a técnica e o equipamento das multinacionais eram indispensáveis para explorar as jazidas de qualquer país. O boicote das companhias internacionais ao México, indiscutivelmente, foi responsável pela queda na produção e, segundo o jornal, comprovava que, sem o auxílio estrangeiro, o Brasil não conseguiria montar uma indústria petrolífera. O matutino paulista ressaltava que o México era um dos maiores produtores de petróleo do mundo e, devido às medidas nacionalistas, transformou-se em importador de combustíveis. Além disso, declarava que a PEMEX não alcançaria êxito por não possuir o espírito de iniciativa e competitividade das empresas privadas.³³

³² YERGIN, Daniel. *Op. Cit.*, pp. 270-277.

³³ *OESP*. 14/05/1949, p. 03; 22/07/1949, p. 05; 26/07/1949, p. 05; 04/08/1949, p. 05; 20/04/1951, p. 05; Suplemento Comercial e Industrial. Outubro de 1951, p. 04.

Ao tratar da nacionalização no México, o *DN* reafirmou o argumento de que o país detentor de reservas petrolíferas exploradas por estrangeiros permanecia pobre e atrasado, pois os lucros do negócio ficavam com os trustes. Assim, tentou responder as alegações dos defensores da iniciativa privada com a declaração de que os mexicanos tomaram a melhor decisão para fortalecer a soberania nacional e ressaltou que, com a criação da PEMEX, o país estava livre de ingerências externas e os lucros do petróleo poderiam financiar o crescimento econômico. Além disso, apresentou dados estatísticos que mostravam uma retomada no crescimento da produção de petróleo e, segundo o jornal, desmentiam as afirmações de que a nacionalização não obteve êxito.³⁴

Ao contrário do México, a Venezuela oferecia um clima político amigável ao capital estrangeiro, propiciado pela ditadura do general Juan Vicente Gómez, que chegou ao poder em 1908 e governou o país por vinte e sete anos. No início do século XX, o país era pobre e de economia agrária e, para se desenvolver, precisava atrair o capital externo. Então, Gómez percebeu que a exploração do petróleo seria uma ótima oportunidade para resolver o problema e ofereceu facilidades fiscais e garantia de estabilidade política aos investidores estrangeiros. A partir de 1913, as companhias internacionais de petróleo realizaram grandes investimentos, contudo a infra-estrutura venezuelana era péssima, com poucas estradas transitáveis, falta de um mapeamento sistemático do território, doenças tropicais que vitimavam trabalhadores estrangeiros, um atendimento médico precário e freqüentes confrontos com tribos indígenas, condições que tornavam difícil e arriscado o trabalho de prospecção. Entretanto, mesmo com todas as dificuldades, a Shell descobriu, em 1922, poços avaliados em 100 mil bpd, no campo de La Rosa. A descoberta atraiu centenas de empresas petrolíferas e em pouco tempo a Venezuela transformou-se num dos maiores produtores de petróleo do mundo. Em 1929, era superada apenas pelos Estados Unidos. Apesar disso, a situação de pobreza da maioria da

³⁴ DN. 24/02/1950, p. 04.

população não se alterou, pois o lucro da exploração permanecia com os familiares e amigos do general Gómez, os *gomecistas*, para quem foi montada uma estrutura corrupta com o intuito de enriquecê-los. Um dos esquemas dizia respeito às concessões: as melhores áreas eram concedidas aos simpatizantes do ditador, que as vendiam para as companhias estrangeiras, obtendo, com isso, elevados ganhos, dos quais era repassada uma comissão ao general.³⁵

Ao tratar da Venezuela, *OESP* reconheceu que um dos seus maiores problemas era a dependência econômica da indústria petrolífera e o fato do país exportar apenas petróleo bruto, com isso o lucro com a venda dos derivados ficava com as companhias estrangeiras.³⁶ Para o jornal não adiantava uma nação limitar-se a produzir matérias-primas para exportação, o ideal era manufaturar esses produtos para obter maior lucratividade e diversificar a economia. Diante disso, sugeriu que o Brasil deveria refinar todo o petróleo que fosse produzido em seu território.³⁷

Em 1935, a morte do general Gómez pôs fim ao regime ditatorial e a oposição, formada por militares, reformistas, liberais e socialistas, chegou ao poder. Imediatamente foram propostas reformas para a indústria petrolífera e uma revisão dos contratos com as companhias estrangeiras foi efetuada. Os Estados Unidos consideravam o petróleo venezuelano como parte de sua estratégia de defesa militar e as multinacionais não queriam perder o controle das jazidas com uma nacionalização do setor, razão pela qual concordaram em renegociar os contratos e aumentar os rendimentos da Venezuela. Essas discussões modificaram a relação entre empresas de petróleo e governos, pois resultaram nos *Acordos Fifty-Fifty*, segundo os quais taxas, impostos e royalties poderiam ser aumentados até o ponto em que a parcela do governo se igualasse aos lucros líquidos das empresas. Desse modo, as

³⁵ YERGIN, Daniel. *Op. Cit.*, pp. 230-234.

³⁶ O petróleo venezuelano era refinado fora do seu território, as duas companhias que controlavam o setor a Standard Oil e a Shell, respectivamente construíram suas refinarias nas ilhas de Aruba e Curaçao.

³⁷ OESP. Suplemento comercial e Industrial. janeiro de 1950, p. 05.

partes seriam parceiras dividindo os rendimentos ao meio, em troca os investidores teriam suas concessões revalidadas. Em março de 1943, o Congresso Venezuelano ratificou o acordo e durante as décadas de 1940 e 1950 outras nações fizeram o mesmo.³⁸ OESP argumentou que o ocorrido comprovava as vantagens de se negociar com as companhias internacionais e que era possível estabelecer relações cordiais entre elas e o governo.³⁹

Em outro editorial, foi rebatido o argumento nacionalista que responsabilizava a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro pela pobreza da população dos países produtores. Segundo o jornal, a Venezuela possuía uma economia agrária e pouco desenvolvida que consumia uma quantidade muito pequena do petróleo que produzia. A grande vantagem era proporcionada pelos impostos e royalties pagos ao governo pelas multinacionais, no entanto o aumento na arrecadação do Estado não era revertido em políticas públicas que melhorassem a qualidade de vida dos venezuelanos, apenas o grupo que estava no poder beneficiava-se dos rendimentos. Para o matutino, a situação brasileira era diferente, pois a produção de petróleo impulsionaria o crescimento industrial, promoveria uma economia de divisas e aumentaria a receita do Estado, a qual seria revertida na melhoria do padrão de vida da população.⁴⁰

O DN, que considerava a Venezuela um exemplo do prejuízo dos trustes do petróleo à economia de uma nação, argumentou que mais da metade do lucro da indústria petrolífera não permanecia no país, milhões de crianças não tinham acesso à escola, a população era pobre, o sistema de saúde precário e os trabalhadores das multinacionais recebiam baixos salários. Além disso, acusava os investidores estrangeiros de interferirem na política nacional para manterem seus privilégios. O jornal também advertiu que os venezuelanos enfrentariam uma grave crise econômica, uma vez que o rápido aumento na extração de petróleo acelerava

³⁸ YERGIN, Daniel. *Op. Cit.*, pp. 444-447.

³⁹ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. Janeiro de 1950, p. 03.

⁴⁰ OESP. Suplemento Comercial e Industrial. Abril de 1950, p. 14.

o processo de exaustão dos poços e a economia, que dependia só dessa atividade, entraria em colapso. Mais uma vez, os responsáveis seriam as companhias estrangeiras que adotaram a política de preservar as reservas norte-americanas e extrair o máximo de petróleo dos campos da Venezuela e Oriente Médio.⁴¹

Guerra Fria

Um dos períodos mais tensos da Guerra Fria – entre março de 1947, anúncio da Doutrina Truman, e 1951, início da Guerra da Coréia – coincidiu com os debates sobre a política brasileira para o setor petrolífero e foi mobilizado pelos jornais para fortalecer sua argumentação em torno da questão.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a União Soviética emergiram como superpotências, o planeta dividiu-se em dois blocos, um capitalista, liderado pelos norte-americanos, e outro comunista, comandado pelos soviéticos. A Guerra Fria foi à competição entre ambos para conquistar o apoio de outros países e ampliar suas áreas de influência. A disputa dava-se de diversas maneiras, no entanto o confronto militar direto entre as duas superpotências jamais aconteceu. Durante a segunda metade do século XX, muitos acreditavam que se o confronto direto ocorresse à raça humana seria destruída, tendo em vista o poderoso arsenal bélico dos conflitantes. Assim, *gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.*⁴²

OESP mostrou-se preocupado com a situação internacional por temer que a Guerra da Coréia seria o marco inicial de uma nova guerra mundial. Caso isso ocorresse, o comércio de matérias-primas entraria em crise e, como o Brasil dependia da importação de petróleo,

⁴¹ DN. 13/04/1948, p. 04; 25/02/1950, p. 04.

⁴² HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 223-227.

nossa economia seria profundamente atingida. Um eventual desabastecimento e/ou aumento no preço do produto provocaria o racionamento, que prejudicaria o processo de industrialização. Diante desse cenário, o jornal julgava urgente resolver o problema do petróleo e afirmou que a melhor solução seria abrir o setor ao capital estrangeiro, a fim de desenvolvê-lo em pouco tempo. Além disso, o jornal utilizou-se do temor de um confronto para pressionar o governo a adotar medidas que atraíssem o investidor externo e para criticar a Campanha do Petróleo, com a alegação de que, caso a proposta nacionalista fosse implementada, o Brasil esperaria muito tempo até atingir a auto-suficiência na produção de combustíveis.⁴³

Os articulistas do matutino paulista estabeleciam íntima relação entre a política de abastecimento de petróleo e os movimentos da Guerra Fria, como atesta o editorial⁴⁴ em que se analisa o potencial petrolífero da União Soviética e dos Estados Unidos. Os Estados Unidos produziram grande quantidade de petróleo, mas ainda insuficiente, devido ao rápido desenvolvimento da indústria, o que os obrigava a importar grande quantidade de combustíveis do Oriente Médio. Quanto à União Soviética, afirmava-se que sua produção era inferior se comparada à norte-americana, mas o petróleo era produzido exclusivamente dentro de suas fronteiras. Assim o editorial concluía que, em caso de guerra, a extração de combustíveis diminuiria em ambos os blocos, no entanto o bloco comunista seria o mais prejudicado pelas dificuldades de ampliar sua produção e não contar com fornecimentos externos. A diminuição das reservas, em caso de guerra, atingiria o setor de defesa dos soviéticos. Já no caso dos norte-americanos, que possuíam grande produção, a eventualidade de uma guerra afetaria apenas o fornecimento de combustíveis à população civil, não atingindo a área militar. Além disso, o Oriente Médio era considerado uma região estratégica, devido à quantidade significativa de combustíveis importados pelos países capitalistas. *OESP*

⁴³ OESP. 22/08/1948, p. 04; 12/07/1950, p. 03; 05/08/1950, p. 03; 03/06/1951, p. 03.

⁴⁴ O ESP. 08/03/1951, p. 03.

esclareceu que o aumento da capacidade de produção e abastecimento do bloco Ocidental seria uma das principais armas em caso de guerra, razão pela qual o Brasil deveria desenvolver o mais depressa possível sua indústria petrolífera para colaborar no esforço militar e diminuir a dependência dos países capitalistas do petróleo do Oriente Médio, o que só poderia ser feito com a colaboração do capital estrangeiro.⁴⁵

A intervenção estatal também foi criticada a partir da indústria do petróleo na União Soviética, pois, segundo o jornal, apesar de os soviéticos serem o terceiro maior produtor mundial, o setor era deficiente e enfrentava sérias dificuldades para aumentar a produção. Para *OESP*, o controle excessivo do Estado era responsável por tal situação, caracterizada por resultados negativos na pesquisa de novas regiões produtoras e problemas no transporte e distribuição de combustíveis. Assim, enquanto as explorações desenvolviam-se nos países capitalistas, no bloco socialista ela entrava em declínio e em breve não atenderia às necessidades da economia soviética.⁴⁶

Ao tratar da Guerra Fria, o *DN* procurou desconstruir a idéia de que deveríamos conceder aos trustes internacionais a exploração do petróleo brasileiro devido à possibilidade de um confronto militar entre EUA e URSS. Os defensores da abertura do setor petrolífero afirmavam que os norte-americanos não conseguiriam utilizar o petróleo do Oriente Médio, porque ele estava ao alcance dos ataques soviéticos. Segundo o jornal, a probabilidade de um novo confronto mundial era remota e, mesmo se ele ocorresse, os EUA não sofreriam com a escassez de petróleo, pois, numa eventual interrupção no fornecimento dos países árabes eles poderiam utilizar a produção do México, Venezuela e demais nações ocidentais. O matutino também desmentiu o boato de que os campos petrolíferos norte-americanos estavam esgotados. Por tudo isso, afirmava o periódico, o argumento dos próceres da iniciativa privada

⁴⁵ O ESP. 01/06/1951, p 05.

⁴⁶ OESP. 01/06/1951, p. 05; 25/12/1951, p. 05.

deveria ser afastado do debate e mesmo que fosse admitido, o governo de Washington deveria auxiliar o Brasil a instalar a indústria petrolífera.⁴⁷

No entanto, o *DN* considerava a Guerra da Coréia um fato concreto que poderia prejudicar o desenvolvimento do Brasil, por isso sugeria ao Governo Federal a adoção de medidas para enfrentar um possível desabastecimento, afirmando que durante a Segunda Guerra o racionamento de diversos produtos poderia ter sido evitado se a economia estivesse organizada para superar os desafios de um confronto militar prolongado. Por isso, foi sugerida a construção de armazéns para estocar os produtos importados e a intensificação das obras de instalação das refinarias de Cubatão e Mataripe que, segundo o jornal, poderiam refinar petróleo importado da Venezuela.⁴⁸

Anticomunismo

O imaginário instrumentalizado para combater o comunismo ocupou um espaço importante nos debates sobre a política do petróleo. As críticas ao PCB serviram aos defensores do monopólio estatal e adeptos da abertura do setor petrolífero, embora tenha sido utilizadas com mais frequência pelos últimos. *OESP* e *DN* declaravam abertamente sua oposição ao regime soviético e temiam sua implantação no Brasil. Nas páginas dos matutinos é possível perceber como essas convicções permearam a questão do petróleo. O anticomunismo, entendido como a luta de indivíduos e grupos contra o comunismo marxista-leninista, abrigou diferentes grupos como fascistas, socialistas democráticos, católicos, liberais e outros. Durante o século XX, foi uma força decisiva nas lutas políticas, já que a revolução Russa (1917) transformou uma possibilidade teórica em existência concreta, desse modo, o “fantasma do comunismo” se fortaleceu e passou a ameaçar o capitalismo.

⁴⁷ DN. 24/08/1947, p. 04.

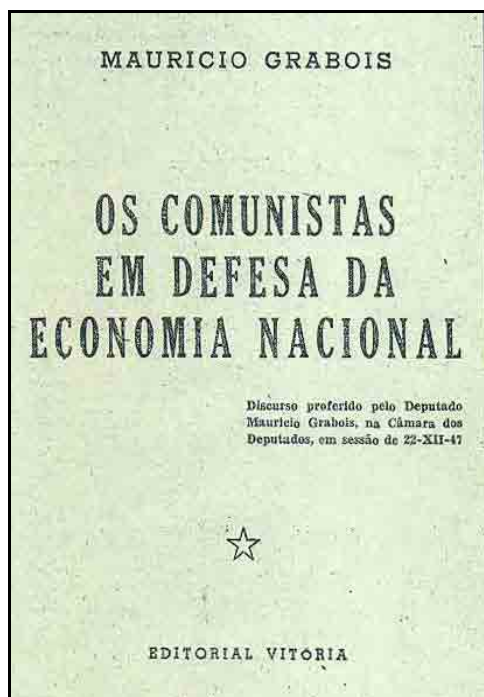
⁴⁸ DN. 12/07/1950, p. 04; 29/08/1950, p. 04; 08/09/1950, p. 04.

Entre 1946 e 1953, a forte atuação de grupos anticomunistas não conseguiu afastar o PCB das lutas políticas. Com o fim do Estado Novo o partido adotou uma linha moderada, que pregava a “União Nacional” com setores progressistas da sociedade para superar os problemas brasileiros por meios pacíficos. Nesse momento, houve significativo crescimento no número de militantes, evidenciado pelos resultados do pleito de dezembro de 1945, quando o partido elegeu um senador, quatorze deputados federais e seu candidato à Presidência da República obteve 10% dos votos.⁴⁹ Apesar do discurso moderado, as classes dominantes, a Igreja e grande parte das Forças Armadas continuaram hostis ao comunismo. A situação agravou-se com o advento da Guerra Fria, que ocasionou o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos e do PCB ao lado da URSS. Diante disso, houve o endurecimento do governo Dutra em relação ao partido, enquanto este radicalizava suas críticas ao capital estrangeiro e ao “imperialismo yankee”. Assim, em maio de 1947, o Supremo Tribunal Eleitoral colocou o PCB na ilegalidade e, em janeiro de 1948, os mandatos dos deputados comunistas foram cassados.⁵⁰

Diante da repressão e motivado pela disputa internacional entre as superpotências, o PCB mudou de tática: a linha moderada e pacífica foi rejeitada em favor de outra mais agressiva, que pregava a derrubada do governo, segundo a orientação de Luis Carlos Prestes, divulgada em janeiro de 1948. Em 1950, a nova política foi exposta de modo mais sistemático no *Manifesto de Agosto* que, entre outras coisas, classificava o governo Dutra de “ditadura feudal-burguesa a serviço do imperialismo”, o que justificaria sua substituição por um “governo democrático e popular” e propunha o confisco e nacionalização de empresas, bancos e serviços públicos. Apesar da retórica, o partido não conseguiu desencadear um processo

⁴⁹ Nas eleições de 1945, Eurico Gaspar Dutra (PSD) foi eleito presidente com 55% dos votos, em segundo lugar ficou o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) com 35%, seguido de Yedo Fiúza (PCB) 10%. Nas eleições para a Câmara do Deputados o PSD elegeu 151 parlamentares, a UDN 77, o PTB 22 e o PCB 14.

⁵⁰ RODRIGUES, Leônicio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. IN: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1997, Tomo III, V. 3; pp. 409-413.



Panfleto que reproduziu discursos do deputado comunista Mauricio Grabois em defesa do monopólio estatal

(Fonte: moura, 2003: 40)

revolucionário e, na prática, tentou explorar todas as possibilidades de atuação legal via “organizações de massas”, que forneciam cobertura institucional aos comunistas. Desse modo, engajaram-se no Movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas, na luta contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos e na campanha “O Petróleo é Nosso”.⁵¹

A Campanha do Petróleo foi considerada pelo jornal *OESP* um movimento

comunista, cuja finalidade era a criação de condições para a revolução do proletariado, por

isso a idéia de que “O Petróleo é Nosso” era

liderado pelos membros do PCB, que encontraram no CEDPEN uma maneira de atuar legalmente, era amplamente divulgada. Entendia-se que o apoio de jornais e personalidades desvinculadas do comunismo era resultado da ingenuidade e ignorância. Portanto, o matutino paulista tentava desqualificar a campanha, imputando-lhe uma coloração radical e classificando os militantes democratas de “burgueses ingênuos e simplórios” ou de “inocentes úteis”. Além disso, o periódico afirmava que a questão do petróleo servia de pretexto para os comunistas atacarem o capital estrangeiro e os Estados Unidos, com acusações de que o Brasil era vítima do imperialismo norte-americano.⁵²

As críticas de *OESP* merecem ressalvas, uma vez que a Campanha do Petróleo não pode ser classificada como “mera agitação bolchevique”. O movimento era formado por indivíduos das mais variadas correntes políticas, além da indiscutível e relevante participação

⁵¹ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Op. Cit.*, 414-417.

⁵² *OESP*. 25/09/1948, p. 03; 28/01/1949, p. 03; 03/02/1949, p. 05; 04/02/1949, p. 03.

dos comunistas, havia também socialistas, trabalhistas, getulistas, liberais e tantos outros. O grupo do PCB era minoritário e não conseguiu controlar as organizações nacionalistas. Tampouco era possível transformar “O Petróleo é Nosso” em mobilização revolucionária, pois os objetivos da campanha estavam centralizados na aprovação do monopólio estatal, e, por fim, a presença de anticomunistas no Centro do Petróleo frustrava qualquer radicalização.

Pode-se considerar os argumentos do jornal paulista típico exemplo da “indústria do anticomunismo”, expressão usada para designar a exploração vantajosa do “perigo vermelho”, que supervalorizava a influência dos comunistas com o intuito de aproveitar-se do pavor provocado e tentar convencer a sociedade a apoiar determinadas medidas que, no caso do petróleo, se materializavam na exclusão do movimento nacionalista e na defesa da abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro. O temor de que a revolução proletária era iminente foi manipulado de forma oportunista pelo Estado, órgãos de repressão, imprensa, Igreja Católica, grupos e líderes políticos, com o intuito de receber prestígio político, votos de eleitores conservadores, apoio popular, justificar intervenções autoritárias na vida política e conseguir dinheiro para combater o suposto avanço bolchevique. Acrescente-se que era bastante comum atribuir o rótulo de comunista a adversários e esquerdistas (anarquistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas radicais, populistas de esquerda e a esquerda católica) e que a aplicação indiscriminada da expressão visava desacreditar qualquer processo de mudança social, lançando desconfiança sobre as propostas reformadoras.⁵³

Para o *DN*, a Campanha do Petróleo não era um movimento comunista, pois aglutinava diversos grupos sociais e diferentes ideologias políticas e as acusações sobre o predomínio do PCB na mobilização pelo monopólio estatal serviam apenas para aumentar o prestígio do partido e auxiliá-lo na propaganda soviética, uma vez que, esse grupo representava uma minoria inexpressiva. Além disso, afirmou que autoridades de prestígio

⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, pp. 161-164.

pronunciaram-se a favor do monopólio estatal e foram acusados de facilitar a infiltração comunista. O jornal considerou que a questão do petróleo não deveria envenenar a vida nacional com acusações levianas e atitudes que apenas serviam para dividir a nação, disseminar desconfianças e ameaçar a democracia. Lembra que os governos trabalhista inglês e iraniano nacionalizaram importantes setores da economia – como transporte, carvão e petróleo – e nem por isso foram tachados de comunistas. No entanto, o jornal entendia ser impossível evitar a participação dos seguidores de Luis Carlos Prestes no movimento, mas considerou possível advertir os que de “boa fé” defendiam a tese nacionalista das manobras que tramavam. Para o periódico, os comunistas infiltraram-se na campanha apenas para fazer demagogia, como criticar os Estados Unidos e provocar desordem. A questão do petróleo forneceu-lhes pretexto para a organização de comitês e realização de reuniões, que de outro modo, seriam impedidas pela polícia.⁵⁴

O anticomunismo originou um imaginário próprio, dedicado a representar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas.⁵⁵ Na questão do petróleo, a imagem mais recorrente foi à representação do comunismo como uma ameaça estrangeira. Os defensores do anticomunismo apresentavam a doutrina como um conjunto de idéias estranhas, elaboradas em terras alienígenas, sem nenhuma relação com a realidade nacional. O ideário marxista-leninista serviria para encobrir as pretensões imperialistas dos soviéticos e os membros do PCB eram caracterizados como agentes a serviço de Moscou que tinham a missão de auxiliar os soviéticos na luta para dominar o Brasil, daí serem rotulados de traidores da pátria.

Quando os comunistas defendiam posições nacionalistas, os anticomunistas procuravam ridicularizá-las e desqualificá-las com a acusação de professarem um falso patriotismo. Argumentavam que os militantes do PCB eram “nacionalistas russos”, dispostos

⁵⁴ DN. 26/09/1948, p. 04; 28/09/1948, p. 04; 01/10/1948, p. 04.

⁵⁵ Sobre o imaginário anticomunista Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. Cit.*, 47-89.

a enganar o povo e explorar o sentimento patriótico. *OESP* e o *DN* apropriaram-se diversas vezes desses argumentos para criticar a participação dos comunistas na questão do petróleo.⁵⁶

O *DN* também criticou o PCB por se opor às propostas de solicitação de auxílio ao governo do Estados Unidos para a exploração do petróleo brasileiro, pois, segundo o jornal, isso evidenciava o falso nacionalismo dos comunistas, que criticaram a oportunidade sob o argumento de que estavam defendendo os interesses nacionais, quando na verdade, pretendiam impedir o continente de descobrir novas reservas petrolíferas que poderiam ser utilizadas contra a URSS em caso de guerra.⁵⁷

Ao tratar de artigos publicados na *Revista do Clube Militar*, contrários à política externa norte-americana e à participação do Brasil na Guerra da Coréia, *OESP* voltou a fazer uso do discurso anticomunista. Em editorial, procurou destacar que um rompimento com os Estados Unidos traria dificuldades para o Brasil como o possível boicote econômico dos países capitalistas e o isolamento no mundo ocidental. Para o jornal, as Forças Armadas eram alvo da infiltração bolchevique e o principal instrumento desse movimento seria o Clube Militar e sua Revista, que por suas posições nacionalistas, foram identificadas, genericamente, como comunistas. O presidente do Clube Militar, general Estillac Leal, era acusado de facilitar tal infiltração.⁵⁸ Essas considerações são importantes para mostrar como o matutino utilizou o imaginário anticomunista para desqualificar indivíduos, grupos e entidades que manifestaram opiniões contrárias ao alinhamento com os Estados Unidos. O grupo nacionalista que estava a frente do Clube Militar defendia o monopólio estatal do petróleo e, também nesta questão, suas opiniões foram desqualificadas.

⁵⁶ *OESP*. 16/10/1948, p. 03. *DN*. 03/08/1947, p. 04; 19/12/1947, p. 04; 23/12/1951, p. 04.

⁵⁷ *DN*. 26/04/1947, p. 04; 20/07/1947, p. 04.

⁵⁸ *OESP*. 08/12/1950, p. 03.

Outros editoriais, como *A infiltração comunista*,⁵⁹ trataram desse assunto e voltaram a criticar o general Estillac Leal, procurando mostrar o perigo que representava para a democracia a presença de membros do PCB nas Forças Armadas, por isso foi pedido ao Ministro da Guerra que tomasse medidas contra a tal infiltração. O jornal comentou a manifestação de militares contrários a presença de comunistas no exército, por meio de artigos publicados na *Revista do Clube Militar* e em outros órgãos da imprensa. Esse tipo de manifestação foi bastante elogiado pelo periódico e interpretado como a opinião da maioria dos militares e de todo o povo brasileiro.⁶⁰

⁵⁹ OESP. 13/12/1950, p 03.

⁶⁰ OESP. 14/12/1950, p 03.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação da Lei nº 2004 não encerrou a polêmica entre nacionalistas e liberais, uma vez que, ao iniciar suas atividades em 10 de maio de 1954, a Petrobras já era alvo de intensa campanha contra a política intervencionista do governo Vargas, empreendida por boa parte dos jornais de grande circulação.

Os primeiros meses de funcionamento da empresa foram marcados por incertezas e dificuldades, pois a estatal surgiu num momento de grave crise política, que culminou no trágico suicídio do presidente da República. Apesar dos problemas e discussões, a Petrobras conseguiu se consolidar ao longo da década de 1950, como atesta o aumento significativo da produção de petróleo no país. Em 1954, esta era de 2.700 bpd, suficiente para atender apenas 27% do consumo e, no ano seguinte, chegou-se à marca de 5,5 mil bpd, largamente superada em 1963, quando se chegou a 97,8 mil bpd.

Os bons resultados dos últimos cinquenta anos não acabaram com os debates sobre o setor petrolífero, principalmente no que diz respeito ao grau de participação do Estado e da iniciativa privada, nacional e estrangeira. Em diferentes conjunturas políticas, a polêmica voltou à tona, dando origem a novos episódios da recente história do petróleo brasileiro. Além dos grupos sociais, participantes ativos nas discussões que culminaram na aprovação do monopólio estatal, outros personagens entrariam em cena a partir da década de 1950, caso da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN, 1956), que reunia deputados de vários partidos para defender posições nacionalistas no Congresso; do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Petróleo (Stiep, 1957); do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro, 1959); e Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET, 1961).

No decorrer desse trabalho acompanhamos a atuação dos jornais *OESP* e *DN* na questão do petróleo, entre os anos de 1946 e 1953, e constatamos que esses periódicos participaram ativamente das discussões, opinando sobre temas polêmicos, elaborando estratégias e argumentos para conquistar o apoio dos leitores e representando os interesses de importantes grupos envolvidos na questão.

OESP, por entender que a iniciativa privada deveria atuar nos setores de infraestrutura, defendeu a abertura do setor petrolífero ao capital estrangeiro, pois acreditava que somente o Estado não teria condições de investir nessas áreas. No entanto, essa participação deveria ser fiscalizada e regulamentada pelo Governo Federal com o intuito de impedir abusos das companhias internacionais que se caracterizariam por formação de monopólios privados, ameaça à soberania e aos interesses nacionais. Entretanto, a completa abertura do setor petrolífero aos estrangeiros, baseada na livre iniciativa e concorrência, não era a proposta do matutino, que combateu a intervenção direta do poder público, principalmente por meio de empresas estatais, porque, para os editorialistas, o Estado, além de não possuir recursos para desenvolver a indústria do petróleo, caracterizava-se como um péssimo administrador de empresas. Além disso, considerava que a melhor solução para o problema do petróleo era a tese defendida pelo general Juarez Távora. Posições explicadas, sobretudo, pela fidelidade a princípios liberais, que sempre nortearam a atuação política do jornal, ligado ao empresariado paulista.

Já o *DN* sempre defendeu a intervenção do Estado, apesar da participação do capital estrangeiro ser ambígua, pois o jornal distinguia capital estrangeiro privado – proveniente de investimentos de empresas internacionais no Brasil, genericamente denominadas trustes e cuja atuação era tida como prejudicial aos interesses nacionais – e capital estrangeiro público – entendido como aplicação de recursos, destinados ao desenvolvimento do Brasil e provenientes de empréstimos de outros países, especialmente dos Estados Unidos, para o

governo brasileiro. Tratava-se, no último caso, de auxílio do governo norte-americano ao desenvolvimento brasileiro, o que era aceito e defendido pelo jornal, que abraçou a tese do general Horta Barbosa como a melhor solução para o problema do petróleo, por acreditar que a iniciativa privada nacional não tinha condições de desenvolver o setor petrolífero brasileiro.

O nacionalismo orientava a atuação política do matutino. O Brasil carecia de um projeto que explicitasse a estratégia de superação do subdesenvolvimento. Não por outro motivo sua redação reunia militantes nacionalistas e ativos participantes da Campanha do Petróleo.

Também foi possível constatar o apoio dos jornais a alguns grupos sociais que se destacaram pela ativa participação na polêmica. *OESP* deixou claro, nos editoriais, que comungava dos mesmos interesses das Associações e Federações do Comércio e Indústria de São Paulo. O matutino paulista fez uso do noticiário para dar voz aos empresários, que recebiam cobertura jornalística privilegiada, enquanto a Campanha do Petróleo foi tratada de forma discreta e marginal, uma vez que as poucas notícias publicadas aliavam o movimento ao comunista e o acusava de criar um clima de hostilidade às empresas estrangeiras, o que prejudicava a entrada de novos investimentos.

Divergindo desta postura, o *DN* entendia que o “Petróleo é Nosso” era uma mobilização positiva para o processo de modernização do Brasil, por defender a economia e a soberania nacionais contra os interesses das companhias estrangeiras de petróleo. O *DN* foi um dos poucos jornais de grande circulação a abrir suas páginas para a Campanha e manifestar apoio às entidades que coordenaram a mobilização, especialmente o CEDPEN, a UNE e os militares nacionalistas do Clube Militar, que ali encontravam espaço para divulgar notas, declarações, convocações, resoluções e outros documentos relativos à mobilização. A cobertura da campanha era feita com notícias sobre o dia-a-dia do movimento – atos públicos, conferências, comícios, reuniões, convenções – sempre com a intenção de mostrar que se

tratava de uma mobilização de grande repercussão nacional e não hesitava em publicar declarações de apoio provenientes de personalidades políticas e entidades sociais.

A análise dos argumentos mobilizados pelo *OESP* e *DN* revela que o nacionalismo foi apropriado diversamente pelos dois jornais. O *OESP* considerava o capital estrangeiro elemento importante para a construção da nação e, por conta disso, combateu duramente o nacionalismo desenvolvimentista, tomado como sinônimo de antiimperialismo e jacobinismo, prejudicial ao progresso econômico, por afastar o investidor externo.

Ao contrário do matutino paulista, o *DN* encarava com simpatia o desenvolvimentismo e, portanto, incorporou elementos desse pensamento em seu discurso, com destaque para a noção de que o Estado deveria elaborar um projeto que explicitasse a estratégia de superação do subdesenvolvimento e de transformação do país em uma nação moderna e industrializada.

A intervenção estatal foi criticada pelo *OESP*, sob a alegação de que a criação de empresas estatais provocaria déficit no orçamento da União, aumentaria a carga tributária, prejudicaria o setor produtivo e elevaria a inflação. Por outro lado, o *DN* defendeu um ponto de vista divergente, pois acreditava que a participação do Estado em setores estratégicos da economia era essencial ao progresso e à independência econômica do país.

Ao longo dos debates, os jornais construíram representações acerca das práticas das companhias internacionais de petróleo e mobilizaram argumentos para defender ou criticar a sua atuação. *OESP* construiu uma imagem positiva das mesmas, afirmando que as multinacionais atuavam em todo o mundo e que se constituíam em impressionante força financeira e que as poderosas companhias eram um modelo de desenvolvimento técnico e eficiência administrativa. No entanto, considerava-se que poderiam representar uma ameaça aos países subdesenvolvidos, por agirem de acordo com seus interesses econômicos, o que

não impediu o matutino de defender a sua presença no Brasil, desde que controladas pelo Estado, via legislação.

O *DN* teve posição completamente oposta a do *OESP* e construiu uma imagem bastante negativa das multinacionais petrolíferas, freqüentemente identificadas como corporações com grande poder político e econômico, que subjugavam os países subdesenvolvidos e cuja prática foi caracterizada de inescrupulosa uma vez que, para controlar importantes áreas produtoras e auferir elevados lucros, utilizavam os mais variados meios: corrupção, assassinatos, golpes de Estado, apoio a governos ditatoriais, espionagem, boicote econômico etc. Além disso, o periódico afirmava que o imperialismo dos trustes era responsável pela dependência econômica e pobreza das populações dos países produtores de petróleo.

Enfim, a pesquisa revelou que *OESP* e *DN* tiveram importante participação nos debates acerca da política para o setor petrolífero, pois tentaram influir nos rumos dos acontecimentos, seja convencendo os leitores da correção de sua análise, seja pressionando políticos e autoridades a tomarem decisões que iam ao encontro de seus interesses.

O apoio a grupos sociais ficou claramente refletido na cobertura jornalística, manipulada em favor dos mesmos, o que evidencia o quanto a independência e a imparcialidade apregoada por esses jornais deve ser relativizada.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

O Estado de S. Paulo, período 1946-1953

Diário de Notícias, período 1946-1953

Referencias Bibliográficas

Obras Gerais

ABREU, Alzira Alves de et. al. (Coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

AZEVEDO, Carmen Lúcia et. al. (Org) *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Ed. Senac-São Paulo, 1997.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945 – 1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956 – 1961)*. Rio de Janeiro: Paz. Terra, 1976.

_____. *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo (1945 – 1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945 – 1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.

CRUZ, Adelina Maria Alves N. et. al. (Org). *Impasse na democracia brasileira (1951 – 1955): Coletânea de Documentos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria C. Soares. *O Segundo Governo Vargas: Democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930 – 1945*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- FAUSTO, Boris. (coord.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1984, Tomo III, V. 4.
- FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro (Org). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HECKER, Alexandre. *Socialismo Sociável: História da esquerda democrática em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAIS, Reginaldo (Org). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- NOVAIS, Fernando A. (Coordenador Geral da Coleção); SCHWARCZ, Lília M. (Organizadora do Volume). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, V. 3.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PÉCAUET, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil (1920 – 1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon (Org). *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília, Ed. Unb, s.d.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANNA, Sérgio Besserman. *A política Econômica no Segundo Governo Vargas*. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1974.

Petróleo

ALMEIDA, A. Alves de. *Petróleo em Terras do Brasil*. S.L., Edigraf, 1948.

ALVES, Landulfo. *O problema brasileiro do petróleo*. Rio de Janeiro: Ed. A noite, 1954.

AMARAL, Sérgio Estanislau do. *Introdução ao Petróleo, sua importância, sua origem e sua procura*. São Paulo: São Paulo Editora S.A, 1965.

BEY, Essad. *A luta pelo Petróleo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

BUENO, Ricardo. *A farsa do petróleo: por que querem destruir a Petrobras*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CAMPOS, Carlos Walter Marinho. *Sumário da História da Exploração de Petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo; Petrobras, 2001.

CARVALHO, Edson de. *O drama da descoberta do petróleo brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1958.

CARVALHO, Estevão L. *Petróleo: Salvação ou desgraça do Brasil?* Rio de Janeiro: CEDPEN, 1950.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobras: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1977.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

COTTA, Pery. *O Petróleo é Nosso*. Rio de Janeiro: Guavira, 1975.

COUTINHO, Lorival; SILVEIRA, Joel. *Petróleo no Brasil: Tradição e vitória*. Rio de Janeiro: Ed. Coelho Branco, 1957.

DIAS, José L. de Mattos; GUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma História da Petrobras*. Rio de Janeiro: Petrobras, 1993.

- ESTRADA, Rodrigo Duque. *O petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1946.
- FONSECA, Godin da. *Que sabe você sobre o petróleo*. 5^a ed. Rio de Janeiro: São José, 1957.
- FONTES, Lourival. *Política, petróleo e população*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.
- FROLA, Francisco. *Sangue e Petróleo*. São Paulo: Livraria Martins, 1955.
- KUCINSKI, Bernardo (Org). *Petróleo: contratos de risco e dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- LACERDA, Hélio de. *Petróleo e outros problemas: democracia, reforma agrária, industrialização*. São Paulo: s. n., 1948.
- LEITE, Solidonio. *Petróleo e o dever do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1927.
- LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LOBATO, Monteiro. *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. Prefácio de Caio Prado Jr. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- MARINHO JR, Ildmar Penna. *Petróleo, soberania e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1970.
- MAYA, Emílio de. *Brasil e o drama do petróleo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et developpement économique: foramtion et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. *O Petróleo é Nosso: A luta contra o “entreguismo” e pelo monopólio estatal*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MOURA, Mariluce; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOREIRA, Regina da Luz. (Org) *Petrobras 50 anos: uma construção da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2003.
- O'CONNER, Harvey. *O Petróleo em crise*. Trad: Waltensia Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- OLIVEIRA, Euzébio de. *História da pesquisa de petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1940.
- REDONDO, Belo. *A Batalha do Petróleo*. Lisboa: Parceria M. Pereira, 1942.

- SCALETISKY, Eduardo Carnos. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2003.
- SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.
- SOUZA, Roberto G. *Petróleo: História das Descobertas e o Potencial Brasileiro*. Niterói: Muiraquitã, 1997.
- TANZER, Michael. *Os trustes petrolíferos e os países subdesenvolvidos: algumas lições de economia política aplicada*. Trad: Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1955.
- VAITSMAN, Maurício. *O petróleo no Império e na República*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1942.
- VARGAS, Getúlio. *A política nacional do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
- VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- YERGIN, Daniel. *O Petróleo: uma História de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo: Scritta, 1992.

História da Imprensa e jornalismo

- ABREU, Alzira Alves de et. al. (Org). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. 4 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa – Omega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: Imprensa Paulista, 1920 – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Os Intérpretes das Luzes: liberalismo e imprensa paulista 1920 – 1945*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac-São Paulo, 1998.
- LEITÃO, César. *Apontamentos Históricos do Diário de Notícias (1930 – 1960)*. Rio de Janeiro: Majela, 1960.
- MELO, José Marques de. *Imprensa como fonte Histórica*. São Paulo: ECA – USP, 1970.
- MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo: 1921-1981*. São Paulo: Imprensa, 1981.
- PEREIRA JUNIOR, Dimas Sales. *Diário de Notícias na crise de 1955: Disputas políticas e práticas jornalísticas*. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e História nos anos 50*. Tese (doutorado em comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.